

Glasielle Gonçalves Souza

**O ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS/RECOLOCADOS EM PORTUGAL:  
MODOS DE ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS DAS INSTITUIÇÕES.**

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da  
Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da educação, sob  
a orientação do Professor Doutor Pedro Ferreira e da Professora Doutora Cristina  
Santinho.

PORTO

2017



## RESUMO

Este trabalho exploratório surge no âmbito do mestrado em ciências da educação da Universidade do Porto e tem como objetivo compreender como se tem pensado e implementado o acolhimento dos refugiados no contexto português. Mais precisamente procurou-se perceber a visão de instituições com responsabilidades políticas e administrativas neste âmbito, assim como a perspectiva de organizações e técnicos diretamente ligados ao acolhimento nomeadamente no que diz respeito aos processos e práticas seguidas.

Para este fim realizaram-se oito entrevistas: aos representantes do CPR, ACM e PAR, a dois eurodeputados, a dois técnicos de organizações que acolhem refugiados e a um representante de uma associação de refugiados em Portugal. De forma a conseguir incluir uma visão mais abrangente do que as organizações que têm recebido os/as refugiados/as quanto à forma como tem decorrido o acolhimento, foi elaborado um questionário enviado por email às instituições de acolhimento de todo o país que se encontram em parceria com a PAR (obtiveram-se 30 respostas num total de 50 organizações).

Os principais resultados dizem-nos que a experiência que Portugal desenvolveu com as comunidades imigrantes nos últimos 12 anos no país, serviram de base para se pensar um acolhimento em que as diversas dimensões da integração – e.g trabalho, a língua, a saúde, a localidade, o reagrupamento familiar, a burocratização na regularização do estatuto, a diversidade cultural – têm sido consideradas na prática, e se têm convertido em desafios à concretização do acolhimento. A dimensão educativa e a do trabalho emergiram com maior intensidade como desafios a ultrapassar. A aprendizagem da língua (para os adultos) surge como um nível diferenciado das respostas, quer do ponto de vista do estabelecimento de programas específicos (e.g. “Português para todos”), quer da dificuldade de acesso por parte das pessoas a estes mesmos programas. Apurou-se ainda que algumas instituições tentam elas próprias colmatar estas dificuldades reforçando o reconhecimento de que a inclusão em contextos de aprendizagem da língua (e a certificação desta mesma aprendizagem) tem implicações diretas noutras dimensões relevantes ao acolhimento bem-sucedido, nomeadamente a interação com as diversas instituições e a possibilidade de procura ativa de trabalho, pois este fica comprometido quando não é possível comprovar níveis de escolaridades.

Palavras chaves: Acolhimento, refugiados, integração



## **ABSTRAT**

This research was developed within the Master's degree program in Educational Sciences of University of Porto. The main objective of this research is understand how to think and implement the reception of refugees. It was looked to perceive the vision of institutions with political and administrative responsibilities in this field, as well as the perspective of organizations and technicians directly related to the processes and practices followed.

For this end, eight interviews had been become fulfilled: CPR, ACM and PAR representant; two MEP, two technicians from organizations hosting refugees and one representative of a refugee association in Portugal.

Of form to obtain an embracing vision of what the organizations that they have received the refugees on how the reception has taken place, a questionnaire was sent by e-mail to the host institutions across the country that are in With PAR (30 answers in a total of 50 organizations).

The main results tell us that the experience that Portugal has developed with the immigrant communities in the last 12 years in the country, have served as a basis for thinking about a reception in which the various dimensions of integration - eg work, language, health, locality, Family reunification, bureaucratization in the regularization of the statute, cultural diversity - have been considered, in practice, and have become challenges to the achievement of the reception. The educational and labor dimensions have emerged with bigger intensity as challenges to overcome. The learning of the language (for adults) emerges as a differentiated level of responses, both from the point of view of establishing specific programs (e.g. "Portuguese for all") and the difficulty of access by people to these programs. It has also been found that some institutions try to fill these difficulties by reinforcing the recognition that inclusion in language learning contexts (and certification of the same learning) has direct implications in other relevant dimensions to successful reception. the interaction with the diverse institutions and the possibility of active search of work, therefore this is compromised when it's not possible to prove levels of schooling.

**Keywords:** Reception, refugee, integration.



## RÉSUMÉ

Ce travail exploratoire survient dans le cadre du Master en Sciences de l'éducation à l'Université de Porto, et vise comprendre comment l'accueil des réfugiés a été pensé et mis en place, ceci dans le contexte portugais.

Plus précisément, il essaye de mieux comprendre la vision des institutions ayant des responsabilités politiques et administratives dans ce domaine, ainsi que de comprendre la perspective des organisations et des techniciens qui sont directement liés à l'accueil, plus en particulier, ce qui concerne les processus et les pratiques suivies.

Pour atteindre ce but, huit interviews ont été effectués avec des représentants du CPR, ACM, et du PAR, deux eurodéputés, deux techniciens d'organisations d'accueil de réfugiés, et d'un représentant d'une association de réfugiés au Portugal. Afin d'inclure une vision plus ample des organisations qui accueillent les réfugiés, ceci principalement du point de vue de la manière dont l'accueil se déroule, un questionnaire a été préparé et envoyé par e-mail aux institutions d'accueil qui sont en partenariat avec PAR à travers tout le pays (obtenue 30 réponses, sur un total de 50 organisations ayant participé).

Les principaux résultats nous montrent que l'expérience que le Portugal a développé avec les communautés d'immigrants dans le pays au cours de ces 12 dernières années, a servi de base pour penser à un accueil où les différentes dimensions telles que l'intégration, le travail, la langue, la santé, le lieu de résidence, le regroupement familial, bureaucratisation dans le processus de régularisation du statut, ainsi que la diversité culturelle - ont été pris en compte dans la pratique et se sont convertis en défis à l'aboutissement de l'accueil. La dimension éducative et le travail ont émergé avec une plus grande intensité comme étant les défis à surmonter. L'apprentissage de la langue (pour les adultes) apparaît à un niveau différencié par rapport aux réponses, ceci du point de vue de la mise en place de programmes spécifiques (par exemple, « portugais pour tous »), ou la difficulté d'accès des personnes à ces mêmes programmes. Il a été également constaté que certaines institutions elles-mêmes tentent de surmonter ces difficultés en renforçant la reconnaissance du fait que l'inclusion dans des contextes d'apprentissage des langues (et la certification de ces apprentissages) a des implications directes sur les autres dimensions qui sont pertinentes pour le succès de l'accueil, à savoir l'interaction avec les différentes institutions et la possibilité de la recherche active d'un emploi, car ce dernier s'en retrouve compromis quand il est impossible de certifier ces mêmes niveaux scolaires.

Mots clés: Accueil, réfugiés, intégration



## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer, sobretudo, à minha mãe Helizeth Gonçalves que se tornou a base fundamental desse percurso. Sem sua ajuda esse processo não seria, de todo, possível.

Ao professor Doutor Pedro Ferreira, meu orientador nessa caminhada. Sua precisão e direção sempre que foram necessárias lá se fizeram presentes. Meu muito obrigada por esta partilha!

Ao mesmo tempo queria agradecer a professora Doutora Cristina Santinho que mesmo sendo convidada num período tardio da pesquisa, logo se mostrou disponível, ainda que com alguns constrangimentos, como por exemplo à distância. Sua contribuição trouxe segurança nas minhas pesquisas sobre o tema e acrescentou outro valor ao mesmo.

Este processo é um caminho demasiado tenso, às vezes nos deixa extasiados outras completamente sem chão, sem esperanças. Por esta razão, a professora Alexandra Sá Costa surge como central nesse processo. Espero que ela possa ler o quanto lhe sou grata pela sua conversa e ajuda. Obrigada professora!

Uma pesquisa nunca se faz só, embora poucos nomes são possíveis de destaques, por esta razão outros professores surgem no caminho, como o professor João Caramelo e o professor Rui Trindade. Gostaria de agradecer a todos os 5 milhares de minutos que o professor João Caramelo ‘desperdiçou’ comigo, obrigada professor! Por diversas vezes encontrava-o pelo corredor e lembrava-me das minhas dúvidas e este se mostrou disponível, sempre conseguiu encontrar 5 minutos de seu tempo para ajudar-me na minha angústia e por isso é impossível esquecer. Obrigada! Já o professor Rui Trindade, não estando de forma alguma, próximo à temática e às escolhas do desenho da pesquisa, quando precisei de sua ajuda, prontamente me abriu à porta do seu gabinete. Serei sempre grata ao professor!

Às minhas colegas de mestrado Tânia Araújo e a minha companheira desde à licenciatura Maria João Rosário, e ainda minha querida Rita Lírio (doutoranda de literatura) meu muito obrigada pelas suas correções. Aquelas palavras e frases pouco compreensíveis, se tornaram melhores escritas com a vossa colaboração. Muito obrigada pelo vosso carinho e atenção! Maria João, além da correção e companheirismo também a agradeço pela tradução para o inglês, como também a querida Ludmilla Caldas que mesmo com sua vida corrida encontrou tempo para me ajudar com a

tradução para o Francês, sou muito grata a vocês. À colega de psicologia desta faculdade Teresa Cardoso, meu muito obrigada pelos *links* que me permitiu fazer com as suas conversas.

Não menos importante, gostaria de agradecer a todos os funcionários da FPCEUP desde os seguranças, os primeiros que nos dão um bom dia, aos funcionários do bar, que sempre nos servem com todo cuidado e atenção. Além dessas importantes ajudas, também gostaria de agradecer especialmente aos funcionários da biblioteca, todos, como o Daniel Brás, Fernando Gonçalves, Helena Mesquita e a Mafalda Lopes, pelo cuidado em encontrar-nos as referências bibliográficas, ainda que estas exigissem empréstimos às outras faculdades ou acesso aos seus acervos virtual. Também quero agradecer a todas as ‘meninas’ que trabalham no serviço de pós-graduação, sempre procuram resolver todos os problemas possíveis. Além delas, à querida Celina dos Serviços Académicos e as demais pessoas que lá trabalham, e algumas já não se encontram lá, mas ajudaram em muitas das minhas necessidades burocráticas.

Além das pessoas dentro do espaço académico, essa pesquisa não seria de todo possível sem a ajuda dos participantes, tanto dos técnicos, quanto dos políticos e as pessoas com representatividade sobre o tema na sociedade. Não existem palavras para agradece-los, sem eles não seria possível obter a riqueza de informações que os mesmos nos disponibilizaram. `A vocês meu muito obrigada!

Não obstante também queria agradecer ao Francesco Vacchiano pela ajuda nos primeiros passos dessa investigação, onde surgiu o nome da professora que futuramente veio a ser minha co-orientadora. Francesco, meu muito obrigada a si!

Por fim, quero agradecer a toda a minha família que torce por mim, às minhas irmãs e minha sobrinha e seus respectivos companheiros de estrada. À minha querida avó que pode ver esse momento em vida. Á minha tia e minha prima, que também de igual forma torce por mim. Por último, à compreensão de todos os meus amigos pela minha ausência de seus convites de passeio e saídas, pois sabiam que eu estava a ‘trabalhar’ por um ‘sonho’.

A todos, meu muito obrigada, sem a vossa colaboração esse momento não seria possível!

## **SIGLAS**

**ACM** – Alto Comissariado para as Migrações

**ACNUR**- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

**ARP**- Autorização de Residência Provisória

**CATR**- Centro de Acolhimento Temporário de Refugiados

**CML**- Câmara Municipal de Lisboa

**CPR** - Conselho Português para Refugiados

**CNIS**- Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

**CVP**- Cruz Vermelha Portuguesa

**DGAE-MNE**- Direção Geral dos Assuntos Europeus

**DGE**- Direção Geral de Educação

**DGS**- Direção Geral de Saúde

**EASU**- Agência Europeia para o Asilo

**ECRE**- European Council on Refugees and Exiles

**EURODAQ** – Comissão europeia de Identificação

**EUROPOL** – Serviço Europeu de Polícia

**FRONTEX**- Agência Europeia da Guarda de Fronteira e Costeira

**GNR**- Guarda Nacional Republicana

**IEFP** – Instituto de Emprego e Formação do Porto

**ISS**- Instituição da Segurança Social

**JRS**- Serviço Jesuíta aos Refugiados

**NIF** – Número de Identificação Fiscal

**PAR** – Plataforma de Apoio aos Refugiados

**PM**- Polícia Militar

**SEF** – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

**SNS** - Serviço Nacional de Saúde

**U.E** – União Europeia

**UM**- Universidade do Minho

**UMP**- União das Misericórdias Portuguesas

**UP**- Universidade do Porto

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	13
Capítulo I- CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	15
1. O Tratado de Westfália (1648) e a Convenção de Genebra (1951) .....	17
1.1. Qual conceção de fronteira?.....	19
1.2. As medidas políticas de fronteira na europa em relação aos refugiados....	22
2. O caso Português.....	28
2.1. O que significa ser imigrante, emigrante, migrante?.....	31
2.1.2. Os imigrantes em Portugal.....	32
2.1.3 A necessidade de compreender os estatutos e suas diferenças: o que é ‘ser’ refugiado, recolocado, reinstalado ou ter proteção humanitária?.....	35
3. As medidas políticas nacionais para refugiados.....	40
Capítulo II - O ACOLHIMENTO E A INTEGRAÇÃO DOS REFUGIADOS NO CONTEXTO PORTUGUÊS.....	43
1.O conceito de integração.....	45
1.2. Saúde como dimensão da integração.....	50
1.3. O medo.....	51
1.4. Trabalho como dimensão da integração.....	54
1.5. Habitação como dimensão da integração.....	56
1.6. Educação como dimensão da integração.....	57
1.7. As questões de cidadania.....	60
2. A Prática no acolhimento: a relação comunitária para o acolhimento.....	62
Capítulo III – METODOLOGIA: APRESENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO.....	67
Apresentação .....	69
1. Objetivos do estudo.....	69
2. Natureza do estudo.....	69
3. Estratégia de investigação.....	70
4. Técnicas de recolha e de análise de informação.....	71

4.1. Entrevista semiestruturada .....	71
4.2. Inquérito por questionário.....	74
4.2.1. Inquérito por questionário aberto, fechado e semiaberto.....	75
4.3. Tratamento de dados: Análise do conteúdo.....	76
5. Considerações éticas.....	78
 Capítulo IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	80
Apresentação.....	82
2. Procedimento de investigação.....	82
3. Amostra .....	85
4. Resultados.....	86
4.1 O acolhimento na perspectiva das instituições a nível nacional.....	86
4.2. Descrição das categorias encontradas nos procedimentos de análise de conteúdo.....	93
4.2.1 Categorias encontradas na análise efectuada ao modo como o acolhimento é pensado nas políticas nacionais.....	93
4.2.2 Categorias encontradas na análise efectuada ao modo como o acolhimento é pensado nas políticas europeias .....	94
4.2.3 Categorias encontradas na análise efectuada ao modo como é vista a prática do acolhimento.....	94
4.2.4 Categorias encontradas na análise efectuada ao modo como o acolhimento é vivenciado.....	95
4.3 Políticas europeias e políticas nacionais para o acolhimento.....	95
4.4 A prática do acolhimento.....	100
4.5 A visão trazida pelo representante da associação de refugiados.....	107
CONCLUSÃO.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação<sup>1</sup> surge no âmbito do mestrado em Ciências da Educação da Universidade do Porto com o objetivo de compreender qual o modelo que Portugal adotou para o acolhimento e a integração dos refugiados e aquelas que têm sido as práticas das organizações que as/os têm recebido.

Encontra-se dividida em IV capítulos: No capítulo I contextualização histórica, procurou-se descrever as questões normativas, como a legislação nacional e internacional no âmbito do acolhimento e integração de refugiados. Mais precisamente explora-se o surgimento do conceito de refugiado, com a criação de um documento designado por Convenção de Genebra em 1951. Além disso faz-se referências ao modo como as políticas europeias e nacionais têm pensado e analisado a atual crise humanitária. Considerou-se ser importante elucidar as diferenças entre os conceitos de imigração, migração, refugiado, requerente de asilo e apátrida, uma vez que aparecem frequentemente confundidos. Seguidamente, foi proposto compreender qual seria a experiência que Portugal detinha sobre acolhimento e integração, o que foi possível relacionar a sua história de emigração e, mais recentemente no século XX, imigração.

No capítulo II elucidou-se o conceito de integração e quais as dimensões que esta abrange, uma vez que para trabalhar o acolhimento é indispensável compreender as diferentes interpretações que se tem da mesma.

No capítulo seguinte, capítulo III, encontra-se o enquadramento epistemológico e metodológico seguidos. Como técnicas de recolha de dados, selecionámos a entrevista semiestruturada e o inquérito por questionário, uma vez que as intuições, que seriam uma parte dos nossos participantes, se encontram espalhadas de Norte a Sul do país. No que diz respeito à análise dos resultados, optou-se pela análise do conteúdo.

Por último, no capítulo IV faz-se a apresentação e a discussão dos resultados, ou seja, de que forma as práticas mobilizam os recursos das comunidades – diferentes instituições e organizações facilitando e aprofundando as oportunidades de integração. Neste capítulo, dá-se conta da realização do procedimento da pesquisa, da descrição dos resultados obtidos, bem como da discussão dos mesmos. No fim, apresenta-se uma breve conclusão.

---

<sup>1</sup> Esta dissertação encontra-se escrita em português de Portugal e também em português do Brasil, e isto acontece pelo facto da autora ser lusobrasileira.





## **CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.**

***Porque o outro é um ser único....***

*A sua história e o seu destino são únicos*

*Ele é sujeito de direitos e de deveres como todos os outros*

*Enquanto pessoa única tem direito a ser reconhecido por ele mesmo*

*Ele tem direito ao rosto, à palavra e ao respeito da sua identidade*

*Ele tem direito ao trabalho e à ampliação das suas capacidades*

*Ele tem direito aos seus amores e suas festas*

*Ele tem direito aos laços de pertença, à cultura e à comunidade da sua escolha*

*Ele tem direito a circular livremente pelo nosso vasto mundo*

*Ele tem direito à paz....*

*(Declaração dos Direitos do outro, adaptado de Jean-François-Six, 2001)*

*“Em nome de interesses pessoais, muitos abdicam do pensamento crítico, engolem abusos e sorriem para quem desprezam. Abdicar de pensar também é crime. (Hannah Arendt)*

## **1. O Tratado de Westfália (1648) e a Convenção de Genebra (1951)**

“Alguns dizem que nós vivemos na era da bomba e dos migrantes. Eu diria que é na era dos refugiados, já que hoje em dia poucos são os Estados que incentivam mais do que uma imigração marginal, e mesmo essa apenas servindo os interesses, assim concebidos, desse Estado. A esmagadora maioria dos refugiados provém do Terceiro mundo. As causas directas da sua fuga são conflitos alimentados pela política das super-potências e por armas criadas e manufaturadas a preços de saldo nos países ricos, que exportam mortes e destruição e importam produtos naturais e parcialmente transformados dos países pobres. Ao mesmo tempo recusam-se a receber grande parte dos refugiados que tentam escapar ao sofrimento e à deslocação gerada pela política das super-potências” (Jurista Nobel, Malkki, 1995, *cit. in* Santinho, 2011: 504).

Ser refugiado não é uma condição natural, mas sim um estado consequente de definições jurídicas e legais que levam os cidadãos a sair do seu país, pelas diversas circunstâncias que afetam o seu quotidiano - refugiado é aquela pessoa que se vê obrigado a sair do seu país por diferentes motivos. Assim, esse fenómeno começa a surgir na história da humanidade e na evolução das sociedades com a mobilidade humana, a qual se manteve sempre presente, mas em momentos, formas e intensidades diferenciadas no processo de deslocação/transição das pessoas.

Para que seja possível debruçar-se sobre quando surgem os refugiados, Santinho (2011) nos remete para uma determinada fase da história, mais precisamente para o ano de 1648, onde se afirmava o Tratado de Westfália (o que configurou as nações no centro da Europa), o qual “instituiu pela primeira vez os Estados-nação e, através da definição dos seus contornos, as populações ficaram consignadas a um determinado território. Em 1685, milhares de protestantes (Huguenotes) fugiram de França, com receio de serem perseguidos e massacrados, tendo surgido aqui o conceito de refugiados.” (p.14). Observamos que é na relação que se estabelece com o Estado-nação, onde as pessoas passam a ser reconhecidas como nativas de um determinado território que as mesmas perdem uma parcela da sua liberdade de ir e vir, ao menos que para esse efeito obtenham algum tipo de autorização.

Durante o século XX, com as decadências imperiais e o surgimento de novas nações, despontaram uma série de guerras civis, e outros eventos políticos que levaram à fuga de muitas pessoas e, em alguns casos, ao seu cuidado já enquanto refugiados: “Como resultado da Revolução Russa, milhões de pessoas fugiram, assistidas pelo então criado Alto Comissariado da Liga das Nações para os Refugiados.” (Santinho, 2011:14). Desde então, em toda a literatura do século XX, a história está repleta de relatos de exilados que contam e confessam sua dor e simultaneamente suas esperanças. Não podemos esquecer que anteriormente, no século XIX fatos como o nacionalismo ganharam destaque em países como Itália, Japão e Alemanha e impulsionaram a I Grande Guerra Mundial, que vivenciou vários casos de exílios:

“a primeira tentativa feita pelas nações soberanas, no sentido de alcançarem a homogeneidade étnica através da troca de populações inteiras, como se verificou por exemplo na transferência de populações gregas e turcas, sancionada pelo Tratado de Lausanne de 1923. No final da guerra havia vários milhões de refugiados europeus, expulsos pelas autoridades militares dos territórios de batalha, em particular nas províncias do Império russo.” (Santinho, 2011: 16).

Porém, é após a II Guerra Mundial que as maiores alterações emergem na Europa com a migração forçada de milhões de pessoas dos territórios ocupados pelo “Reich Alemão, parte delas deportadas para trabalhos forçados” (Idem: ibidem). Apesar de ao longo da história (das sociedades e da humanidade) ter sempre havido movimentos migratórios forçados com diferentes graus de violência, foi sobretudo a partir do século XX que esses movimentos se realizaram em larga escala de forma organizada. Assim, os movimentos migratórios organizados, relacionados ao conceito de nação, de certa forma unifica e dá corpo a um conceito de povo, o que fomenta uma separação entre quem nasce em determinado lugar e o que lhe é conferido por isso em detrimento de quem nasce em outro lugar e que lhe confere dissemelhança, como por exemplo, as características físicas:

“—Em alguns casos – especialmente na Europa Central e Oriental – a ideia de uma nação «homogênea» baseada numa visão orgânica do povo, o *Volk*, começou a ganhar força. Estes contextos, que diferem radicalmente dos das nações estratificadas, proporcionam as condições propícias às políticas de limpeza étnica, de acordo com o sociólogo britânico Michael Mann<sup>1</sup> (Ahonen et al. 2008, *cit. in* Santinho, 2011:16, sublinhado do autor).

É sob uma concepção de nação que estratifica e afirma quem faz parte da mesma que nos deparamos com conceitos como imigrantes e imigrantes forçados. Dessa maneira, sempre que alguém tenta ultrapassar essa barreira por uma escolha voluntária, é chamado de imigrante e aqueles que assim o fazem, de forma forçada, são considerados como refugiados. “Não é fácil a tarefa de encontrar bibliografia sobre a história dos refugiados no mundo.” (Santinho, 2011:17), porém, nos anos 50 começam a surgir mais documentos sobre a temática com a construção do documento da Convenção de Genebra (1951) e da formação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, ou UNHCR em inglês). Sendo assim, percebemos que sempre que houve guerras, consequentemente houve refugiados, no entanto, nem sempre os mesmos beneficiavam de proteção. Só em 1951, com a Convenção de Genebra que essa proteção passa a ser assegurada. Nos dias de hoje a convenção é a base mundial na questão do refúgio, a partir da qual se formularam outros direitos.

### **1.1. Qual concepção de fronteira?**

*“O destino da humanidade é inteiramente dependente de seu desenvolvimento moral” Einstein em Discurso de refugiado. Royal Albert Hall - Londres - 3 de outubro de 1933.*

O conceito de fronteira surge como um assunto importante a ser abordado nesse trabalho, porque a forma como é entendido vai colidir com as questões da burocratização nos processos de legalização, para a atribuição dos estatutos (refugiado, requerente de asilo, recolocado, proteção humanitária). Todavia, atravessará também as questões da integração cultural que, no nosso entendimento, muitas vezes aparece como uma dificuldade (vamos trabalhar adiante) à problemática do acolhimento dos refugiados. Isso significa que o movimento de pessoas (voluntárias e/ou forçadas) através das fronteiras é um fenômeno internacional, é uma expressão da globalização e que tem implicações para a estabilidade nacional, econômica, política e inclusive de identidade cultural.

Para o entendimento sobre o que são fronteiras e suas consequências normativas, compartilharemos da contribuição de Zygmunt Bauman (1999), quando este nos faz questionar como “os fatores geográficos, as fronteiras naturais e artificiais dos territórios, as distintas identidades das populações e círculos culturais, tudo tradicionalmente objeto da ciência geográfica” (Bauman, 1999:19) são, essencialmente

meros derivativos conceituais ou, de forma geral, “das restrições de tempo e custo impostas à liberdade de movimento” (idem: *ibidem*). Até que ponto a geografia restringe a liberdade de mobilidade nos dias de hoje ou se alguma vez chegou a fazer? Seguimos o mesmo raciocínio para as constantes interferências culturais, como a diversidade cultural consegue restringir a integração social de novos indivíduos dentro da sociedade cada vez mais plural? Como é possível colocar limites em papel químico sobre até onde as pessoas podem chegar quando os espaços geográficos estão cada vez mais reduzidos, os transportes cada vez mais desenvolvidos, os transbordos cada vez mais baratos, e principalmente, quando existem pessoas fugindo de conflitos armados, lutando simplesmente para poder estar vivo? Mais desafiador ainda, como se pode controlar, delimitar e ditar quem pode e quem não pode entrar, quando diante das transformações nas sociedades as pessoas foram impulsionadas a encontrar respostas?

Ou seja, não serão as normativas legais apresentadas no trajeto fronteiro modernas construções sociais de restrição - entre aqueles que têm autorização para transpor - qualquer que seja a barreira - em detrimento daqueles a quem - a autorização é negada ou restrita? Ou ainda, não serão formas de se fechar num modelo de mundo (superior) em que se acredita e que não quer ser perturbado, e por isso não tem em conta outros mundos que não partilham da mesma crença?

Pensando que as divisões dos continentes e do globo outrora se davam em função das distâncias, e que eram muito improváveis, devido aos tipos de transportes e às dificuldades das viagens. Nos dias de hoje, isso não é mais conhecido como um problema. Os progressos nos meios de transportes, foram particularmente rápidos e radicais, e o surgimento dos aviões, automóveis e comboios, permitiram um grande fluxo de transição das pessoas em todo o mundo. As transformações e evoluções das sociedades tornaram possível reduzir as distâncias, ao que para Bauman (1999) pode-se mesmo falar do “fim da geografia” (Bauman, *idem: ibidem*). Onde ele afirma que “a ideia de fronteira geográfica é cada vez mais difícil de sustentar no “mundo real”.” (Bauman, 1999:19). Assim, as fronteiras quer sejam naturais (geográfica/local), quer sejam culturais (tradição/contemporaneidade), se desafiaram de tal forma que hoje nos encontramos num ponto de situação que é praticamente irreversível.

Com os meios de transporte, cada vez mais desenvolvidos e com o aumento das possibilidades de se poder viajar, as comunidades locais passaram a lidar mais frequentemente com as diferenças sociais e culturais. Isso acarretou que se desencadeasse um processo de desgaste das “totalidades” sociais e culturais localmente

arraigados” (Bauman, 1999:21). Nesse processo, as pessoas estão sendo constantemente confrontadas com outras culturas, anulando o que é tradicional na vida de muitos. O que nos resta fazer? Aprendermos rapidamente ao mesmo nível de velocidade das transformações, formas de compreensão, consciencialização dessas mudanças para que possamos agir de acordo com o ‘tempo’ em que vivemos. Precisamos perceber que a ideia de fronteiras e de muros hoje é claramente política.

Observando o comunicado de imprensa, de uma reunião realizada em Bruxelas no dia 21/10/2016 em que foram debatidas também as questões da imigração, as restrições à mobilidade dos refugiados por via do Eurodac<sup>2</sup> se têm encaminhado no interior de cada país por imposição a partir de Bruxelas nas diretivas de controlo da lei de asilo. Destacamos algumas conclusões que permitem delinear os próximos passos sobre a migração: a Ata afirma serem “necessários mais esforços para conter os fluxos de migrantes irregulares, nomeadamente da África, e para melhorar as taxas de regresso.” (p.2). Além disso é apontada ser preciso “convida[r] todos os intervenientes a prosseguirem uma colaboração estreita no que diz respeito aos pactos tendo em vista reforçar os resultados operacionais, e os Estados-Membros a reforçarem os processos administrativos, nacionais para o regresso.” (p.2). Os próximos passos é envolver os intervenientes numa colaboração restrita a fim de reforçarem processos administrativos nacionais de forma a promover o retorno das pessoas que pedem asilo e não propriamente em procurar criar melhoria em programas e análises nos pedidos de concessão dos vistos.

No documento estão definidos ainda, novos acordos com países terceiros (Líbano e Jordânia) à semelhança das medidas implementadas na Turquia, ao que chamam de reforço ao “apoio aos refugiados e às comunidades em ambos os países [...] com vista a enfrentar os desafios associados à migração irregular e a reforçar a cooperação prática em matéria de regresso, readmissão e reintegração.” (comunicado de imprensa, Bruxelas, 2016:3)<sup>3</sup>. Os acordos têm sido vistos como uma terceirização do problema.

---

<sup>2</sup> “O Eurodac é um sistema de informação criado com o objectivo de identificar os Estados-Membros responsáveis pelas análises dos pedidos de asilo apresentados na União europeia, tendo em vista acelerar o procedimento de asilo. Este sistema permite aos Estados-Membros identificar os requerentes de asilo e as pessoas que transpuserem ilegalmente uma fronteira externa da Comunidade. Através da comparação das impressões digitais, os Estados-Membros podem determinar se um requerente de asilo ou um estrangeiro encontrado em situação ilegal num Estado-Membro requereu asilo anteriormente noutro Estado-Membro, pode evitar-se a mercagem de asilo (“asylum shopping”) noutros Estados-Membros, depois de lhe ter sido recusado num deles” (Santinho, 2011:207-208).

<sup>3</sup> <http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2016/10/21-european-council-conclusions/>

A guerra na Síria, como outras no decorrer da história, nos mostra que mesmo em circunstâncias difíceis como a do trajeto no mar Egeu, o desespero e necessidade de sobrevivência são emoções que invadem e impulsionam à fuga dos conflitos armados. Mostra que é preferível ‘lutar’ na travessia correndo o risco de morrer, do que ficar em terra à ‘espera’ que isso aconteça a qualquer minuto. Ou seja, atravessar a fronteira numa superlotação do barco estando à deriva, é o mesmo que ter a esperança de estar vivo.

Constatar diferentes realidades, é importante na discussão sobre fronteiras, pois a forma como nos tem sido apresentada as discussões nos dá a entender que o quesito - liberdade de mobilidade é algo que só será adquirido por pessoas que investem – aquelas com capital, com dinheiro necessário para investir, ou pelas pessoas consideradas qualificadas<sup>4</sup> – que reúnem um determinado número de capacidades para receber um visto “Blue Card”<sup>5</sup> - do que propriamente as pessoas que apresentam necessidades eminentes como por exemplo, as que carecem de segurança. É um olhar sob interesses económicos e financeiro de que se pode beneficiar e não propriamente no que se pode ajudar. Quando na verdade o direito à mobilidade é um Direito Humano e o refúgio uma obrigação universal. Portanto, o que se pretende é que a efetivação do direito de mobilidade seja analisada segundo a forma como ela emerge para que não acarrete, para o cidadão que a realiza situações de discriminação, desigualdades ou exclusão social na sociedade de acolhimento.

## **1.2. As medidas políticas de fronteira na europa em relação aos refugiados**

*“Devemos nos esforçar não para usar a violência na luta pela nossa causa, mas pela não participação em qualquer coisa que você acredita ser o mal...”*  
*Einstein em Discurso de refugiado. Royal Albert Hall - Londres - 3 de outubro de 1933.*

As medidas políticas de fronteira na europa em relação aos refugiados se baseiam nos artigos 67.º, n.º 2, e 78.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia<sup>6</sup> e no artigo 18.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE<sup>7</sup>, que remete a

---

<sup>4</sup> <http://ec.europa.eu/immigration/showContent.do?id=17045#highlyqual>

<sup>5</sup> <http://ec.europa.eu/immigration/showContent.do?id=17045#highlyqual>

<sup>6</sup> “a) Um estatuto uniforme de asilo para os nacionais de países terceiros, válido em toda a União;

b) Um estatuto uniforme de protecção subsidiária para os nacionais de países terceiros que, sem obterem o asilo europeu, careçam de protecção internacional;

convenção de Genebra (1951); ao protocolo de 31 de janeiro de 1967<sup>8</sup> e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Percebe-se que a União Europeia é um ator pouco dinamizador nos processos de análise de pedidos de refúgio. São as políticas nacionais adotadas por cada Estado-Membro que de facto definem, analisam e deferem estatutos como o de refugiado, questões humanitárias, bem como a proteção subsidiária: “[o]s Estados europeus continuam ainda, na sua maioria, a lidar com a questão das migrações internacionais partindo essencialmente das premissas do Estado-nação” (Pennix, Martiniello, 2010:154).

A postura pouco ativa por parte da União Europeia, causa um desequilíbrio no que diz respeito à receção aos refugiados sírios que chegam através do mar Egeu, provocando o caos nas fronteiras da Itália e da Grécia (chamadas de ‘linhas da frente’ nesse processo). Como são as políticas nacionais, isto é, cada Estado-Membro é que analisa os processos de requerimento de asilo, e por isso mesmo, alguns Estados-Membros, como por exemplo Polónia, República Checa e Hungria, recusam-se publicamente a participar no processo de cotas da UE para recolocação das pessoas que vêm da Itália e Grécia. Outros países construíram, literalmente, muros como é o caso da Bulgária, Roménia, Sérvia e Croácia o que força as pessoas irem por terra rumo ao mesmo destino de quem vem pelo mar e ‘obriga’ a que os países da linha da frente tenham que assumir responsabilidades ‘sozinhos’, dos pedidos que lhes são feitos em terra. A UE não impõe medidas necessárias, dada a intransigência dos Estados-Membros que se recusam a colaborar, embora posteriormente a comunicação social tenham transmitido que a UE pretende multar os mesmos. Os países que mais disponíveis se mostraram com atitudes solidárias foram a Alemanha, a França, a Suécia

---

c) Um sistema comum que vise, em caso de afluxo maciço, a protecção temporária das pessoas deslocadas;

d) Procedimentos comuns em matéria de concessão e retirada do estatuto uniforme de asilo ou de protecção subsidiária;

e) Critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de asilo ou de protecção subsidiária;

f) Normas relativas às condições de acolhimento dos requerentes de asilo ou de protecção subsidiária;

g) A parceria e a cooperação com países terceiros, para a gestão dos fluxos de requerentes de asilo ou de protecção subsidiária ou temporária.

3. No caso de um ou mais Estados-Membros serem confrontados com uma situação de emergência, caracterizada por um súbito fluxo de nacionais de países terceiros, o Conselho, sob proposta da Comissão, pode adoptar medidas provisórias a favor desse ou desses Estados-Membros. O Conselho delibera após consulta ao Parlamento Europeu.” (artigo 78º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/Lisboa/tratados-TUE-TFUE-V-Lisboa.html>).

<sup>7</sup> “É garantido o direito de asilo, no quadro da Convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951 e do Protocolo de 31 de Janeiro de 1967, relativos ao estatuto dos refugiados, e nos termos do Tratado que institui a Comunidade Europeia.” ([http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf)).

<sup>8</sup> <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/Lisboa/conv-genebra%20protocolo%201967.htm>.



e Portugal. Ainda que em proporções diferentes, foram ativos no processo. Mas o problema implícito na passividade da União Europeia é que agrava a questão, pois corre o risco de se tornar uma naturalização do fenómeno onde ninguém se posiciona e a causa fica camuflada apresentando-se como resolvida. O que acontece por exemplo, com os refugiados provenientes de países africanos que estão em fuga por razões humanitárias e de guerra que são invisibilizados em longa medida.

A dificultar o processo, para além da crescente burocratização, existem ainda protocolos e acordos estabelecidos em países terceiros como a Turquia<sup>9</sup> e que agora pretendem incrementar na Líbia, como vimos acima. Esses acordos devem ser analisados com vista à resolução das desigualdades e injustiças que provocam e que não serão mais do que formas de transferir o problema que ‘bate a porta’ da União Europeia. Percebemos que as medidas adotadas procuram fomentar uma Europa sólida e emancipada, onde a saída dos seus cidadãos para qualquer outro país no mundo é um direito, mas o contrário não - a entrada de outros é cada vez mais restrita, condicionada: “as políticas migratórias têm sido, em larga medida, defensivas e orientadas para o controlo, e só raramente pró-activas” (Martiriello, 2006 *cit. in* Pennix, Martiriello, 2010: 153). Os outros são considerados indignos de confiança até serem comprovadamente inocentes, tal tratamento “reflete não apenas uma suposição de “alteridade”, mas também uma implicação da criminalidade.” (Ager, Strang 2010:593).

Resta-nos falar quanto ao acordo Schengen diante desse processo transitório. Para alguns representantes políticos o acordo mantém-se o mesmo, o que não parece quando vemos alguns dos Estados-Membros se negarem a participar no processo de recolocação, e outros países, como a Alemanha, Áustria, Dinamarca, Suécia e Noruega a renovarem o controlo temporário de fronteiras dentro do espaço Schengen. Este controlo foi imposto durante a crescente vaga de requerentes de asilo na Grécia, o que segundo o jornal Público (2017) “gerou movimentos de pessoas numa dimensão inédita pelas fronteiras de vários países europeus”<sup>10</sup>. Sem contar que esteve sobre a mesa a possibilidade da retirada da Grécia do espaço Schengen<sup>11</sup> justamente por ser a fronteira geograficamente mais ‘aberta’ e a qual se entendeu ser incapaz de se proteger.

O acordo bilateral sobre a recolocação que os países da U.E, têm de cumprir tem uma duração de dois anos, ou seja, começou em 2015 e acaba em setembro de 2017 e

---

<sup>9</sup> <http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2016/03/18-eu-turkey-statement/>

<sup>10</sup> <https://www.publico.pt/2017/05/02/mundo/noticia/comissao-europeia-pede-fim-do-controlo-temporario-de-fronteiras-dentro-de-schengen-1770722>

<sup>11</sup> <https://www.publico.pt/2016/01/25/mundo/noticia/expulsar-a-grecia-do-euro-e-de-schengen-1721377>

até ao momento, poucos países o fizeram. O que indica, que aqueles que chegarem até essa data nos países de acolhimento entrarão sob esse acordo. Aos demais que chegarem depois ainda não se sabe o que acontecerá. Existe uma espécie de *ranking* elaborado pela U.E que define neste momento quais países poderão chegar a fronteira posteriormente a data. Apenas as pessoas nascidas na Eritreia, no Iraque e na Síria fazem parte desse acordo por possuírem um valor de 75%<sup>12</sup> da taxa de reconhecimento pela UE e podem atravessar a fronteira da Grécia com a Macedónia. Alterou-se o trabalho dos *hotspots* para os refugiados/migrantes que chegaram depois de 20 março de 2016 com a Declaração entre UE-Turquia<sup>13</sup>, o que incita ao endurecimento de discursos e de ações contra quem quer que apoie as travessias irregulares: sejam os passadores ou contrabandistas (erradamente designados como traficantes), sejam as ONG que socorrem os náufragos no mar, o que ocasionou no fechamento dos *hotspots*. Essas medidas foram tomadas porque a UE não tem conseguido controlar suas fronteiras. Para que se entenda melhor, a realidade em números sobre o processo de recolocados até o momento, segue abaixo um gráfico do ACNUR relativamente às pessoas que forma recolocadas até à data de 03 de março de 2017. Neste gráfico é possível ver a participação dos Estados-Membros e dos países do EFTA<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Ponto 5 <http://www.refugiados.acm.gov.pt/agenda-europeia-da-migracao/> (consiste num ranking, onde consta de quais os países que podem receber refugiados)

<sup>13</sup> <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52016DC0222>

<sup>14</sup> <https://data2.unhcr.org/en/situations/mediterranean>

# EU EMERGENCY RELOCATION MECHANISM

As of 03 March 2017

[data.unhcr.org/mediterranean](http://data.unhcr.org/mediterranean)

## 13,596 Total persons relocated

**9,632** Relocated from Greece  
(14% of 66,400)

**3,964** Relocated from Italy  
(9% of 39,600)

Countries	Relocation from Italy	Relocation from Greece	Allocation
Austria		0	1,803
Belgium	88	338	3,812
Belgium	4	38	1,300
Croatia	8	10	888
Cyprus	10	88	330
Czech Republic	4	12	2,861
Denmark			
Estonia		87	328
Finland	881	880	2,878
France	280	2,476	16,716
Germany	10,700	1,886	27,836
Greece	4	4	4
Hungary			1,294
Ireland		320	608
Italy	4		
Latvia	8	218	481
Lithuania		238	471
Luxembourg	81	188	987
Malta	48	90	331
Netherlands	476	1,011	8,817
Poland		0	6,160
Portugal	301	810	3,891
Romania	48	803	4,190
Slovakia		16	960
Slovenia	33	191	817
Spain	144	796	6,323
Sweden	38	4	3,768
United Kingdom			
Ireland ***			
Latvia ***			
Lithuania ***		50	19
Netherlands ***	478	271	
Spain ***	471	79	
Total	1,566	6,857	86,716

Countries	Relocation from Italy	Relocation from Greece	Allocation
Austria		-	1,953
Belgium	58	338	3,812
Bulgaria	-	29	1,302
Croatia	9	10	968
Cyprus	10	55	320
Czech Republic	-	12	2,691
Denmark	-	-	-
Estonia	-	87	329
Finland	504	560	2,078
France	282	2476	19,714
Germany	1070	1556	27,536
Greece	-	-	-
Hungary	-	-	1,294
Ireland	-	320	600
Italy	-	-	-
Latvia	9	219	481
Lithuania	-	229	671
Luxembourg	61	165	557

Malta	46	50	131
Netherlands	476	1011	5,947
Poland	-	0	6,182
Portugal	302	810	2,951
Romania	45	523	4,180
Slovakia	-	16	902
Slovenia	23	101	567
Spain	144	706	9,323
Sweden	39	0	3,766
United Kingdom	-	-	-
Iceland ***	-	-	-
Liechtenstein ***	-	10	-
Norway ***	415	271	-
Switzerland ***	471	78	-
<b>Total</b>	<b>3,964</b>	<b>9,632</b>	<b>98,255</b>

Estas tabelas, representam a lista dos países onde foram recolocados refugiados, de onde originam (Grécia ou Itália) e quantos foram recolocados.

## 2. O caso Português

Segundo Santinho (2011) as características atuais dos refugiados que chegam a Portugal continuam sendo as mesmas pois ainda hoje Portugal, é o “país que a maioria desconhece e do qual não possui quaisquer referências geográficas, socioculturais, linguísticas ou sequer, redes familiares ou sociais que lhes sirva de conforto e apaziguamento.” (p.2). O que acaba por ser muitas vezes um “[p]aís que lhe concede asilo, mas que dificilmente lhe dá acolhimento” (idem:1).

Os representantes administrativos nacionais (que mais adiante neste trabalho serão mencionados também como líderes decisores) sobre o assunto dizem que é através do histórico de integração com a população migrante em Portugal, mais precisamente nos anos de 2002<sup>15</sup>, que foi possível pensar e desenvolver políticas de acolhimento para os refugiados que vêm dos países conhecidos como ‘linha da frente’, os quais recebem proteção legal em Portugal. Nesse caso, são reconhecidos como recolocados (acordo de cotas desenvolvido na União Europeia como forma de aliviar Grécia e Itália, países fronteiriços que negociam os números que cada país receberá e estabelecem a pessoa que será recolocada, protegida nesse país, e que em nenhum outro desfrutará da proteção legal já atribuída uma vez). É de referir que para Portugal, o número de recolocados a receber foi de 4500, porém o atual primeiro-ministro (António Costa) quase duplicou o valor disponibilizando-se a receber mais 5800 pessoas entre 2015 e 2017.

Existe um fator que parece ser pouco divulgado, é que “Portugal recebeu entre 1933 a 1945 cerca de aproximadamente 50.000 - 100.000 refugiados” (Pimentel 2006 *cit.in* Santinho 2011:20) e que já na altura, foi conhecido como sendo um lugar importante por poder transmitir momentos de paz, contudo encarado como sendo um “lugar transitório para suas vidas atribuladas.” (idem: 21). Estes refugiados eram judeus provenientes do território Alemão<sup>16</sup>, (Schaefer, 2014). As razões para Portugal ser visto como um país transitório apresentados naquela época, eram a “dificuldade em arranjar trabalho e a pobreza do país.” (Santinho, 2011:21). Nos anos 80, de acordo com Santinho (2011), assistiu-se ao regresso de muitos portugueses exilados do regime fascista e que vinham de França, Suíça, Brasil. Isto terá contribuído para a sensibilização sobre o que

---

<sup>15</sup> Essa informação é obtida através da entrevista realizada com o Dr. Rui Marques representante da PAR e com o Dr. Pedro Calado representante do Alto Comissariado para as Migrações.

<sup>16</sup> [https://digitalis.uc.pt/files/previews/104933\\_preview.pdf](https://digitalis.uc.pt/files/previews/104933_preview.pdf)

é ser um refugiado. Para além disso, Portugal sempre foi um país de emigrantes e os partidos populistas, nacionalistas e de extrema-direita têm pouca representação.

Neste momento, segundo Constança Urbano de Sousa (atual ministra da administração interna) Portugal tem 1306 recolocados<sup>17</sup>, 1003 dos quais são provenientes dos *hotspots* da Grécia e 303 da Itália. Ainda, nestes 17 meses de parceria com a União Europeia para o processo de recolocação (que iniciou em 2015), 555 terão abandonado o país (com destino a Alemanha, Holanda, França, Suécia e Bélgica por diferentes razões) e 179 efetuaram pedido de retorno. Nestes números, podemos verificar que 100% estão inscritos no SNS; 38% encontram-se empregados ou em formação; 94% estão a aprender português e 77% têm Número de Identificação Fiscal (NIF), sendo distribuídos por 91 municípios. É de salientar, também que cresceram os pedidos de asilo espontâneo. Porém, a realidade tem-se mostrado um pouco dura, até este momento apenas “64 já obtiveram o estatuto de proteção internacional”, referiu o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) em respostas enviadas por correio eletrónico. Ou seja: 5% do total.” (Público, 2017)<sup>18</sup>. Mas no relatório anual do SEF publicado recentemente diz haver “o reconhecimento de 104 estatutos de refugiado e a concessão de 267 títulos de autorização de residência por razões humanitárias” (Rifa, 2016:41)<sup>19</sup>

Portugal tem vindo a ser constantemente elogiado pelas suas políticas de solidariedade, sendo visto por muitos países como um exemplo e inclusive tem vindo a receber visitas de pessoas de várias partes do mundo que procuram perceber como o processo tem sido conduzido. O que levanta questões perante a imprensa internacional sobre suas intenções, quando na Europa muitos países literalmente ergueram muros. Há os que consideraram que a solidariedade portuguesa é uma maneira de ganhar margem de manobra nas negociações com Ângela Merkel no que diz respeito à “viragem da política de austeridade”, ao que o ministro dos Negócios Estrangeiros (Augusto Santos Silva) respondeu: “Portugal não está a tentar ganhar pontos com a sua política com os

---

<sup>17</sup><http://www.tvi24.iol.pt/videos/sociedade/portugal-ja-acolheu-mais-de-1300-refugiados/5912228f0cf28390002432e4>

<sup>18</sup> <https://www.publico.pt/2017/04/29/sociedade/noticia/portugal-esta-a-deixar-refugiados-sem-estatuto-e-sem-direitos-1770399>

<sup>19</sup> <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2016.pdf>

refugiados, nem está a tentar ganhar capital para utilizar noutra área"<sup>20</sup>. Vê-se inclusive numa matéria norte-americana que diz:

“So far, however, just 149 refugees have trickled in to Portugal under the relocation plan.

That pitifully low number is due, Portuguese officials insist, more to the inefficiencies of the EU plan than any lack of readiness on their part.

They point out that Portugal is still in third place — behind France and Finland — in receiving refugees under the plan.

After welcoming a first planeload of 64 refugees flown directly from Greece on March 7, the government is studying an appeal from refugee support groups for an EU-funded air-bridge to bring in many more and serve as a model for other countries.

Cynics suggest the big-hearted refugee policy — given the lack of actual refugees — is an easy way for Costa to make friends in Berlin and Brussels as he seeks to persuade eurozone budget hawks to grant space for his drive to “turn the page on austerity.

Portugal is not aiming to win points with its policy on refugees, or to gain capital that could be used in other areas. This is not our motivation,” Foreign Minister Augusto Santos Silva said during a recent meeting with foreign journalists. “Providing a welcome to refugees is an obligation under international law.

He wants to recruit Middle Eastern farmers and forestry experts to help repopulate rural regions short on manpower. Costa’s also hoping to attract the brightest: visiting Berlin last month, he announced an offer of 2,000 university places for Syrian students.” (Paul Ames, 3/22/16, 5:32 AM CET Updated 3/22/16, 7:33 AM CET<http://www.politico.eu/article/portugal-to-syrians-come-west-refugee-crisis-portuguese-prime-ministerantonio-costa/>).

Ao que levou Portugal a responder, da seguinte forma: "Portugal não pretende conquistar pontos com a sua política de refugiados, nem ganhar capital que possa ser utilizado noutras áreas. Esta não é a nossa motivação ", o ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, disse durante uma recente reunião com jornalistas estrangeiros. "Dar as boas-vindas aos refugiados é uma obrigação do direito internacional".<sup>21</sup> Alguma imprensa internacional insinuou ainda, que as intenções do primeiro-ministro se baseiam em querer recrutar agricultores do Oriente Médio e especialistas em silvicultura para ajudar a repovoar as regiões rurais com a falta de mão-

---

<sup>20</sup> <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/portugal-esta-a-acolher-como-vai-integrar-1735470>

<sup>21</sup> <http://www.politico.eu/article/portugal-to-syrians-come-west-refugee-crisis-portuguese-prime-ministerantonio-costa/>).

de-obra: “também espera atrair os mais brilhantes: visitando Berlim no mês passado, ele anunciou uma oferta de 2.000 lugares universitários para estudantes sírios.”<sup>22</sup> Estas posturas políticas levantam implicações como veremos no capítulo seguinte sobre a integração e o acolhimento, e por esta razão é trazida neste trabalho.

## **2.1. O que significa ser imigrante, emigrante, migrante?**

O termo emigração designa o ato de emigrar, significa a saída de alguém com ausência suposta de duração significativa do seu país, mantendo a relação de nacionalidade à qual a sua vida política no território está adstrito. Emigrar significa, portanto, deixar “a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em país estrangeiro” (Trindade, 1995:31). Desse jeito, as pessoas que fazem essa opção são designadas por emigrantes por quem as considere como sendo ausentes durante o tempo que se mantiver essa situação. Não obstante, é importante mencionar que cada vez mais as migrações vêm sendo circulares<sup>23</sup> deixando de haver apenas os movimentos bi-polares mas também transitórios entre vários territórios. É o caso, hoje em dia, de muitas famílias transnacionais (a mesma família espalhada por vários países, circulando, por vezes, entre eles) motivadas cada vez mais pelas oportunidades do mercado de trabalho e de segurança, em alguns casos.

Já ao contrário, ou seja, aquele que se desligou saiu do país com que mantém uma relação de nacionalidade e vida política, ao chegar no país de ‘acolhimento’, no país de escolha, será visto como imigrante. Quem sai como emigrante chega ao outro lado imigrante, e se torna migrante quando este período de estadia num país que não é o seu de nascença, se prolonga por tempo indeterminado ou quando internamente migra para outros lugares. Ora, compreender as diferenças desses conceitos é fundamental quando percebemos constantemente os refugiados serem ‘classificados’ como imigrante, a imigração tem por base diferentes motivações e ser imigrante é diferente de ser refugiado.

A separação dos conceitos procura por conseguir clarificar um determinado entendimento no seu imediato porque na verdade, nem sempre a separação dos mesmos significa alguma diferença na vida daqueles que têm que sair de um país (quer migrante, imigrante ou refugiado). Santinho (2011) nos alerta, por exemplo, para o facto de as

---

<sup>22</sup><http://www.politico.eu/article/portugal-to-syrians-come-west-refugee-crisis-portuguese-prime-ministerantonio-costa/>

<sup>23</sup> Antes com a falta de meio de transporte, as pessoas costumavam fazer viagens próximas do seu país, porém nos dias de hoje, podemos viajar para qualquer país, tornando o Mundo numa aldeia global.



diferenças estabelecidas entre os conceitos fazerem parte de um “léxico político-jurídico que contribui, em última instância, para barrar cada vez mais o acesso à proteção num país de asilo.” (p.3). Acrescenta ainda que ao transpor as fronteiras “particularmente as do espaço Schengen, não está tão-pouco garantida a proteção prometida por todos os países que assinaram a Convenção de Genebra.” (Santinho, 2011:3).

Existe também o facto, de que um emigrante económico pode ser considerado um refugiado, quando este se coloca numa tentativa de sobrevivência (por exemplo por razões climáticas, como será mencionado mais adiante no trabalho), embora este facto não seja juridicamente tido em consideração. O oposto também é verdade: refugiados que passam a imigrantes indocumentados. Desta forma Santinho (2011) salienta que as:

“políticas europeias tendem cada vez mais a disseminar a ideia da existência de — “fluxos migratórios” que invadem a Europa e, junto a esta ideia, surge uma outra: a da presença de — “falsos refugiados” e — “falsos requerentes de asilo”. A generalização destes conceitos cria uma perigosa hierarquia entre as — “verdadeiras” vítimas de perseguição política num extremo e, no outro, os que chegam à Europa por — “meras” razões económicas, como se se pudesse atribuir uma desumana escala de sofrimento provocado pela guerra ou pela fome e pobreza extrema.” (p.4).

Desta forma, percebendo a diferença é que compreendemos que dizer a um refugiado que ele é imigrante retiramos-lhe direitos que podem custar-lhe a vida.

### **2.1.2. Os imigrantes em Portugal**

Portugal não apresenta como sendo um país com muita história na imigração como por exemplo, os Estados Unidos, Canadá, França entre outros da América e da Europa. Mas antes, tem uma longa história de emigração. Embora tenha sempre recebido ao longo da história imigrantes e refugiados, com maior intensidade em determinados períodos que noutros, contudo, nunca fora de forma representativa. Desde o final dos anos 90, que se têm vivido fluxos migratórios intensos, que colocam Portugal como um destino de preferência para a imigração: “Este movimento tem de ser entendido como a outra face da colonização, ou [...] o movimento do «regresso das «caravelas»” (Costa, 1998:70), embora hoje percebemos que as ondas migratórias muito se modificaram com o tempo, como veremos a seguir.

Como país de imigração, Portugal tem sido escolhido como um país para se viver por pessoas provenientes das ex-colónias e os motivos podem ser diversos, mas o predominante é a facilidade com a língua, proximidade com a cultura, familiares e

amigos, e inclusive o clima. Para Ribeiro, (2014) em sua tese de doutoramento intitulada por “*Educação e Cidadania de jovens e Imigrantes: Constrangimentos e Possibilidades de participação Cívica e Política*”, podemos compreender o fluxo migratório em Portugal em 4 fases:

“a fase dos antecedentes históricos, com protagonismo para o processo de descolonização; a fase da necessidade em regular a imigração ilegal na década de 1990, destacando-se as Regularizações Extraordinárias de 1992/93 e 1996; a fase das exigências do mercado de trabalho do final da década de 1990 até meados da década de 2000; e, por último, a fase do declínio do mercado de trabalho que é acompanhada por políticas de imigração menos restritivas (p.117)

Segundo o último relatório anual do Serviço Estrangeiro e Fronteira (SEF), Portugal tem 397.731 residentes legais de diferentes países, como nos mostra o gráfico abaixo:

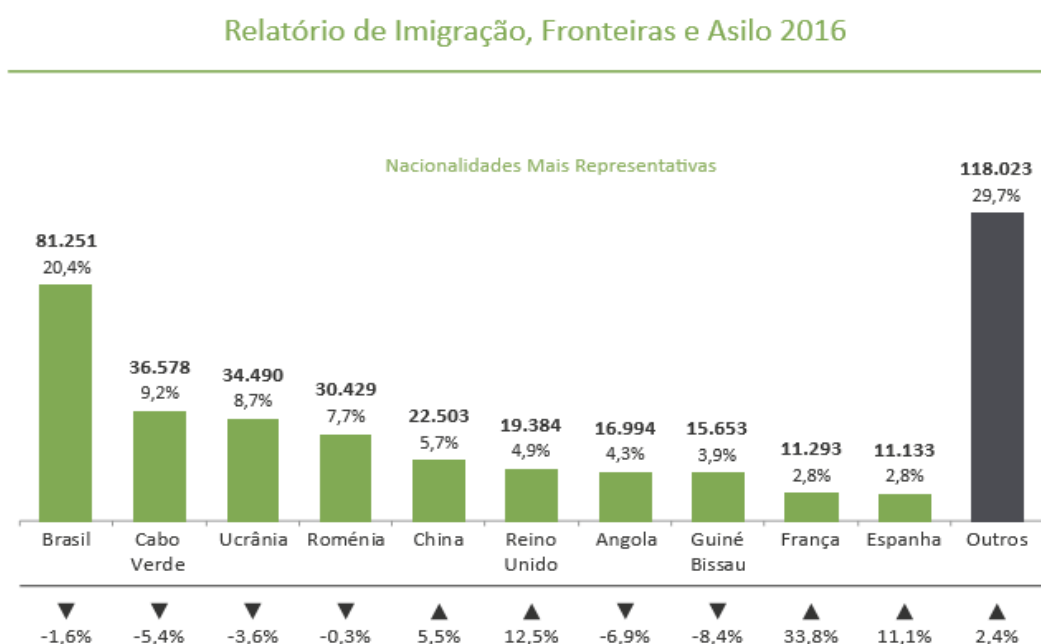


Gráfico retirado do relatório anual do SEF de 2016. ([https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2016.pdf](https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2016.pdf))

É de salientar que no gráfico existe uma grande representatividade pelos “outros”, o que mostrou ser bastante expressivo. “A estrutura das dez nacionalidades mais representativas alterou-se com a entrada da França, cuja comunidade registou um aumento superior a 33% face a 2015, e a consequente saída de São Tomé e Príncipe da lista em apreço, com uma redução homóloga de 6,1%. De salientar ainda que o Reino Unido, em 2016, passou a ser a sexta nacionalidade mais relevante (19.384), com um crescimento de 12,5%, suplantando Angola (16.994)” (Rifa, 2016:10). O que pode estar

relacionado ao fato de muitos reformados de dentro da União Europeia escolherem Portugal (Algarve, por exemplo) para viver, uma vez que é um país seguro e que o governo oferece durante dez anos uma isenção de impostos sobre as pensões<sup>24</sup> (Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro)

Não se pode deixar de mencionar que é a entrada de Portugal na União Europeia que por consequência trouxe o acordo Schengen<sup>25</sup>, fez com que se acentuassem os crescentes fluxos migratórios, como também outros acordos que se têm desenvolvido desde então, nomeadamente, políticas de integração e acolhimento a estrangeiros. Posto isto, importa dizer que as políticas de integração dos imigrantes em Portugal, num âmbito geral, começam a ser implantadas sobretudo “a partir da década de 2000” (Ribeiro, 2014:129), sob a influência do que Sardinha (2007) chama de dois grupos de factores, um externo que já fora aludido acima (a entrada no espaço comum europeu) e um interno:

“constituído por um conjunto de situações tais como: o aumento significativo da população imigrante, o aumento dos imigrantes ilegais, a instabilidade provocada pela marginalização social, a crescente tensão inter-racial (com o aumento das manifestações racistas e xenófobas), e a emergência de associações em representação dos imigrantes que faziam pressão sobre o governo e a sociedade civil para uma atitude mais proactiva sobre a população imigrante (Sardinha, 2007: 12)

O que permitiu a Portugal rapidamente realizar, pelo menos a nível da retórica, um conjunto de políticas de imigração que são consensualmente compartilhadas dentro

---

<sup>24</sup> Aos residentes não habituais em território português que obtenham, no estrangeiro, rendimentos da categoria A, aplica-se o método de isenção, bastando que se verifique qualquer das condições previstas nas alíneas seguintes:

a) Sejam tributados no outro Estado contratante, em conformidade com convenção para eliminar a dupla tributação celebrada por Portugal com esse Estado; ou b) Sejam tributados no outro país, território ou região, nos casos em que não exista convenção para eliminar a dupla tributação celebrada por Portugal, desde que os rendimentos, pelos critérios previstos no n.º 1 do art.º 18.º do CIRS, não sejam de considerar obtidos em território português. Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro.

<sup>25</sup> “Aludindo especificamente à influência que o Acordo Schengen teve sobre as políticas de imigração portuguesas, Teixeira e Albuquerque (2005, pp. 9-10) referem o seguinte: “As políticas de imigração em Portugal eram fragmentadas e quase inexistentes até 1992, quando a adesão de Portugal ao Acordo Schengen em 1991 forçou o governo português à introdução de uma política de imigração mais estruturada. Até então, os laços históricos com os países africanos de língua oficial portuguesa [PALOP] e com o Brasil tinham tornado Portugal numa porta privilegiada de entrada e permanência de populações de imigrantes provenientes desses países. Como resultado do Acordo Schengen e, depois, do Tratado de Amesterdão, o governo português teve que apertar o controlo sobre a entrada, permanência e saída de nacionais de países terceiros no território português. Uma das consequências da nova direção da política de imigração foi a criação de tensões sociais entre Portugal e as comunidades imigrantes e governos dos PALOP e Brasil. Portugal viu-se, assim, no dilema de cumprir com os regulamentos da União Europeia e tentar preservar os fortes laços que o ligavam a países de língua oficial portuguesa. Como resultado, o governo português tentou dar um tratamento preferencial aos nacionais de países terceiros provenientes de países de língua portuguesa em relação a outros nacionais de países terceiros” (Ribeiro, 2014:129-130)

do parlamento português. Essas posturas políticas que em determinados momentos são inexistentes, mas que em outros aparecem rapidamente estabelecidas como se sempre existisse, está diretamente relacionada ao que os Estados entendem ser prioritário responder naquele momento. O que passa muitas vezes por “resolver duas questões de natureza totalmente diversa, uma vez que uma é de ordem quantitativa, isto é, quantos imigrantes deve o país receber, e a outra é de caráter qualitativo, ou seja, qual deve ser o perfil dessas pessoas” (Baganha, 2005:30).

Posto isso é possível concluir que as políticas imigratórias estão cada vez mais ligadas aos interesses do mercado onde os Estados, no exercício dos seus direitos de soberania, definem políticas migratórias, mais ou menos restritivas, ao estabelecerem e controlarem quem pode entrar e permanecer no seu território e, subsequentemente, pertencer ao todo nacional. “No exercício destes direitos, os Estados promulgam e implementam legislação que visa regulamentar os seguintes aspetos da relação cidadão estrangeiro/Estado nacional: entrada, permanência, aquisição de nacionalidade e expulsão do território nacional” (Baganha, 2005:29-30). Sendo assim, com essa experiência de imigração e políticas de integração que Portugal tem preparado o acolhimento do novo fluxo de pessoas refugiadas.

### **2.1.3 A necessidade de compreender os estatutos e suas diferenças: o que é ‘ser’ refugiado, recolocado, reinstalado ou obter proteção humanitária?**

*“Preocupamo-nos não apenas com o problema técnico de assegurar e manter a paz, mas também com as importantes tarefas de educação e esclarecimento.”  
Einstein em Discurso de refugiado. Royal Albert Hall - Londres - 3 de outubro de 1933.*

A História da humanidade, coloca-nos frente a situações que não são, propriamente, de escolha individual ou procura voluntária, mas sim, condicionantes de fatores externos que torna o percurso cada vez mais penoso e carregado de sofrimento. É o caso das guerras, catástrofes naturais bem como outras situações parecidas, consequentemente, dos refugiados - “migrantes forçados”.

Reforçando o que já fora dito, um imigrante independentemente do porquê e do como, pois, existem diferentes situações que o forcem, impulsionam ou levam a tomar essa atitude, sempre tem uma aspiração/motivação em sair de um país e ir para outro a qual podemos dizer ser uma escolha. Ao contrário dos refugiados. A escolha dele é apenas uma, poder viver porque ficar significa morrer.

São as predisposições na eminência de não morrer, que implica às políticas de imigração terem outras responsabilidades: dar algum tipo de resposta. Existem diferentes tipos de reconhecimento legal para um estrangeiro, por exemplo como se pode verificar no quadro a seguir:

Refugiados	Refugiado é aquele imigrante que tem este status reconhecido pelo governo português, pelo ACNUR ou por outra organização internacional a partir da normativa da Convenção de 1951 sobre status de refugiado, do Protocolo de 1967 sobre o status de refugiado <sup>1</sup> , ou de uma normativa interna (como a Lei n.º 27/2008 de 30 de junho).
Requerente de asilo	Todo imigrante que, tendo formalizado o seu pedido de refúgio ao governo português, aguarda a decisão da sua solicitação.
Recolocado	“O regime temporário de recolocação de emergência foi instituído em setembro de 2015 por duas decisões do Conselho, nas quais os Estados-Membros se comprometeram a recolocar as pessoas com necessidade de proteção internacional a partir de Itália e da Grécia. As decisões de recolocação dizem respeito ao compromisso de recolocar 98 255 pessoas, depois de o Conselho ter adotado, em 29 de setembro de 2016, uma alteração da segunda decisão do Conselho em matéria de recolocação, a fim de tornar disponíveis 54 000 lugares ainda não atribuídos, tendo em vista a admissão legal de sírios na UE a partir da Turquia.” (comunicado de imprensa, Bruxelas, 8 de fevereiro de 2017)
Reinstalado	“O conceito de refugiados reinstalados, corresponde a pessoas que já adquiriram o estatuto previamente à entrada [por exemplo] Portugal, mas que por alguma razão não puderam permanecer nesse país. São várias as razões para que tal aconteça. As principais relacionam-se com a pressão demográfica no 1º país de asilo (como é o caso da [Grécia], por exemplo) ou a falta de condições de saúde para garantir a sobrevivência. (Santinho, 2012b:8)
Beneficiário de proteção subsidiária	A concessão de autorização de residência aos estrangeiros e aos apátridas a quem não seja aplicável a definição de “refugiado” e que sejam impedidos ou se sintam impossibilitados de regressar ao país da sua nacionalidade ou da sua residência habitual, quer atendendo à sistemática violação dos direitos humanos que aí se verifique, quer por correrem o risco de sofrer ofensa grave, nomeadamente, pena de morte ou execução; tortura ou pena ou tratamento desumano ou degradante; ou ameaça grave contra a sua vida ou integridade física, resultante de violência indiscriminada em situações de

	conflito armado internacional ou interno ou de violação generalizada e indiscriminada de direitos humanos.
Proteção internacional	“o reconhecimento, por parte das autoridades portuguesas competentes, de um estrangeiro ou de um apátrida como pessoa elegível para concessão de autorização de residência por proteção subsidiária;
Apátrida	“Ser apátrida significa não possuir nacionalidade ou cidadania. É quando o elo legal entre o Estado e um indivíduo deixa de existir. As pessoas apátridas enfrentam numerosas dificuldades em seu quotidiano: não possuem acesso aos serviços de saúde e educação, direitos de propriedade e direito de deslocar-se livremente. Eles também são suscetíveis a tratamento arbitrário e a crimes como o tráfico de pessoas. Sua marginalização pode criar tensões na sociedade e levar à instabilidade a nível internacional, provocando, em casos extremos, conflitos e deslocamentos.” (ACNUR)

Alteração da Lei de Asilo 26/2014 [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?tbla=leis&nid=2095&pagina=1&ficha=1](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?tbla=leis&nid=2095&pagina=1&ficha=1)

O trâmite da política de Asilo tem como base os direitos humanos e é regida por uma agência internacional que protege os direitos de quem foge à guerra. Essa proteção exige posturas a nível internacional. No caso europeu, a comissão europeia promove uma política que delega a cada estado-membro uma decisão final. No caso português, o responsável maior é o Ministério da Administração Interna – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Desta forma, é o SEF o responsável nacional pela política de asilo, ou seja, pela atribuição do estatuto e todo o reconhecimento legal de estrangeiros. O estrangeiro ou apátrida que pretende pedir asilo em Portugal deve fazê-lo em território nacional ou fronteira (marítima ou aérea) ao SEF, à Polícia de Segurança Pública (PSP); à Guarda Nacional Republicana (GNR) ou à Polícia Marítima (PM).

No início do processo, é feita a recolha de fotografia e impressões digitais a maiores de 14 anos. Estes recebem uma notificação para prestar declarações, no prazo de 5 dias úteis, no Gabinete de Asilo dos Refugiados (GAR) -SEF. Após este processo recebem uma declaração comprovativa da apresentação do pedido de asilo. Esta é emitida em até três dias após a apresentação do pedido e tem validade até à decisão final e neste período de tempo, não permite acesso ao mercado de trabalho, não confere direito de residência e também não atesta a identidade ou nacionalidade. Garante aos menores acesso a educação, acesso ao Sistema Nacional de Saúde (SNS) e apoio jurídico prestado pelo Conselho Português para os Refugiados (CPR). O pedido feito

em fronteira segue os mesmos parâmetros e o CPR pode fazer entrevistas nas fronteiras.<sup>26</sup>

Este processo, estabelece direitos e deveres. **Direitos:** intérprete sempre que necessário; aconselhamento e acompanhamento jurídico pelo CPR; ser informado sempre que precise; direito a beneficiar de apoio judiciário nos termos gerais; a beneficiar de apoio social para alojamento e alimentação no caso de carência económica e social; acesso ao SNS. **Deveres:** manter informado o GAR sobre sua residência, devendo imediatamente comunicar qualquer alteração de morada e comparecer no GAR sempre que o SEF solicitar<sup>27</sup>.

Na primeira fase do processo, o requerente presta declarações ao GAR no SEF, apresentando os seguintes documentos: identidade, nacionalidade, família, residências anteriores, pedidos de asilo anteriores, itinerário, relato das circunstâncias ou factos que fundamentam o pedido. Após audição é elaborado um relatório escrito que é notificado ao requerente, podendo este pronunciar-se sobre o seu teor, no prazo de 5 dias. No entanto, só passado 20 dias é proferido, uma primeira decisão. Sendo **positiva** e dentro do território nacional, passa para a fase da instrução, ocorrendo na fronteira o processo é igual, mas permite também a entrada no país. Porém, se for **negativa** é emitido um aviso de abandono ao país, sob pena de expulsão, sendo suscetível de recurso judicial. Na fronteira, determina o regresso ao ponto de origem ou ao Estado que emitiu o documento de viagem. Também é suscetível de recurso. Na segunda fase do processo, a decisão para o **pedido de instrução** determina a Autorização de Residência Provisória (ARP) por 4 meses, renovável por igual período. Essa Autorização garante: acesso ao mercado de trabalho, ensino, SNS e apoio jurídico. Quando, enfim se tem a decisão, sendo **positiva**, é atribuído o estatuto de refugiado e emitida uma Autorização de Residência ou é concedida proteção subsidiária, por razões humanitárias. Uma decisão **negativa** leva à recusa de asilo e recusa de proteção subsidiária, sendo ainda possível um pedido de recurso. No que diz respeito, ao reagrupamento familiar, quem tem estatuto de refugiado possui legitimidade para o requerer<sup>28</sup>.

---

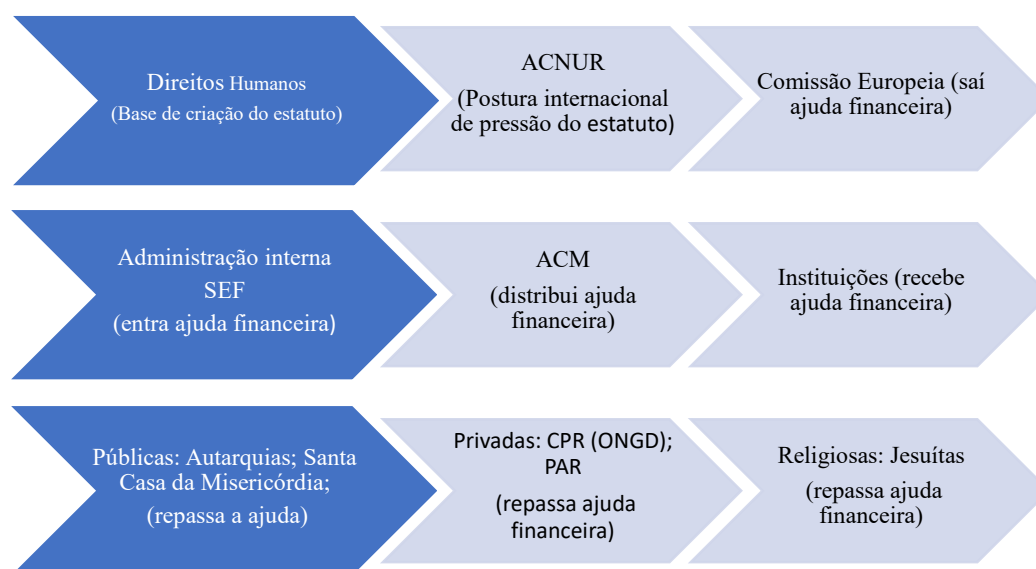
<sup>26</sup>Informações adaptadas do Guia do Requerente de Asilo  
[http://www.sef.pt/documentos/56/guia\\_asilo.pdf](http://www.sef.pt/documentos/56/guia_asilo.pdf)

<sup>27</sup>Informações adaptadas do Guia do Requerente de Asilo  
[http://www.sef.pt/documentos/56/guia\\_asilo.pdf](http://www.sef.pt/documentos/56/guia_asilo.pdf)

<sup>28</sup>Informações adaptadas do Guia do Requerente de Asilo  
([http://www.sef.pt/documentos/56/guia\\_asilo.pdf](http://www.sef.pt/documentos/56/guia_asilo.pdf))

No caso dos **recolocados** que é uma situação diferente, surgem especificidades.

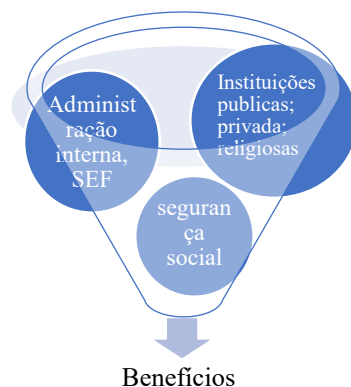
Acrescentamos ao que fora mencionado acima sobre o trâmite da política de asilo a nível nacional, quando chega ao Ministério da Administração Interna, este tem delegado as suas funções as mais variadas instituições. Segue um esquema, dessa articulação:



Ao mesmo tempo, os benefícios destinados a quem recebe estatuto de asilo ou proteção subsidiária passa pelas mesmas instituições. Ou seja, o Ministério da Administração Interna recebe a ajuda financeira da comissão europeia, este delega responsabilidades ao ACM, que distribui a ajuda financeira entre as instituições parceiras que trabalham no processo de acolhimento. Estes benefícios, por enquanto, por dois anos, estão relacionados ao processo **emergente de cotas dos recolocados**. Acrescentando ainda que sendo conferido o estatuto de refugiado ou proteção subsidiária, os recolocados, após os dois anos de acesso a esses benefícios, se necessário for, podem ter ajuda da Segurança Social<sup>29</sup>. Resumindo o processo:

<sup>29</sup> As pessoas ou famílias que necessitam de apoio para melhor integração social e profissional, em situação de carência económica grave, que cumpram as condições de atribuição. (<http://www.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao>)





Neste momento, o processo de reinstalação está suspenso com a emergência do processo de cotas de recolocados ao qual Portugal tem dado mais atenção.

O estatuto de refugiado<sup>30</sup>, tem legalidade de 5 anos renováveis e lhes confere alguns benefícios/direitos (como alojamento, alimentos, dinheiro, atendimento médico, educação e acesso a intérpretes e advogados); a proteção subsidiária é um estatuto de proteção internacional com legalidade de 2 anos renováveis, o que também assegura alguns benefícios. Porém, no caso dos recolocados (que ainda não tem um estatuto definido) por enquanto são garantidos 18 meses dos benefícios descritos acima.

### 3. As medidas políticas nacionais para os refugiados

No que toca a Portugal, as medidas políticas adotadas incidiram “essencialmente na colaboração e apoio em matéria de gestão dos fluxos nos países de entrada desses fluxos – Grécia e Itália – e na assunção da responsabilidade de acolher requerentes de proteção internacional no quadro das figuras de reinstalação e recolocação, num total de 4.574 até setembro de 2017” (Rifa<sup>31</sup>, 2015:39). Ou seja, ao contrário de outros países da União, Portugal tem sido um alinhado solidário da causa e mesmo não havendo uma tradição em receber refugiados, Portugal tem tido um aumento nos pedidos. Foi criado um grupo de apoio ao processo de acolhimento atendido pelo Despacho n.º 10041-A/2015, em setembro de 2015, que tem, com base na Resolução do Conselho de

<sup>30</sup> Um refugiado tem direito a um asilo seguro. Contudo, a proteção internacional abrange mais do que a segurança física. Os refugiados devem usufruir, pelo menos, dos mesmos direitos e da mesma assistência básica que qualquer outro estrangeiro residindo legalmente no país, incluindo direitos fundamentais que são inerentes a todos os indivíduos. Portanto, os refugiados gozam dos direitos civis básicos, incluindo a liberdade de pensamento, a liberdade de deslocamento e a não sujeição à tortura e a tratamentos degradantes. De igual modo, os direitos económicos e sociais que se aplicam aos refugiados são os mesmos que se aplicam a outros indivíduos. Todos os refugiados devem ter acesso à assistência médica. Todos os refugiados adultos devem ter direito a trabalhar. Nenhuma criança refugiada deve ser privada de escolaridade. ([http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/ACNUR\\_2001-2016](http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/ACNUR_2001-2016))

<sup>31</sup> Rifa – Relatório de imigração, fronteiras e asilo

Ministros n.º 5/2016, coordenado politicamente pelo Ministro-adjunto em que têm assento: representantes de organismos públicos: DGAE-MNE, SEF, DGS, DGE, ACM, ISS, I.P., IEFP, I.P., Autarquias locais e Organizações Não-Governamentais: designadamente PAR, CPR, CVP, CNIS, UMP, UM.

Existe um centro de acolhimento para refugiados e, no âmbito do Programa RAME (Regime de Apoio à Criação e Beneficiação de Equipamentos Coletivos no Concelho de Loures) da Câmara Municipal de Loures, foi concedido ao CPR um terreno (situado entre os Bairros da Figueira, Palmeiras e Telefones – freguesias da Bobadela e de São João da Talha), para a construção de raiz de um novo equipamento social constituído por: um Centro para Refugiados, uma Creche/ATL, um Campo Polidesportivo descoberto com balneários de apoio e ainda uma área verde de lazer. E outro em Lisboa só para menores não acompanhados. Sendo assim, os requerentes de asilo têm à sua disposição num período transitório, entre a chegada e a integração no nosso país alojamento, espaços de convívio e lazer, cozinha, banco de roupa usada, biblioteca e mediateca, ateliers, salas de formação e auditório.

Além deste órgão que é divulgado como uma representação nacional do ACNUR, existem outros tipos de apoio, de solidariedade social representada pelas instituições da sociedade civil como voluntárias, a PAR, a Cruz Vermelha e a União da Misericórdias. Mas, para além destes, existe um outro centro de acolhimento, da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa – Pelouro dos Direitos Sociais: o CATR, no Lumiar. Este centro é dirigido em parceria entre a CML e o Serviço Jesuíta dos Refugiados (JRS). No resto do país, e resultantes da parceria entre o ACM e a PAR/JRS, existem muitos outros locais de acolhimento de famílias, normalmente com espaços/casas cedidas pela igreja.

## **CAPÍTULO II: O ACOLHIMENTO E A INTEGRAÇÃO DOS REFUGIADOS NO CONTEXTO PORTUGUÊS**

*“Porque não se erra em receber, se erra em maltratar, se erra em não tratar com dignidade, esse é o erro.” (Francisco Font)*

## 1. O conceito de integração

Pensar o acolhimento e a integração é pensar sobre a nossa relação com a diferença. Por esta razão considera-se ser importante observar que existem diferentes formas de pensar sobre o relacionar-se com o outro. Deste modo, ponderamos refletir sobre qual o tipo de acolhimento que se pretende e quais são as direções políticas em que se baseia o acolhimento e a integração. O que se entende por acolhimento/ integração? Como a sociedade se reconhece enquanto promotora no processo do acolhimento? Pensar sobre essas questões se torna essencial uma vez que são elas, entre outras, que atravessam a nossa relação com a diferença e nos faz posicionar sobre uma determinada concepção de acolhimento e integração.

Segundo Ager e Strang (2008) existem aproximadamente 45 formas de entender o conceito de integração. Já Martiniello (1992) ressalva que existem “tantas definições e concepções de integração quanto autores que escrevem sobre o tópico.” (Martiniello, 1992 *cit.in* Pennix e Martiniello, 2010:131). Nesse sentido, para este trabalho mencionaremos as concepções mais oportunas para o tema. Entendemos que para se conseguir uma integração bem-sucedida, existem quatro factos centrais que se encontram numa dimensão mais geral e ampla que são: **realização e acesso nos sectores do emprego, habitação, saúde e educação**. Com a figura abaixo, podemos verificar como os fatores centrais influenciam outras questões sociais que serão abordadas ao longo do trabalho.

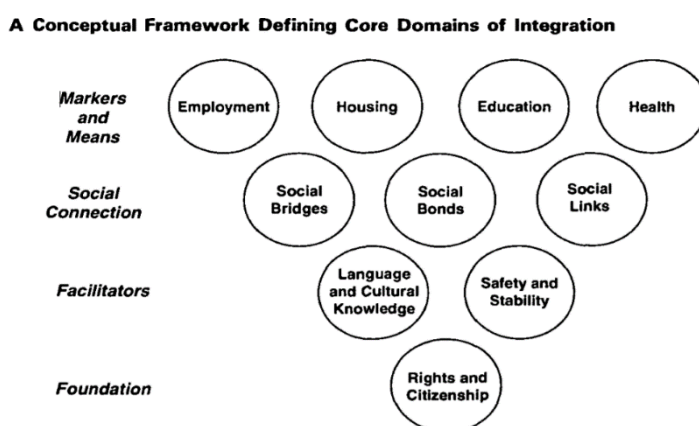


fig.1 Ager, Strang (2008:170)

Para Penninx e Martiniello “[o]s recém-chegados a uma sociedade são frequentemente considerados como o caso clássico do Outro, aquele que não pertence.” (Penninx e Martiniello, 2010: 129). Dessa forma, assumimos que o acolhimento deve se

distanciar das apreciações etnocêntricas nas quais “o outro é diferente devido ao seu estado de desenvolvimento (cognitivo e cultural) [...] fundado na boa consciência civilizacional do ocidente” (Stoer & Magalhães, 2005:142). O acolhimento não deve agir sob a relação de que uma determinada cultura é melhor na sua maneira de pensar e viver, onde o Outro se anula em detrimento disso. Um acolhimento que tenha essa atitude por base não está promovendo uma integração, antes, porém, está muitas vezes sem perceber impondo crenças, valores e formas de vida ao Outro que chega.

Nesse seguimento, para que a integração seja vista como o “processo de se tornar uma parte aceite da sociedade” (Pennix e Martiniello, 2010: 130) não se deve desenvolver atitudes que estejam no parâmetro da tolerância, a qual entende que “o outro é diferente, mas a sua diferença é lida através de um padrão que reconhece essa diferença como legítima (a ser tolerada) [onde] os ‘outros’ são identificados no nosso seio e fora de nós.” (Stoer & Magalhães, 2005:142). Dito de outra forma, como se a sociedade de acolhimento se reconhecesse numa parte dos Outros que chegam e com isso se sensibilizasse. Como por exemplo o caso do menino Aylan Kurdi<sup>32</sup>.

Ainda no mesmo seguimento, a resposta também não deve estar no aproximar-se a uma lógica de generosidade onde o “outro é diferente e essa diferença é assumida como uma construção do próprio Ocidente [...] fundada na má consciência do Ocidente enquanto paradigma social” (idem: ibidem), que se vê, como quem construiu um mundo confortável para si e sente-se culpado pela vida desolada dos outros. Esse não seria um caminho verdadeiro para uma integração positiva, uma vez que o erro dessa postura é que inconscientemente se costuma trilhar sob condutas que seguem uma ideia de que se deve ‘dar voz’ aos silenciados até mesmo quando eles não querem falar. Neste caso, por exemplo, ter uma visão de que sabemos o que é melhor para os refugiados, sem antes procurarmos saber deles e junto deles, o que de facto precisam e decidir políticas que Pennix e Martinello (2008) definem sendo *top-down* (de cima para baixo) e não *bottom-up* (de baixo para cima).

Na realidade, para que o acolhimento possa assumir posturas que permitam uma boa integração do sujeito, é importante compreender que a relação com o diferente deve ter como base estrutural o olhar de que o “outro é diferente e nós também somos! A diferença está na relação entre diferentes” (Stoer & Magalhães, 2005:143), procurando

---

<sup>32</sup> O menino que apareceu às margens do Mar Egeu e comoveu o mundo. Era um menino branco muito parecido às crianças europeias, que fugiu com a família na travessia. Perguntamos nós, se fosse uma criança negra, comoveria com a mesma intensidade? Afinal alguns países africanos se encontram em constantes fugas à guerra, porém, não houve tanta sensibilização e sentimento de altruísmo.

uma integração que a European Council on Refugees and Exiles (ECRE), defende deve ser entendida como multidimensional. Isto é, ter em conta as condições disponíveis para a participação dos refugiados na vida do país de asilo em todas as suas vertentes (económica, social, civil e política), mas uma participação real nessas áreas, e que procure compreender as perceções dos refugiados, em torno da sua aceitação e pertença à sociedade de acolhimento em todos estes âmbitos (ECRE, 2002).

É necessário ter esse diálogo cultural, pois o acolhimento e a integração se encontram no âmbito das práticas sociais e as "práticas sociais têm sempre uma dimensão simbólica" (Santos, 1999:50) e que deve ser clara e consciente para a sociedade de acolhimento se pretende permitir que as pessoas se sintam integradas, procurando que o “reforço – prático – das competências [permitam] melhor comunicação – e compreensão – entre indivíduos de culturas diferentes” (Trindade, 2009:20). Manter um compromisso com a integração (inclusão e participação nas esferas sociais) em vez de efetivar um processo de assimilação daqueles que chegam.

Uma outra forma de entender a integração é sobre o que ECRE (2002) apresenta como definição, e que tem vindo a ser discutida por outros autores. Olhar a integração como um processo de mudança dinâmico e *two-way* (ou recíproco), de longa duração e multidimensional.

A integração, entendida como *two-way* ou recíproca, pressupõe que ambos os atores envolvidos – os refugiados e a sociedade de acolhimento – façam esforços para o seu alcance e sucesso. Os refugiados devem, desta forma, estar preparados para a adaptação aos modos de vida da sociedade de acolhimento sem que isso lhes exija a perda da sua própria identidade cultural sendo assumido que “a cultura de um dado grupo social não é nunca uma essência. É uma autocriação, uma negociação de sentidos” (Santos, 1999:131). Ao mesmo tempo, a sociedade de acolhimento deve mostrar-se disponível para a aceitação dos refugiados como parte da comunidade nacional, adaptando as instituições públicas para estas mudanças e facilitando o acesso aos recursos de que estes necessitam (ECRE, 2002). Nesse sentido, o processo de integração implica uma mudança de valores e comportamentos tanto da parte dos recém-chegados como da sociedade existente, assegurando desta forma uma igualdade de condições mas mantendo a existência de diferenças culturais, transformando a sociedade numa verdadeira sociedade democrática e [inter] multicultural, onde vigoram os princípios da diversidade e liberdade de escolha (Castells et al, 2002). Já o contrário - a “ausência de condições de igualdade produz exclusão social, pobreza e miséria [...], expressa

igualmente que a sociedade, porque não é inclusiva, tem défices democráticos profundos.” (Trindade,2009:38).

Assim, é possível afirmar que os refugiados detêm uma parte importante da responsabilidade para que uma integração bem-sucedida aconteça. Se estes refugiados forem integrados por sociedades de acolhimento abertas e se tiverem, paralelamente à sua disposição os apoios, as ferramentas necessárias que os capacitem ou reconheçam suas capacidades, as suas responsabilidades e a sua integração serão mais facilmente cumpridas. Dessa maneira, é possível contribuir para o fortalecimento de uma sociedade coesa, pois a integração dessas pessoas dependerá inevitavelmente de políticas de coesão social bem concebidas e implementadas. É problemático que as políticas de migração falhem porque os formuladores políticos se recusam a ver as migrações como processos dinâmicos ligados a padrões mais amplos de transformações (Castells, 2003) “ministros e burocratas ainda vêm a migração como algo que pode ser ligado e desligado como uma torneira através de leis e políticas.” (Castells, 2003:26).

Há aqui um alerta, é necessário olhar para esta partilha de responsabilidades entre os refugiados e a sociedade de asilo com cuidado, pois esta não pode ser entendida como uma relação de igual entre as duas partes. É necessário ter em consideração as diferenças que existem em cada grupo e as especificidades dos locais do processo de integração (Ager e Strang, 2010). Os executores locais, sejam quais forem os seus dispositivos têm de dar respostas, nomeadamente para promoverem habitação, empregos, equipamentos escolares e de saúde, inclusive responder a reivindicação quanto à satisfação de obrigações religiosas e saber lidar com parte da população nativa no processo de discriminação e exclusão social, pois torna-se mais fácil na “escala nacional negligenciar e evitar essas questões, que ocorrem à distância enquanto nas cidades os problemas são sentidos de forma concreta, especialmente à medida que o número de imigrantes e as suas concentrações em determinado espaço aumentam.” (Pennix e Martiniello 2010:151).

Acontece, por vezes a integração ser interpretada, em nível das políticas e também por atitudes populares, como um processo que é inteiramente da responsabilidade dos refugiados que chegam ao país de acolhimento, ou seja, é visto como um *processo one-way* (mão-única) em que o comprometimento é todo por parte do refugiado, contestando com a visão descrita acima (*two-way*) defendida por Castells et al, 2002). Esses autores, referem que esta visão vai de encontro a uma noção mais assimilacionista de integração (também mencionada acima), na qual se defende que cada refugiado tem de se adaptar a

todo o custo à cultura dominante, descartando todas as suas características identitárias. Santinho (2017c) alerta-nos “para o risco de a hospitalidade e do acolhimento se tornarem um regime de controlo” (Santinho, 2017c:3) e numa cidade marcada ao que Trindade diz ser, “pela rigidez das respostas formais, tanto no plano das soluções institucionais como das soluções urbanísticas, [em que] torna-se mais facilmente excludente, sobretudo em relação ao «estrangeiro».” (Trindade, 2009:22). Não se pode negligenciar que “não é apenas importante o efeito de fatores individuais [...], mas também os contextos onde os migrantes estão incorporados” (Luke, 2005 *cit.in* Paloma, Garcia-Ramírez, 2016: 80).

Contudo, é de salientar que utilizar a noção de assimilação (Castells et al, 2002) acarreta alguns problemas pois esta desvaloriza as culturas das minorias (na nossa relação com o outro, como bem nos lembra Stoer e Magalhães, 2005). Parte de um pressuposto de que a sociedade de acolhimento é capaz de oferecer a todos os recém-chegados que sejam assimiladas as mesmas oportunidades, não prevendo situações de discriminação (que vêm dificultar esta assimilação). Desvaloriza ainda a existência de diversos percursos seguidos pelos recém-chegados e não considera a importância de redes sociais nesses percursos, uma vez que observa que cada refugiado individualmente é que tem de aprender a nova cultura (Castells et al, 2002). Neste sentido, na dinâmica para uma integração positiva, é necessário que se valorize “a identidade e a pertença cultural como características dos indivíduos” (Trindade, 2009:20). Além disso, um diálogo intercultural que assuma na sua prática quotidiana o reconhecimento de dois tipos de direitos fundamentais, que para Trindade (2009) são:

- “O direito à diferença.
  - Promoção e valorização da diversidade cultural;
  - Promoção da integração positiva entre vários grupos étnicos – culturais – diálogo intercultural.
- O direito à cidade.
  - Cidade como elemento de usufruto coletivo, o que significa um espaço público como espaço de todos, e também, a promoção da participação coletiva na «construção da cidade»” (Trindade, 2009:21).

Sendo assim, compreende-se que o conceito de integração não é algo estático, antes, porém, é o começo do entendimento de um propósito que tem intrinsecamente, várias dimensões.

## **1.2. Saúde como dimensão da integração**



O processo de integração, requer posturas que sejam coesas, que percebam que a “eficácia da integração é influenciada pelas experiências [desde o] momento da chegada a um novo país” (Ager & Strang, 2010:596) e que passem por “(...) providenciar condições mínimas de bem-estar, para minorar o sofrimento, como o direito ao trabalho, o direito a reconstituir as suas redes familiares, o direito a decidirem eles próprios as suas trajectórias de vida” (Santinho, 2012b:13). Esses direitos, não basta serem salvaguardados na lei, “precisam ser efectivos para que constituam por si próprios uma barreira contra o sofrimento” (idem: ibidem). Nesse sentido, procurar colocar os refugiados ativos, desde a sua chegada, é uma forma de cuidar para que suas frustrações psicológicas sejam amenizadas – pois os processos de integração ou alienação começam inexoravelmente, independentemente de o anfitrião decidir aceitar ou não, é um passo fundamental para o bem-estar (saúde) do acolhimento. Considera-se que as dimensões do bem-estar/ qualidade de vida, encontram-se relacionadas aos seguintes âmbitos: ver figura 2

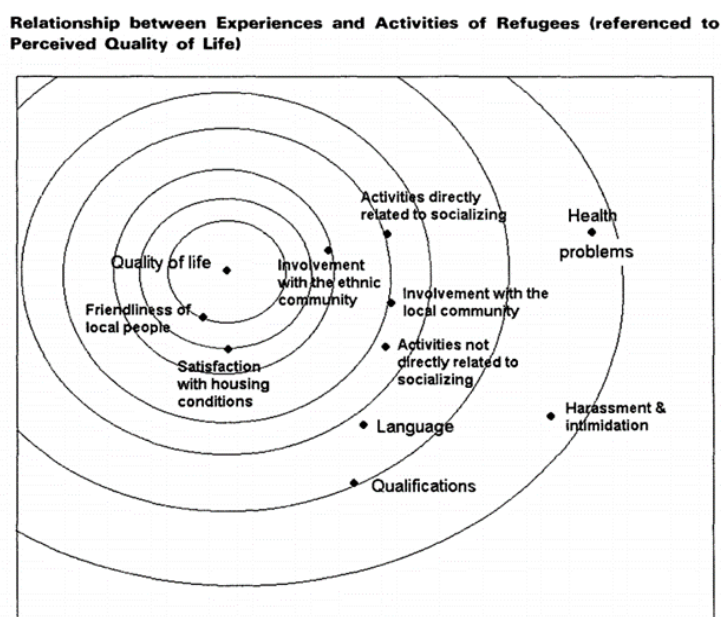


fig.2 Ager, Strang (2008:179)

Uma investigação realizada nos Estados Unidos intitulada “As vozes dos refugiados”<sup>33</sup>, mencionou que 70% dos jovens canadenses somali exibiam os efeitos do trauma, resultando em problemas comportamentais, vícios, participação em gangues e até mesmo participação em grupos religiosos extremistas que se “baseiam na

<sup>33</sup> Documenting Refugee Stories: Resettlement and Integration Challenges of East African Refugees. Nimo Bokore, MSW, PhD Carleton University School of Social Work 509 Dunton Tower, 1125 Colonel By Drive, Ottawa, Ontario, Canada K1S 5B6 International Journal of Social Work ISSN 2332-7278 2016, Vol. 3, No. 1

vulnerabilidade e na impressionabilidade dos jovens como estratégia de recrutamento” (Aw-Osman, 2008; Canadian Press, 2010, Jibril, 2011, Aulakh, 2010, York community, 1999 *cit.in* Ghorashi, 2007:88). A questão do bem-estar que queremos afirmar aqui não está propriamente e apenas ligada à saúde mental, ainda que seja um assunto importante para essas pessoas que carregam consigo traumas de guerra e violência, e que lhes condicionam a vida, o que se torna imprescindível a necessidade de intervir nessa área. O bem-estar também pode ser definido como um estado em que as necessidades de aspirações pessoais, relacionais e coletivas dos indivíduos e comunidades são cumpridas.

Como mostra na figura acima, em seu centro, encontra-se a qualidade de vida, porém, são as resoluções ou ferramentas que são encontradas nas camadas exteriores que permitiram que a qualidade de vida seja alcançada. Quando compreendemos que as dificuldades e os problemas se encontram nas primeiras camadas, mais visíveis e afloradas, percebemos que é importante o reconhecimento da qualificação ou de capacitação para uma qualificação: a língua, a atividade direta e indireta com a comunidade que os recebe, bem como a socialização com os mesmos e com a sociedade no geral (Ager & Strang, 2008). A satisfação com o local onde se encontra a morar, onde foi acolhido, é também importante para que haja qualidade de vida e bem-estar junto aos estrangeiros que chegam. As relações não podem ser descuradas já que são ‘lugares’ onde ocorrem trocas materiais (Dinheiro, ajuda física) e recursos psicológicos (carinho, cuidados, nutrição) e bens. As pessoas são assim, ‘lugares’ onde percebem as cognições e experiências fenomenológicas de bem-estar”<sup>34</sup> (Prilleltensky, 2005:54). Assim sendo, quanto mais atenta e aberta estiver a sociedade de acolhimento a esses significados, mais facilmente os estrangeiros conseguem abandonar o sentimento de desamparo, solidão, inclusive o ‘lixo da guerra’ que trazem e muitas vezes perduram em suas memórias. Neste sentido, podemos entender que o risco que Portugal pode correr no acolhimento é de não conseguir, junto às respostas dadas ao nível das necessidades mais básicas, dar ferramentas que atendam aos múltiplos fatores que influenciam o bem-estar.

### **1.3 O medo**

Quanto ao medo, sabemos que este é um tema de bastante complexidade e que exigiria um outro tempo de investigação que este trabalho não dispõe, contudo, não

---

<sup>34</sup> Tradução da autora

poderia passar despercebido por esta pesquisa pois como todas as dimensões da integração (habitação, emprego, bem-estar, saúde etc.) que abordamos se mostram presentes no processo do acolhimento, o medo, vivenciado por algumas famílias da sociedade civil também é percebido. Desta forma é que se propõe refletir sobre o assunto, que pode indiretamente afetar o acolhimento e a integração.

Sendo assim, em primeiro lugar, não se pode garantir nunca, com certeza absoluta, que não irá acontecer um atentado nos próximos tempos. No entanto, há que se referir que muitos dos envolvidos em ataques terroristas são na grande maioria europeus e alguns deles são outras gerações de migrantes. É também importante sublinhar que tem havido um trabalho de intensa coordenação entre as fontes policiais dos diferentes países comunitários – em Portugal a cargo do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

No caso da França, em 2015, os que participaram nos atentados eram de nacionalidade francesa<sup>35</sup>, os que participaram em Bruxelas no ano seguinte em 2016, eram de nacionalidade belga<sup>36</sup>, e os que participaram no atentado em 2017 em Londres, eram de nacionalidade britânica<sup>37</sup>. Ora, isso pode levantar inúmeras questões como, por exemplo, o porquê dessas pessoas oriundas dos países em questão, atentariam contra o seu próprio povo? Se supostamente os refugiados seriam nossos maiores inimigos, seriam eles os que nos fariam ameaças, como é possível que nos últimos atentados tenham sido pessoas nacionais, como já dito, os maiores causadores dessa barbaridade? O que o desenho desses ataques que aparecem como um fenómeno nos poderá dizer? Pode-se neste caso, compreender que um dos motivos para essas atrocidades se deve ao que Giddens (2007)<sup>38</sup> disse em algum momento sobre o fato da reivindicação de nacionais que fazem parte da segunda geração. Onde esses, sendo cidadãos, compreendam a ameaça dos grupos locais, vigilantes brancos de extrema-direita, que passam a exigir o cumprimento de seus direitos, desta maneira “os conflitos, não estavam a rejeitar a sociedade em geral, mas o facto de esta não cumprir as suas

---

<sup>35</sup> <http://www.tsf.pt/internacional/interior/quem-sao-os-terroristas-dos-ataques-de-paris-4888572.html>

<sup>36</sup> [http://rr.sapo.pt/noticia/49990/ponto\\_por\\_ponto\\_o\\_que\\_sabemos\\_sobre\\_os\\_atentados\\_de\\_bruxels](http://rr.sapo.pt/noticia/49990/ponto_por_ponto_o_que_sabemos_sobre_os_atentados_de_bruxels)

<sup>37</sup> <http://observador.pt/2017/03/23/quem-era-khalid-masood-o-autor-do-atentado-terrorista-em-londres/>

<sup>38</sup> Pesquisa realizada por investigadores britânicos depois dos tumultos em Londres, nos anos 90 e no início de 2000, na cidade de Oldham, Leeds e outras no norte da Inglaterra. Os envolvidos eram paquistaneses e brancos naturais do país. Onde foram feitos inquéritos para tentar perceber o sentimento de identidade dos imigrantes quando os tumultos eram realizados pelos cidadãos britânicos, só que com uma diferença entre a primeira geração, os que por qualquer outra via conseguiam legaliza-se adquirindo o estatuto de cidadania em contraponto aos da segunda geração, os que nasciam no país e assim reconhecidos como nacionais, cidadãos. (Yasmim Hussan e Paul Baugguley, cit. In. Giddens, 2007:151-153).

promessas” (Giddens, 2007:152) e pensam que a única “forma de mudarmos as coisas, [é] mantermo-nos unidos e lutar” (idem:153).

Precisamos nos colocar, no centro dessa questão enquanto sociedade que vive num contexto europeu, olhando o problema na sua profundidade e não se esquivar do mesmo procurando entregar todas as culpas a determinados grupos ou a outros fatores. É necessário que paremos para questionar e olhar melhor para quem de facto seria/será nosso “inimigo”. Não parece que fugitivos da guerra, no seu ato de desespero à procura de ajuda, amparo e segurança, desejam provocar males a quem os acolhe. Pelo contrário, procurarão de todas as formas contribuir para o melhor bem-estar de todos, pois isso também implica a si. A Europa não pode se esquecer da sua própria história de imigração, pois outrora eram predominantemente, os europeus quem o fazia e quando em guerra necessitaram que outros países à volta do mundo os acolhessem, dando segurança, esperança e a possibilidade de reconstrução das suas próprias vidas, para que agora simplesmente virem-lhes as costas, se enclausurando na máxima do senso comum: “o que os olhos não vêem o coração não sente”.

Em um grupo de trabalho sobre migração forçada e saúde desenvolvido entra as universidades de Columbia e Inglaterra<sup>39</sup> (Program on Forced Migration and Health, Mailman School of Public Health, Columbia University,) perceberam que embora não se tivessem debruçado sobre esse tema, ele veio à tona nas entrevistas desenvolvidas e constatou-se que o interesse dos refugiados era evitar problemas ao máximo junto à sociedade que os acolheu. Riscos há sempre. Mas os princípios são inegociáveis. São muitas vezes os discursos ideológicos exageradamente securitários que acabam por criar, artificialmente, situações de insegurança entre a população, o que é exacerbado pela falta de rigor dos meios de comunicação social, e resulta em atitudes de racismo, xenofobia, islamofobia, medo generalizado do “outro”. Recusar o acolhimento de refugiados que tudo perderam, por causa da existência de supostos riscos, constituiria um golpe fatal na nossa civilização humanista. Ofereceríamos aos terroristas e aos extremistas o seu único objetivo: fazer com que deixemos de ser quem somos e nos transformemos numa realidade monstruosa. Finalmente, os riscos reais que surgiriam por termos recusado o acolhimento, seriam incomparavelmente superiores.

---

<sup>39</sup> Program on Forced Migration and Health, Mailman School of Public Health, Columbia University, 60 Haven Avenue, New York 10032, New York, USA aa2468@columbia.edu 2 Institute for International Health and Development, Queen Margaret University, Edinburgh, EH21 6UU, UK.

#### **1.4. Trabalho como dimensão da integração**

O trabalho é outra dimensão fundamental para a integração na sociedade, quer de um sujeito nacional, quer de um estrangeiro. É o instrumento que lhe assegura uma autonomização do seu processo e ajuda superar mais facilmente a dor de ter vivido, neste caso específico, uma fuga forçada. Através do trabalho torna-se mais fácil integrar na comunidade local, estabelecendo laços de proximidade com os seus outros membros. Além disso, o trabalho permite também estabelecer familiaridade com a cultura, com os hábitos locais, e é um excelente meio para se trocar impressões sobre essas diferenças. O trabalho, na forma como ele é vivenciado em nossas sociedades, é considerado uma ferramenta que permite a pessoa sentir-se útil e consegue conferir-lhe o desejo de sonhar e realizar-se.

Desse modo, num estudo realizado por Elizabeth Mestheneos e Elizabeth Ioannidi intitulado “*Obstacles to Refugee Integration in EU States*”, (atualizado em 2017) na cidade de Islington, para algumas pessoas (refugiadas) a integração resumia-se simplesmente ao trabalho, pois ao trabalhar se sentem integrados. Nesse estudo, uma das falas dos entrevistados se traduziu em: “[a]s pessoas não vão ficar lá se não houver oportunidades, uma vez que eles conseguem [estatutos de refugiado ou licença para permanecer] eles vão se mover..., para onde tiverem trabalhos...” (Diretor do Conselho, Islington, p.174, parênteses retos do autor e tradução nossa). Nesse sentido, Santinho (2017c) nos faz refletir sobre ser “imperioso que nos habituemos a questionar as políticas internacionais de asilo que são desenhadas não para proteger, mas para limitar, segregar, excluir, através da imposição de muros burocráticos [que se torna] cada vez mais intransponíveis” (p.8) como por exemplo, uma pessoa que não tenha documentos fica com o acesso ao trabalho ou à saúde dificultado.

Isto quer dizer que as políticas internacionais e nacionais de asilo devem-se articular com os direitos básicos, que permitam aos novos estrangeiros ter uma participação ativa no seu processo de integração, o que muitas vezes passa, primeiramente, pelas questões do trabalho.

Não podemos esquecer que o acesso ao trabalho, está muitas vezes associado à permissão legal para o mesmo. O que acontece muitas vezes é não terem a documentação que lhes permita trabalhar, o que ocasiona terem de estar dependentes de subsídios. Isso acaba por induzir ao que Costa (1993:167) diz serem três aspetos

fundamentais: “um arreigado nomadismo, uma marginalidade social e uma fragilidade financeira e cultural.” (cit.in Silva e Silva, 200: 66).

Num estudo realizado no Canadá “*Educated and Underemployed: Refugee Integration into the Canadian Labour Market*” em 2000, Harvey Krahn, Tracey Derwing, Marlene Mulder e Lori Wilkinson observaram relativamente às questões de acesso e ocupação no mercado de trabalho canadense incluindo o de alto nível, os refugiados que ocupavam cargos profissionais ou gerenciais no seu país de origem, se encontravam mais facilmente entre aqueles em situação de desemprego, de emprego a tempo parcial e de emprego temporário quando comparados com os indivíduos canadenses, “apesar da escolaridade geralmente elevada dos refugiados.”<sup>40</sup> (Krahn, Derwing, Mulder e Wilkinson, 2000:1). Neste mesmo trabalho, dois terços dos entrevistados tinham vindo da ex-Jugoslávia, dos países do Oriente Médio, da América Central, África e Sudeste Asiático. Esta análise permitiu a compreensão sobre uma variedade de “fatores estruturais que operam” (idem: ibidem). Esses fatores seriam dos mais diversos, como por exemplo: habilidades limitadas de inglês; Status de minoria visível; discriminação por parte dos empregadores; falta de experiência de trabalho canadense e relutância por órgãos de licenciamento para reconhecer credenciais educacionais e profissionais estrangeiras. Isso também está muitas vezes associado ao que entendem sobre os imigrantes de primeira e segunda (ligado ao facto do reconhecimento a nível mundial dos países, os de primeiro mundo e segundo mundo).

Santinho (2011) em sua tese de doutoramento: “*Refugiados e requerentes de asilo em Portugal: Contornos políticos no campo da saúde*” com várias histórias de vida contribuiu para que pudéssemos ver como acontece na vida das pessoas refugiadas em Portugal, a relação do trabalho, inclusivamente dando atenção a um outro lado (que nesta pesquisa não foi possível dar muita atenção, a questão de género), quando trouxe ao de cima um testemunho:

“era a actividade profissional correspondente às suas qualificações, formação e também classe social, que reflectiam o quanto ela era capaz de fazer na sociedade de asilo e que a impulsionavam a lutar por uma vida melhor. Infelizmente, dizia ela, o mesmo não se passava com o seu marido. Se ela própria tinha conseguido esquecer o passado da repressão e da fuga, graças ao facto de ter encontrado uma profissão, já o marido: Era — (...) está ainda afundado na memória e nos pesadelos do passado por não ter encontrado um trabalho que lhe dê futuro e que o ponha em igualdade em relação a mim. Ele assim sofre muito mais

---

<sup>40</sup> Tradução da autora

com isso, embora não diga que também é por eu estar a trabalhar naquilo que gosto, e ele ainda não”. (Santinho, 2011:241).

É desta maneira que pretendemos refletir de forma analítica sobre o fato de uma pessoa não conseguir se inserir no mercado de trabalho. O que vai requerer de nós toda outra postura de questionamento, começando, por exemplo, pela maneira como as competências profissionais que essas pessoas experienciaram em seus países são vistas ou trabalhadas nas sociedades de acolhimento. Como é feito o reconhecimento do diploma - de quem os tem - por exemplo? Serão elas consideradas pela sociedade de acolhimento como capacitadas para desempenhar trabalhos socialmente reconhecidos?

### **1.5. Habitação como dimensão da integração**

Um dos desafios da integração também se dá através da habitação, ter condições de poder viver num espaço próprio com os que nos são «companheiros de viagem» - a família - é também importante para todas as pessoas quer sejam imigrantes, nacionais e/ou refugiados. Poder estar em casa com os familiares, é poder partilhar as outras formas de relacionar-se que são diferentes das adotadas no dia-a-dia em sociedade e podem usufruir do direito a um espaço privado.

Esta temática não tem sido explorada pelos estudos em Portugal, ou seja, é um tema pouco trabalhado nacionalmente. A estratégia que tem sido seguida em termos do acolhimento tem sido a de dispersarem os refugiados pelo país em diversas zonas, como Guimarães, Santarém, Penela, etc. Esta estratégia está relacionada com a ideia de que assim as cidades que mais sofreram com as saídas dos seus moradores podem vir a renovar-se. Dentro dessa distribuição, importa mencionar que são as instituições de acolhimento quem tratam desse processo e que, além disso, muitas vezes, não é possível que as pessoas escolham para onde querem ir<sup>41</sup>.

Num estudo sobre “*How are we studying migrant well-being? A critical view from a liberating community psychology approach* (2016)”, Virginia Paloma, Manuel García-Ramírez, Carlos Camacho e Lucas Olmedo, observam que os imigrantes que viviam na Andaluzia (Espanha) eram colocados em bairros desfavorecidos ou em zonas rurais segregadas sem acesso a recursos básicos como eletricidade ou água, com serviços pouco adaptados às suas necessidades. Desta forma, estes autores nos chamam a atenção para o fato de que essa tendência possa alimentar a fragmentação social nos contextos de acolhimento.

---

<sup>41</sup> Dados obtidos através das entrevistas realizadas com os líderes administrativos que pensam e organizam o acolhimento em Portugal.

Outro ponto importante de salientar é o fato de que, na forma como se trabalham as questões da habitação se possibilita uma aproximação junto da comunidade local ou não, e isso implicará na integração dos estrangeiros como vemos nesse relato:

Eu penso que deve ser alguma brincadeira. Eles chamam de casa de integração e eu nunca conheci nenhum Austríaco dentro dessa casa, exceto os funcionários. Então, o que eles querem dizer com integração? Integração entre nós mesmos? Eu sinto muito por nunca ter tido a chance de aprender coisa alguma sobre a cultura Austríaca, durante a minha estadia na casa de integração. Eu só aprendi a língua, mas nada sobre a cultura nem sobre os hábitos alimentares da Áustria.<sup>42</sup> (ECRE 1999a, cit. in Ager e Strang, 2008: 182).

A participação da comunidade junto das pessoas acolhidas é um dos importantes caminhos para uma integração positiva. Além da partilha com a comunidade podemos dizer que uma resposta em rede é, também essencial no processo de acolhimento. Rui Marques, representante da PAR defende uma “visão holística da integração que [vá] além dos cuidados básicos de alojamento e alimentação, e que cuida também das questões da integração nos sistemas de saúde, de educação e de trabalho” (Rui Marques, PAR). Perceber que a crise atual não é só humanitária, mas antes um momento fundamental para o nosso futuro coletivo, pode ser o caminho para questionarmos e compreender por onde estamos indo enquanto sociedade.

### **1.6. Educação como dimensão da integração**

Outra ferramenta fundamental na integração é a educação. Esta engloba a aprendizagem e treinamento da língua, reciclagem de habilidades, aprendizagem da cultura local e atuação dos serviços locais, ou seja, constituem-se como um conjunto de ferramentas que ajudam a compreender as normas sociais no conceito de acolhimento, podendo ser aprendidos através de intervenções educativas e que são capazes de transpor barreiras estruturais no ambiente de acolhimento. Existindo também, outro fator importante na educação, que é a aproximação em pertencer/ ter, uma rede social, muitas vezes fragilizada ou já quase inexistente na vida de um refugiado.

“O [refugiado] é obrigado a migrar. Não há nada de enobrecedor nem enaltecedor nisso.

O imigrante mergulhou numa condição, e nessa condição que se pensa aqui a educação.

---

<sup>42</sup> 'I think it is some kind of a joke. They call them integration houses and I have never met an Austrian inside the house except the staff. So what do they mean by integration? Integration between ourselves? I am sorry that I did not have the chance to learn anything about Austrian culture during my stay in that integration house. All I have learned is the language but nothing about the culture, not even about the eating culture of Austria'. Tradução da autora.



Uma educação que trabalha baixo o signo do movimento, mas que também aponta para o repouso [...]. Uma educação se que infiltra nos caminhos do movimento e do deslocamento e da mobilidade, mas que tenta subvertê-lo por dentro, não se comprazendo nele como fim último. (Silveira, 2008:108-109).

A educação nesse processo, deve enquadrar possibilidades e poder oferecer locais e condições de compreensão, dádiva e acolhimento. Lugares onde se ouve a voz e onde se passa a conhecer os nomes. Ainda que, por vezes, sejam espaços provisórios e móveis. Não podemos esquecer que alguns já tiveram uma formação e só não se encontram familiarizados com os códigos da nossa sociedade, antes, porém, dominam outros códigos. Ter esta postura e consciência muda a nossa forma de proximidade e relação na aprendizagem de códigos sociais.

A educação, dentro deste cenário, deve ser pensada tendo em conta situações rotineiras, de necessidades básica de compreensão dos códigos culturais da sociedade do acolhimento. Tratando-se de adultos, devemos partir de um diálogo que consiga atravessar culturas, regras, e que promova encontros. Devemos entender que o «estranho» não espera ser compreendido. Não se pode ignorar que essas pessoas têm a sua escolaridade e a formação para a aprendizagem da língua tem de ter esse cuidado.

A educação, dentro deste cenário, deve procurar ser uma “educação que aprende no caminho, que aprende com os peregrinos, que aprende na peregrinação, [que]se aproxima dessa educação transitória em movimento, em ação” (Silveira, 2008: 98), de forma a proporcionar que seja “uma educação que aprende com o deslocamento humano. Com as pontes que representam esses deslocamentos. Quando os homens se traduzem em outros homens e o novo se instala no mundo.” (idem: ibidem). Não se pode anular o que essas pessoas trazem com elas, não se pode negligenciar suas experiências e os técnicos que trabalham nesse processo tem de estar cientes disso.

Não se pode esquecer que o refugiado, não é um peregrino porque assim o quer, ele é impulsionado, empurrado para esta condição. A sua condição é, por vezes, dramática mesmo depois de anos de estabelecimento no país anfitrião. Mas, sobretudo, sua travessia é muitas vezes trágica e fatal. O desafio deve ser o de pensar a “educação como pluralidade cultural em contextos móveis” (Silveira, 2008: 99), de forma a transformar a educação não somente em meio às reflexões sobre identidades e pluralidade cultural, mas também “identidade cultural nas fronteiras das culturas, as fragilidades envolvidas nas dispersões e reuniões que envolvam o contacto humano.” (idem:100). Ou seja, o refugiado reflete e age a partir de sua identidade cultural, mas

também o autóctone é afetado. Portanto o hibridismo é uma aposta de mão dupla, onde as fronteiras culturais são perpassadas nos dois sentidos, numa interpretação cultural. Assim, a educação consegue emancipar e confortar essas pessoas rodeadas de dor e tragédias.

Neste sentido, ao tratar a dimensão da pluralidade cultural “trata-se fundamentalmente da discriminação, diferença, desigualdade e exclusão” (idem: ibidem) temas indissociáveis da educação. Essa forma de ver relaciona-se o modo como os grupos humanos desenvolvem modos de perceber outros grupos e assim reciprocamente. Apresentamos que a hipótese desse comportamento são manifestações preconceituosas, discriminatórias e de estigmas, e que têm uma “unidade histórica e pedagogicamente anterior da qual seriam uma aplicação – um tipo de paradigma de senso comum” (Silveira, 2008:100) que pode estar articulado as expectativas que se tem com relação ao comportamento do outro. É aí que insere a ideia de que a educação deve procurar se desenvolver de forma a promover um diálogo, e não ser baseada na ideia de que existe alguém que sabe e alguém que necessita aprender. A natureza da relação educativa deve ser baseada na clara percepção da capacidade dos que chegam, sendo imperativo entender como os códigos sociais funcionam.

No que diz respeito, a dimensão da educação na vida das crianças e jovens, essas como ainda se encontram em processos de formação (escolaridades obrigatórias em alguns países) conseguem mais facilmente, se integrar no processo de educação formal desenvolvido nas sociedades de acolhimento, mas também precisam que este seja adaptado as suas necessidades. De maneira a entender como a dimensão da educação tem sido desenvolvida em Portugal, dividiremos as ações em 3 dimensões que abrange a educação das crianças, jovens e a aprendizagem da língua para os adultos: 1) Educação básica e secundária (experiências de acolhimento de crianças, nas escolas); 2) Educação superior; 3) Educação formal, não-formal e informal que é ministrada pelas instituições que promovem, por exemplo, o ensino da língua.

Em relação, à educação básica e secundária, a integração tem-se baseado pelo Guia de Acolhimento (Educação Pré-Escolar, Ensino Básico, Ensino Secundário) proporcionado pela Agenda Europeia para as Migrações. Neste caso, por falta de espaço mencionaremos apenas o aspecto da aprendizagem da língua na educação básica e secundária, mas salientamos a existência de outros sobre a integração dos migrantes e refugiados na escola. Posto isso, é de salientar que quando a criança é recém-chegada e não domina a língua portuguesa, ela é posicionada no nível A1 de proficiência

linguística da disciplina Português Língua Não Materna (PLNM). Desta forma, os estudantes que sejam posicionados nos níveis de proficiência linguística de Iniciação “seguem o currículo de PLNM e não o currículo da disciplina de Português do ano de escolaridade em que se encontram.” (AEM, 2016:11). Quando a realidade é ao contrário, o estudante já domina a língua ou tem algum conhecimento da língua “deverão ser aplicados testes de diagnóstico para posicionamento em nível de proficiência linguística.” (idem: *ibidem*).

No ensino superior, um maior destaque da integração na educação se deu ao abrigo da Plataforma Global de Assistência a Estudantes Sírios, promovida pelo ex-Presidente Jorge Sampaio. No dia 27 de setembro de 2015 chegaram a Portugal 40 estudantes Sírios que haviam interrompido seus estudos devido à guerra civil na Síria. Além desse projeto, houve também outros parceiros com outras iniciativas com a mesma finalidade.

No que toca à educação formal (a que é reconhecida e certifica socialmente), podemos perceber que o “ensino do Português é o que tem falhado. O Instituto de Emprego e Formação Profissional não tem tido capacidade para organizar turmas orientadas para pessoas tão diversas.” (Santinho *in* O Público, 2016). Esta aprendizagem da língua se encontra dentro do projeto que existe há 16 anos destinado aos imigrantes, com a designação de “Português para todos”. Ou seja, através deste relato é possível perceber que existe uma falha na dimensão da aprendizagem da língua, o que consequentemente pode levantar outras implicações como a integração profissional, por exemplo. Já em relação a educação não-formal (que algumas vezes pode cruzar-se com a informal, dependendo de quem são e onde estão os participantes) tem mostrado ser, muitas vezes a principal e imediata resposta, uma vez que existe um atraso na educação formal (que certifica) e uma necessidade imediata de adaptação (principalmente em relação ao idioma). Este atraso se deve por haver um determinado entendimento de que:

“a aprendizagem da língua portuguesa não obedece a um modelo pré-estabelecido, mas sim às ferramentas e meios que melhor oferecem condições para esta aprendizagem” fazendo-se o ensino “através de voluntários” por ser, nalgumas situações “a [forma] mais adequada a determinados contextos, em particular quando o modelo descentralizado de acolhimento não permite a constituição de turmas”. (Ana Dias Cordeiro, Público, 2016).

### 1.7. As questões de cidadania

Garcia Canclini (1997) em sua reflexão sobre as “culturas híbridas” menciona que os processos migratórios, na perda da relação natural da cultura com os territórios geográficos e sociais, *alteram formas de convivência* (sublinhados meu). Essa observação pode ser uma das constatações apreendidas em outras lições consideráveis, vivenciadas pela própria história quando se fala de cidadania através das propostas políticas. Essas propostas devem procurar promover um sentimento real e significativo de pertença nas pessoas acolhidas, e não uma sensação de falsa pertença. A aceitação cultural e a integração económica são fatores cruciais nesse acolhimento, o que é importante para se evitar a segregação étnica e conflitos sociais. Como salienta Santinho (2011a) “[u]ma das mais prementes necessidades, é encontrarem aqui um sentido de pertença, de grupo ou comunidade,” (p.14) [sentimento] “fundamental na tentativa de construção de um sentido de grupo, de criação de uma identidade, de partilha de memórias, sonhos, receios, alegrias, frustrações, conquistas” (idem: ibidem) que podem ser promovidas pelas políticas de acolhimento.

Nesse sentido, para que a integração seja um processo que impeça ou neutralize a marginalização social dos refugiados é necessário eliminar os obstáculos jurídicos, culturais e linguísticos, de forma que os refugiados tenham poderes para tomar decisões positivas sobre seu futuro e beneficiar plenamente das oportunidades disponíveis de acordo com as suas capacidades e aspirações. Desta forma, consideramos o aspeto da cidadania fundamental nas relações culturais para o desenvolvimento uma cultura híbrida. Isto significa haver partilhas e conhecimentos compartilhados. Para que isso aconteça é preciso que quem chega sinta-se rececionado e aceite no meio onde está. O que pode implicar identificar-se com algo e, assim criar laços de proximidade. O facto dos refugiados se encontrarem, muitas vezes em constantemente fugas e a viajar, passar de país em país, de campos em campos, não podendo estar num determinado lugar, não poderem retornar ao país, leva-os a uma crise identitária, a um sentimento de vazio que se traduz na dúvida de quem “eu sou”, que muitas vezes é transportada consigo numa mescla de sentimento de revolta e guerra, que o desejo maior passa por apenas poder sentir-se seguro, sentir-se aceite e renovar a esperança de ter novamente paz<sup>43</sup>. O que permite concluir que precisam sentir novamente a necessidade de olhar para um lugar e

---

<sup>43</sup> Resumo de várias falas de pessoas refugiadas em vídeos promovidos pela ACNUR disponíveis na internet.

poder identificar-se, e o processo de cidadania é uma forma de acalmar e acalantar essa busca.

Desta forma, entender que a “identidade [é] como nação” (Saggar, 1995 *cit. in* Ager e Strang, 2008:106) que incorpora valores que moldam significativamente, é fundamental para compreender que a forma como o conceito de integração é abordada, é um pré-requisito essencial para participação da vida cívica das pessoas refugiadas, incluindo a participação política desses agentes. Apenas desta maneira, é possível evitar que “eles po[ssam] ser apanhados por aquele sistema de exclusão como um outro qualquer ou como uma célula terrorista em desenvolvimento e não serão parte de nós”<sup>44</sup> (Bokore, 2016:86) pois se encontram envolvidos na vida política e cívica da sociedade de acolhimento.

## **2. A Prática no acolhimento: a relação comunitária**

Existe um campo macro no processo de acolhimento que, segundo Nash (2005), está associado às questões de direitos humanos e da justiça social. O campo meso seria onde acontece o trabalho de desenvolvimento comunitário, o qual desempenha um papel essencial e permite que haja, a nível micro, a resolução de problemas com os indivíduos e suas famílias. Dessa forma, para Nash (2005), a natureza do trabalho realizado pelos mediadores insere na relação do acolhimento com a comunidade, uma vez que para atuar nesse campo muitas vezes precisa de passar pela aquisição de conhecimentos e habilidades especializadas para a resolução de problemas nos três níveis descritos acima. Ou seja, os bons profissionais têm de ser informados sobre as questões dos direitos humanos e da justiça social, bem como das leis internacionais e locais que envolvem imigrantes e refugiados; dos sistemas de prestação de serviços das pessoas que se encontram no processo do acolhimento; e das áreas problemáticas-chave, como as questões da saúde mental, dinâmica familiar, diversidade cultural, linguagem, educação e circunstâncias económicas, sem deixar de lado o fator de ser culturalmente informado.

Tendo em conta que os laços sociais descrevem conexões através das quais se ligam os membros de um grupo e conexões sociais entre esses grupos, devemos perceber que alguns desses laços sociais referem-se à conexão entre indivíduos e estruturas do Estado, como é o caso dos serviços governamentais. Isto significa a

---

<sup>44</sup> “[t]hey will be caught these systems of exclusion as the other or as terrorist cells in the making and will not be a part of us” Tradução da autora.

relação entre funcionários e estruturas que se encontram responsáveis pelo processo de acolhimento. Percebemos também que técnicos/funcionários não agem de forma isolada e que estão dentro de uma hierarquia burocrática e administrativa, o que fará com que suas ações sejam resultado de ordens e diretivas que emanam de superiores, normalmente colocadas por orientações e limites políticos (e não podemos deixar de mencionar esses constrangimentos).

Compreender as dimensões, significa perceber também que esses funcionários devem estar preparados para saber reconhecer, em geral, as circunstâncias específicas dos refugiados (falta de familiaridade com o ambiente, falta da linguagem, etc.). Tais aspectos implicam obstáculos que exigem esforços adicionais, tanto por parte dos refugiados, como por parte de quem trabalha com os mesmos, e ainda para a própria comunidade onde serão inseridos. Essa preparação dos agentes locais do acolhimento e da integração é importante para permitir que os refugiados possam garantir níveis de acesso mais alinhados com as suas necessidades, como por exemplo, ter um tradutor como forma de mediação nos primeiros tempos, mas não como forma de manter uma dependência com o mesmo, uma vez que é necessário primar sempre pela autonomia.

Na prática, é preciso diferenciar a forma como se trabalha o campo social no sentido de entender as distintas necessidades dos grupos. É preciso ter em conta que é imprescindível assumir outras maneiras de trabalhar com a população refugiada pois existem características individuais e comunitárias nesse processo que devem ser analisadas de forma pormenorizada. Não se pode operacionalizar um acolhimento para refugiados não europeus e não cristãos, simplesmente, como se tratasse apenas de um acolhimento social. O apoio social pode influenciar os sentimentos de pertença ou isolamento dos imigrantes e refugiados e, nesse sentido, para os recém-chegados, as redes sociais de apoio permitem o acesso à informação, bens e serviços na sociedade de acolhimento o que ajuda a manter vínculo com o lugar onde chegam. Essa relação permitirá que os refugiados criem um novo capital social (os códigos da sociedade de acolhimento) de forma a poderem usufruir de um acolhimento positivo.

O que torna necessário que a integração e o acolhimento procurem ter um caráter de autonomia e emancipação e de envolvimento com a comunidade, para que as pessoas beneficiem do processo de forma positiva, evitando que a sociedade os veja como um problema a mais para o país e crie estigmas e rotulagens, como acontece com algumas populações ciganas residentes em Portugal, onde a comunidade claramente define que há “papéis prestigiantes e papéis a evitar.” (Amado, 2014:87). Assim, conseguiremos

intervir a nível meso com grande probabilidade de conseguirmos chegar ao nível macro do acolhimento como propõe Nash (2005).

Realçamos a existência de outros pontos que poderiam fazer parte da dimensão da integração, porém, para um primeiro momento na chegada das pessoas que necessitam de refúgio, consideramos que a habitação, o trabalho, a educação, a cidadania, a saúde, são as dimensões mais urgentes na chegada. Sabemos que dentro de cada dimensão tantas outras problemáticas poderiam ser analisadas e mereciam atenção, contudo acreditamos que outros trabalhos, outras pesquisas futuras, poderão encontrar a partir de alguns desses levantamentos, outras respostas, que bem enriquecem a investigação científica, mas que não vão ser aprofundadas. Existem assim, dois pontos que consideramos neste momento, impreteríveis. E por essa mesma razão, decidimos analisar um pouco mais de forma a trazer a comunidade académica e até mesmo a quem puder ler o trabalho, informações um pouco mais detalhadas sobre. Sendo assim, as dimensões que optamos por trabalhar mais a fundo são: **o trabalho e a educação** como as dimensões da integração dos refugiados, que também podem ajudar na integração e no acolhimento de qualquer outro estrangeiro que chegue a um ‘novo’ país.

Portugal comparativamente com outros países, tais como a Alemanha e o Canadá, não tem um historial de acolhimento de refugiados e por isso a literatura portuguesa nesta temática é escassa. Tornando-se imperativo a análise de experiências de outros países sobre esta problemática de forma a integrar à realidade portuguesa.





### **CAPÍTULO III – METODOLOGIA: APRESENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DO ESTUDO**

*“A verdade, porém, é que, por mais consciente e preparados que estejamos e por mais eficazes que se apresentam os recursos ao nosso dispor, é no dia-a-dia, diante de situações humanas muito concretas, que surgem as dúvidas, os problemas e os dilemas.” (Isabel Baptista)*

## **Apresentação**

Este capítulo expõe e justifica os procedimentos metodológicos utilizados na realização do estudo exploratório que a seguir apresentamos. Nas divisões do capítulo apresentam-se os objetivos de estudo, descreve-se a natureza do mesmo, dá-se conta dos sujeitos participantes e expõem-se, ao mesmo tempo que se justificam, os métodos de recolha e de análise dos dados utilizados durante o processo.

### **1. Objetivos do estudo**

Após percorrer o processo de procura e aprofundamento da pesquisa bibliográfica que fomentou o interesse inicial na temática escolhida, fomos confrontados com a seguinte questão: como as instituições de acolhimento em Portugal têm realizado a integração e o processo de acolhimento dos refugiados?

Para que fosse possível responder a esta pergunta delineamos um processo de investigação com os seguintes objetivos gerais:

- Descrever como tem sido pensado o modelo de acolhimento em Portugal e como se têm desenvolvido as suas práticas, o que passa por entender como se tem efetuado o trabalho das organizações e comunidades de acolhimento.

Estes objetivos gerais deram origem aos seguintes objetivos específicos:

- De que forma os processos e as práticas conseguem dar respostas quanto ao propósito desempenhado?
- Nos locais de acolhimento, de que forma as práticas mobilizam os recursos das comunidades – diferentes instituições e organizações (ONG's, IPSS's, Associações, etc.) - facilitando e aprofundando as oportunidades de integração?

### **2. Natureza do estudo**

Com os objetivos estabelecidos para o desenvolvimento desta pesquisa, se torna importante perceber que este é um estudo exploratório, o que para Theodoro (1970) significa ser um estudo preliminar que tem como objetivo principal tornar familiar o fenómeno a ser investigado, de modo a facilitar a compreensão para um estudo a se desenvolver posteriormente. O seu desenvolvimento permite ao pesquisador definir qual o problema de estudo com mais precisão e fazer escolhas metodológicas mais adequadas para a sua temática, procurando ultrapassar fragilidades e possíveis dificuldades.

As questões e os objetivos norteadores da investigação que atravessam esta proposta de pesquisa estão inseridos numa abordagem qualitativa. Esta abordagem reporta-nos para o estabelecimento de estratégias e procedimentos, que permitem aos investigadores tomar em consideração as experiências a partir do ponto de vista do informador. Esse processo de orientação da investigação é refletido pelo diálogo que é criado entre os investigadores e os respetivos sujeitos, uma vez que os investigadores não abordam os sujeitos de forma neutra (Bogdan & Biklen, 1994:51).

Deste modo, na perspetiva de Amado (2013), a pesquisa qualitativa envolve um arcabouço teórico e prático de especificidades, e particularidades do ambiente a ser analisado no terreno, da qual, a seleção dos métodos e procedimentos são fulcrais para a legitimidade, exequibilidade e autenticidade da investigação em curso. Para este autor o enquadramento epistemológico encontra-se dentro do paradigma fenomenológico-interpretativo, que é de natureza compreensiva, o que é seguido no campo das ciências sociais e humanas, e que permite ao investigador a perceção e compreensão dos fenómenos sociais. Amado (2013) entende ainda que para uma investigação norteada por este paradigma é central: "a compreensão das intenções e significações - crenças, opiniões, perceções, representações, perspetivas, conceções, etc. - que os seres humanos colocam nas suas próprias ações, em relação com os outros e com os contextos em que e com que interagem" (p.40-41). O que nos permite entender que este paradigma procura compreender os fenómenos através de processo inferencial e indutivo, imerso no descortinar da realidade que é encontrada.

### **3. Estratégia de investigação**

A pesquisa a que se reporta este trabalho passa por compreender como acontece, no contexto português, a integração dos refugiados/recolocados (como se organizam os processos normativos, e quais são, no âmbito institucional, as práticas desenvolvidas). Em como os processos e as práticas dão conta da emergência dessas outras realidades durante o procedimento. No que toca aos locais de acolhimento, a pesquisa procurará compreender de que forma essas práticas mobilizam recursos das comunidades – diferentes instituições e organizações (IEFP, IPSS, escolas, sociedade civil, etc.) - no sentido de facilitar e aprofundar as oportunidades de integração. Todas essas preocupações se encontram inseridas no âmbito, de como em Portugal se tem pensado e processado o acolhimento.

#### 4. Técnicas de recolha e de análise de informação

A escolha das técnicas e instrumentos de recolha de informação deve estar de acordo com a natureza do objeto de estudo.

Segundo Castro, Ferreira e Gonzalez (2013) “identificar e refletir sobre os instrumentos de pesquisa é fundamental para a objetividade e utilidade das investigações sociais” (p. 36). Dentro dessa percepção, para se entender o fenómeno a ser estudado o investigador deve ter em conta a intencionalidade e o retorno social/científico que se deseja alcançar com o estudo. O que significou para este trabalho selecionarmos como técnicas de recolha de dados, a entrevista semiestruturada e o inquérito por questionário. Este último foi construído com perguntas semiabertas, abertas e fechadas e foi enviado por correio eletrónico a determinadas instituições (que serão explicitadas adiante nos procedimentos de recolha de dados).

##### 4.1. Entrevista semiestruturada

No quadro dos objetivos desta investigação, e tal como já foi referido, recorreremos à entrevista semiestruturada feita a líderes administrativos<sup>45</sup> e decisores políticos<sup>46</sup>, além de técnicos operacionais<sup>47</sup> e um líder associativista<sup>48</sup>.

Entrevistas		
<b>Líderes administrativos</b>	Alto Comissariado para as Migrações	3
	Plataforma de Apoio aos Refugiados	
	Conselho Português para os Refugiados	
<b>Decisores políticos</b>	Marisa Matias	2
	Carlos Coelho	
<b>Técnicos operacionais</b>	Técnica 1	2
	Técnica 2	
<b>Líder associativista</b>	Francisco Bont	1
	Total	8

<sup>45</sup> Vide apêndice 1 Guião das entrevistas

<sup>46</sup> Vide apêndice 2 Guião das entrevistas

<sup>47</sup> Vide apêndice 3 Guião das entrevistas

<sup>48</sup> Vide apêndice 4 Guião das entrevistas

A escolha da entrevista como uma técnica adequada se deu por acreditarmos que a mesma nos permitiria uma experiência de comunicação direta, onde o “Eu” pode falar e exprimir suas experiências, vivências profissionais sobre a temática da pesquisa, expressando assim, suas opiniões e juízos de valores.

O que nos coloca sob um quadro de perspectiva que se situa na compreensão de Bourdieu (2007), quando este afirma “que a relação estabelecida entre entrevistador/a e entrevistado/a deve ser compreensiva, baseada em uma relação de confiança entre duas pessoas” (p. 9). E ainda, no mesmo ponto de vista, Nunes (2003) complementa a visão de Bourdieu que é no contacto com os participantes do estudo, que existem duas questões essenciais a se ter em conta: a proximidade social que se pode obter, e a familiaridade com o assunto, o que facilita a uma “comunicação não violenta” (p. 195). É durante o contacto com os sujeitos da pesquisa, que devem ser criadas as necessárias condições para o desenvolvimento das entrevistas, como por exemplo: as questões elaboradas com antecedência, as quais devem se relacionar com os objetivos da pesquisa; o ambiente; as informações gerais sobre a temática a ser abordada e por fim, ao que (Brown & Brooks, 1990) diria, a relação de empatia e reforço verbal e não-verbal entre entrevistador/a e entrevistado/a.

Nesse seguimento a entrevista tem como intuito perceber a visão e as experiências do sujeito sobre determinado assunto e/ou contexto e, desta forma, concluir sobre o significado dessas experiências, possibilitando uma compreensão científica de um fenómeno social em meio as interações entre pessoas e situações regidas por um conjunto de normativas (Kvale & Brinkmann, 2009).

As entrevistas semiestruturadas possibilitam ter acesso ao contexto e às pessoas. A utilização da mesma permitiu chegar às “falas” dos entrevistados, e compreender como o acolhimento dos refugiados/recolocados tem sido pensado/realizado no contexto Português, através de atores com um papel relevante no processo. As entrevistas facilitaram a auscultação e a realização de inferências sobre sentidos do acolhimento, e da integração dos refugiados/recolocados em Portugal.

Ferreira (2014) diz que as entrevistas correspondem a “construções intersubjetivas, ou seja, descrições e posições discursivas que são construídas a partir de uma situação de interação estruturada a partir de pares de pergunta-resposta, modelo onde a narração do entrevistado não é automática, e a intervenção do entrevistador não é neutra” (p. 176). Entender essa atitude entre o entrevistado e entrevistador, como sendo uma postura de diálogo é onde nos posicionámos. Desta maneira damos sentido ao que

Castro et al. (2013) nos diz quanto a entrevista ser uma forma de deixar a pessoa falar abertamente sobre o que pensa, sem estar sujeita a ter de dar respostas mais fechadas. Assim, a:

“entrevista consiste numa conversa intencional e é utilizada quando existem poucas situações a serem observadas ou quantificadas, e ainda quando se deseja aprofundar uma questão. Na entrevista, deve-se deixar a pessoa falar à vontade, ao contrário do questionário com perguntas abertas, que são mais objetivas evitando a mudança de assunto (p. 37).

Entendendo que a entrevista tem também este caráter intencional, foi consentido que durante as conversas os representantes estivessem à vontade para falar sobre os processos de integração e acolhimento nos quais as instituições estão inseridas, quer a nível das políticas nacionais e europeias, quer a nível das práticas.

Feitas as entrevistas, seguimos para o processo de transcrição. Neste momento do trabalho procuramos ter em conta a interação e a relação que foi estabelecida entre entrevistador/a e entrevistado, de forma a assinalar todos os aspetos que mereceram a nossa atenção. Tivemos em conta o contributo de Bourdieu (2007) sobre o processo de transformação do discurso oral para um discurso escrito e a atenção ao lugar social de onde estamos ou de onde falamos. Esses aspetos têm a função de nos lembrar que,

“as condições sociais e os condicionamentos, dos quais o autor do discurso é o produto, sua trajetória, sua formação, suas experiências profissionais, tudo o que se dissimula e se passa ao mesmo tempo no discurso transcrito, mas também na pronúncia e na entonação, [são] apagadas pela transcrição, como toda a linguagem do corpo, gestos postura, mímicas, olhares, e também [os] silêncios, [os] subentendidos e [os] lapsos (p. 10).

Esta sequência na investigação nos leva a compreender a importância dos atores sociais e como estes devem ter suas vozes e experiências preservadas na interação que se estabelece, e que é dinâmica. Foi interessante ter estabelecido o contacto com as pessoas entrevistadas e poder ouvir todos falar sobre suas ações e visões políticas, ou práticas desenvolvidas no terreno. Além de poder estabelecer uma relação de confiança no que diz respeito às informações que nos foram facultadas, isso nos permitiu compreender a existência de determinadas posturas em relação a alguns assuntos que são de uma natureza mais delicada.

Quero ainda salientar que as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados de modo a ser possível realizar-se a transcrição das mesmas sem alguma restrição.

## **4.2. Inquérito por questionário**

Para Wilson e McLean (1994) o questionário é um instrumento amplamente empregue e útil para a coleta de dados de pesquisas. Estes fornecem dados estruturados, muitas vezes numéricos, que podem ser administrados sem a presença do pesquisador e, muitas vezes, relativamente simples de analisar. Sem contar que o campo do desenho do questionário é vasto. Quero dizer com isso que existem diferentes formas de desenvolver um questionário. O que vai elucidar qual o tipo mais adequado para a pesquisa será a escolha do objeto que se definiu. Junto ao questionário deve ser enviada uma nota explicativa da natureza da pesquisa, da sua importância, tentando-se captar o interesse do recetor em responder e devolver no prazo solicitado. O pesquisador terá que julgar a adequação do uso de um questionário para coleta de dados e, em caso afirmativo, que tipo de questionário.

No planeamento do questionário deve-se num primeiro momento divulgar o seu objetivo geral, e em seguida especificar o que se pretende. No nosso caso foi divulgar que seria um trabalho de pesquisa no âmbito do mestrado em Ciências da Educação mais especificamente sobre a integração dos refugiados nas instituições de acolhimento em Portugal. Em seguida, deve-se identificar e discriminar tópicos que estejam relacionados ao objetivo central, o que nesta pesquisa designamos por procurar saber separadamente quem eram as instituições de acolhimento e em que distrito se encontravam, se era um lugar predominantemente rural ou predominantemente urbano (Apêndice 12). A terceira fase, envolveu ter de formular alguns requisitos específicos de informação que sejam relativos a cada uma das questões, ou seja, redigir as perguntas de forma mais direta ao interesse da pesquisa. Com esse movimento passamos de um propósito generalizado de uma área de interesse, para um objetivo específico sobre os quais os dados diretos podem ser recolhidos. Desta forma, Wilson e McLean (1994) sugerem uma abordagem analítica que identifica o problema da pesquisa e, em seguida, esclarece os conceitos relevantes, identificando quais os tipos de medidas (se apropriado) ou indicadores que existem. Isto é, os tipos de conceitos ou construções como por exemplo, sua presença, sua intensidade, suas principais características e dimensões, seus elementos-chave, etc.

A escolha por este instrumento de recolha deve ser contrabalançada pelo tempo necessário para desenvolver, gerir e corrigir o questionário. Pela possível falta de sofisticação e objetivo limitado dos dados colectados, e ainda, pela provável flexibilidade da resposta. Dito de outra forma, deve ser refletido o seu uso diante do

propósito da pesquisa e das suas vantagens, dado que economiza tempo em função do grande número de respostas obtidas e o número de pessoas que se consegue alcançar. Abrange também uma grande área geográfica o que permite a obtenção de respostas rápidas, além de permitir uma maior liberdade e tempo de resposta. No entanto, como em qualquer outra técnica de recolha de dados tem pontos menos positivos. Por exemplo, a possibilidade de um retorno menor do que se esperava, o que pode comprometer a investigação, ou pelo menos a sua realização durante o tempo previsto. Pode ainda haver perguntas que ficam sem resposta e pode haver perguntas mal compreendidas, entre outros pontos. No que toca a esta pesquisa, esta forma de recolha de dados se deu por haver uma dispersão pelo país das instituições de acolhimento, tendo em conta o número dessas instituições: 104 no total, além de que o tempo para a realização da pesquisa ser limitado.

Para influenciar a decisão de preenchimento, é preciso ter em conta a sua forma atraente, a sua extensão, a nota que o acompanha, a adequação ao público-alvo a quem é enviado e a facilidade no seu preenchimento.

#### **4.2.1. Inquérito por questionário aberto, fechado e semiaberto**

Sabe-se, por exemplo, que o questionário estruturado define uma agenda (um determinado público a atingir num determinado tempo etc.) no entanto, não poderá pressupor a natureza de uma resposta. As perguntas abertas segundo Biley (1994), são úteis se as respostas são desconhecidas ou o questionário é exploratório. Ou ainda, a existência de tantas categorias possíveis de respostas que uma pergunta fechada poderia conter uma lista de opções extremamente longa e cansativa. Usamos este estilo de pergunta para tentar obter informações que não era simples prever, como é o caso da seguinte questão: qual tem sido o maior desafio da instituição no acolhimento desses refugiados/requerentes de asilo? (ver apêndice 11).

Já as perguntas abertas permitem que o pesquisador estruture o questionário consoante seu interesse, mas deixa um espaço para que o participante faça suas próprias colocações. Utilizamos este estilo de pergunta no final do nosso questionário como forma de dar espaço às colocações necessária, sugestões ou o que entendessem ser interessante partilhar (Pergunta número 12, em apêndice 11).

Há que salientar que cada tipo de pergunta é mais indicado para uma determinada pesquisa. Por exemplo, para uma pesquisa quantitativa é importante que um questionário seja fechado pois o que conta é o valor numérico atribuído a



determinadas respostas, como também o porquê de umas perguntas e não outras, entre outras importantes variáveis. Neste trabalho como já foi mencionado, o questionário se tornou oportuno porque nos permitiu chegar a diferentes instituições de acolhimento que se encontram espalhadas geograficamente, num curto espaço de tempo e de forma, economicamente falando, pouco dispendiosa.

Embora haja uma variedade de estilos de questionários, existe um ponto comum e importante que lhes é transversal: quanto maior o tamanho da amostra, mais estruturado, fechado e numérico o questionário pode ter que ser. Ao contrário, quanto menos estruturado, quanto menor for o tamanho da amostra mais aberto pode ser. Isso quer dizer que, quanto mais aberto, mais fundamentado será pela palavra do participante (característica própria para as recolhas de dados qualitativos). Nesta pesquisa em concreto, optou-se por realizar quatro questões abertas; três de escalas de classificação; quatro questões semiabertas e uma fechada, de forma a tentar equilibrar a pesquisa, e conforme o próprio desenho que a pesquisa seguiu e que se encontra em apêndice.

#### **4.3. Tratamento de dados: Análise do conteúdo**

Tendo em consideração a natureza dos dados recolhidos a análise de conteúdo surge como opção de estudo para colocar em prática os propósitos desta investigação. Cabe a nós salientar que mesmo sendo uma técnica não se limita apenas a este uso, pois para muitos autores é considerada também como uma metodologia. Porém, aqui assumiremos sua postura técnica,

“A análise do conteúdo é concebida, então, como uma técnica de investigação que tem objetivo ir além da compreensão imediata e espontânea, ou seja, ela teria como função básica a observação mais atenta dos significados de um texto, e isso pressupõe uma construção de ligações entre as premissas de análise e os elementos que aparecem no texto. Essa atividade é, assim, essencialmente interpretativa” (Castro et. al, 2013: 71).

Assim, a análise do conteúdo induz a um processo de interpretação profunda, onde se realizam inferências sobre o universo da pesquisa. Essa *“inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção, [variáveis inferidas]), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).”* (Bardin, 2011:40, sublinhado de autor) que permite ir além de uma leitura superficial do discurso.

De acordo com Bardin (2011) o desenvolvimento de uma análise deve decorrer nas seguintes fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados e interpretações.

A primeira fase, a da pré-análise, é a fase organizacional do material a ser analisado no sentido de torna-lo funcional, ajudando a estruturar as ideias iniciais. Compreendemos ser uma “forma de enriquecer a leitura espontânea tornando-a pertinente e também mais válida e generalizável; dela retiram-se compreensões e significações, que não detínhamos a priori, em relação às comunicações (com a análise descritiva) e inferências relativas às suas condições de produção” (Lopes, 1993:257). Esta forma de organização, dispõe de quatro etapas: (i) leitura flutuante – significa ter o primeiro contato com o documento coletado na pesquisa de forma a ir conhecendo o texto; (ii) a escolha de documentos – que consiste em formulação do material que será analisado, ou seja, a construção de um *corpus* que será analisado (as transcrições das entrevistas feitas e se encontram em apêndice); (iii) fase de preparação do material, onde é possível ser feita a formulação de hipóteses, e dos objetivos; (iiii) a referenciação de índices e elaboração e indicadores (Bardin, 2011).

## 5. Questões éticas

Tendo em conta a situação de vulnerabilidade em que se encontra o grupo de refugiados/recolocados, uma vez que estes estão fugindo de seus países por motivos drásticos, como a guerra, considerou-se ser inapropriado qualquer tipo de recolha de dados que os colocasse em constrangimento. Dessa forma, conseguimos confirmar no terreno que a nossa atitude de posicionamento foi positiva, quando nos deparamos com o seguinte relato: “respeitando também a privacidade da vida deles, quando eles nos disseram não queremos conhecer ninguém ou não queremos que a nossa história seja divulgada” (Técnica 2). Essa escolha se deu pela consciência que detínhamos de que o nosso tempo era limitado, o que não permitira oferecer da nossa parte nenhuma contribuição para as pessoas, pelo contrário, apenas desconforto. Assim, assumimos que partilhar do contributo das pessoas que chegam agora, pode ser para um outro desenho de pesquisa, que permita um outro tempo na aproximação ao terreno e na construção de relações que facilitem que os próprios possam desejar falar de suas experiências.

Foi possível neste trabalho beneficiarmos de uma voz que agregou outro valor acrescentado a esta investigação. Foi o Sr. ° Francisco Font, um refugiado cubano em Portugal há vários anos, e que neste momento é também o representante da associação

dos refugiados em Portugal, que recebe a nomenclatura de União dos Refugiados em Portugal (URP). A participação dele no trabalho surgiu mais tarde, não fazia parte do desenho investigativo inicial, no entanto, ao ter conhecimento das suas experiências, aprofundadas reflexões e amadurecimento com a temática, percebemos que seria o espaço apropriado para estar alguém que se relaciona com a problemática a partir da posição de refugiado.

Não foi apenas essa atitude ética no desenvolvimento do trabalho, também conferimos confidencialidade e anonimato as instituições de acolhimento. Percebemos que para uma pesquisa manter seu rigor científico é necessário zelar pelas informações que nos são concedidas de forma a se trabalhar sobre elas sem prejudicar nenhum envolvido no processo. Isso implica a importância em assumir responsabilidades que se afirmam quando se pretende fazer uma pesquisa, uma vez que esta terá sempre influências, quer a nível pessoal, social e académico.



## CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

*“Estar em solidão significa estar consigo mesmo; e, portanto, o ato de pensar, embora possa ser a mais solitária das atividades, nunca é realizado inteiramente sem um parceiro e sem companhia.” (Hannah Arendt)*

## **Apresentação**

No presente capítulo serão não só apresentados como também serão discutidos, os principais resultados obtidos nesta investigação, considerando a dimensão da prática no processo de acolhimento, bem como a das políticas que orientam o mesmo. Além disso a dimensão a integração será outro conceito abordado de igual importância nesta pesquisa. Os dados coletados no estudo empírico foram analisados, como referido anteriormente, qualitativamente, através da técnica de análise de conteúdo.

## **2. Procedimentos e recolha de dados**

Esta recolha de dados, sendo mista, foi realizada em dois momentos: i) envio de correio eletrónico a solicitar a colaboração das pessoas na investigação realizada; e ii) em encontros únicos com as pessoas que prontamente participaram no processo (entrevistas). Foram realizadas oito entrevistas: 3 entrevistas à 3 dos líderes responsáveis por pensar o modelo de acolhimento em Portugal, 2 entrevistas a eurodeputados, 1 entrevista ao representante da associação dos refugiados em Portugal e por fim, 2 entrevistas às 2 técnicas que se encontram próximas ao terreno da prática no acolhimento. As entrevistas, aconteceram sempre em lugares neutros, no sentido de trazer conforto e abertura para a dinâmica das entrevistas. Iremos começar pela prática do inquérito por questionário.

No que diz respeito ao inquérito por questionário, cabe-nos mencionar que foram enviados no dia 18 de janeiro do corrente ano, pela primeira vez, 104 *e-mails* às instituições que estão inscritas na plataforma de apoio aos refugiados (PAR) como sendo parceiras. Estas instituições se encontram espalhadas entre as regiões centro, norte e sul do país. Deste primeiro envio, cinco desses correios electrónicos não encontraram um destino final, ou seja, nem sequer chegaram a ser enviados pois o endereço, que foi encontrado nas pesquisas desenvolvidas no Google (forma encontrada de recolha de informação, uma vez que estas informações não se encontram disponíveis na página da PAR) dos correios electrónicos não estavam corretos, dando erro no envio. Dos outros 99 endereços, apenas 11 foram devolvidos corretamente e 1 foi devolvido incompleto. No dia 9 de fevereiro de 2017, procedemos então a um novo envio na tentativa de que mais pessoas ajudassem no desenvolvimento da pesquisa, o que nos permitiu obter um valor acrescido de 5 respostas contabilizando 17 respostas.

Passamos a outra etapa que a técnica de recolha de dados por inquérito, permite-nos recorrer quando a quantidade da amostra indica insuficiência demasiada. Desta

forma, no sentido de procurar obter mais respostas começamos a contactar por telefone as instituições parceiras. Os contactos foram realizados nos dias 6,7,8 e 9 de março. Desses contactos percebemos que onze delas não receberam ainda qualquer refugiado mas que ainda se encontram na lista da PAR, porém não receberam ninguém. Algumas mencionaram que as condições de que dispõem (exigências quanto ao alojamento por exemplo) não estão de acordo com o que a PAR requer na proposta de acolhimento para os refugiados, outras mencionaram apenas o fato de que não foram contactadas para a receção dos refugiados, mesmo se encaixando nos critérios que são solicitados, mas que, contudo, se mantêm dispostos a cumprir com o acordo. Dezoito das instituições não atenderam as chamadas. Resta ressaltar que essa fase de contactar as instituições durou 4 dias, de maneira que as chamadas não atendidas eram sempre retornadas logo no primeiro momento do início das chamadas. Dez dos contactos não foram possíveis de contactar porque se ouvia a mensagem que esse contacto não existe. E ainda, 3 dessas instituições disseram ter-se desligado do projecto, ficando surpresas ao saberem que o seu nome ainda se encontra associado ao mesmo.

Sendo assim, o total de reenvios feitos depois das chamadas telefónicas no decorrer das devidas correções (quando assim foram necessárias, pois seu endereço de email havia sido alterado e não fora atualizado na internet) ficaram contabilizados em 50 contactos. Desses novos reenvios tem-se o valor de 58 endereços válidos e enviados, dos quais foram devolvidos 30 inquéritos.

Já sobre as entrevistas, entendemos que num primeiro momento era crucial, o planeamento das mesmas. O que se tornou como um dos pontos relevantes para alcançar os objetivos delineados. Sendo assim, inicialmente foi elaborado um guião de entrevista com questões essenciais para o percurso do estudo. Porém, procurámos que as mesmas fossem colocadas num registo de grande flexibilidade, em sintonia com a maneira como os representantes políticos e administrativos iam aderindo. O que permitiu, inclusive que houvesse momentos em que fosse criado espaço para a implementação de outras perguntas. Sempre que estas se mostraram pertinentes, foram respondidas com muita leveza pelos representantes do ACM, do CPR, da PAR, pelas técnicas das instituições e pelo representante da associação dos refugiados do Porto, bem como os eurodeputados.

De forma a direccionar as questões diante do tema em estudo Bogdan & Biklen (1994), ressalva o facto de que o guião serve como uma forma de orientação para a investigadora junto ao processo de recolha dos dados, mas não apenas como uma lista a seguir sem intervenções. Paralelo a possibilidade de interagir na entrevista de modo a

colocar questões pertinentes que não faziam parte do guião a priori, poder nos guiarmos com tópicos, facilita muito a comunicação de maneira não ficaram esquecidas algumas informações. O guião criado para esta investigação contou com essa característica. Outra particularidade que um guião traz é a de permitir que se consiga comparar informações que se encontram numa mesma dimensão, mas que os intervenientes estão em lugares diferentes. Como dizem os autores:

“Os guiões são utilizados sobretudo para recolher dados em vários locais susceptíveis de serem comparados. Se, em cada local ou com cada sujeito, são recolhidos dados semelhantes, podem fazer-se afirmações respeitantes à distribuição dos factos reunidos. Ainda que em certos estudos tal seja importante, a preocupação com o cumprimento de um programa, em detrimento da compreensão dos dados, pode neutralizar as potencialidades da abordagem qualitativa” (Bogdan & Biklen, 1994:108).

Como já fomos falando acima, foram entrevistados três representantes das instituições. Essas entrevistas foram feitas em Lisboa, no espaço físico de cada instituição (CPR e ACM) e a terceira entrevista a da PAR, foi realizada num dos salões da Reitoria da Universidade do Porto. O guião encontra-se em apêndice (Apêndice 3). O contacto com essas instituições foi feito no período de novembro/dezembro de 2016 e foi conseguido através do envio de diversos correios electrónicos a solicitar a participação das mesmas, uma vez que inicialmente houve uma aproximação prévia, presencial, devido às diferentes conferências realizadas na cidade do Porto para discussão da temática junto à comunidade civil e académica. Após agendar as entrevistas, estas aconteceram no mesmo dia, em horários e locais diferentes da cidade de Lisboa, e contaram com o auxílio das respectivas Técnicas de cada instituição, as quais se tornaram responsáveis em reservar salas para o efeito. A entrevista com a PAR foi feita mais tarde, em fevereiro, devido às diversas dificuldades de acesso às pessoas responsáveis, mas que ultrapassado este primeiro obstáculo, correu muito bem, acrescentando informações e valor na recolha de dados da pesquisa.

As duas primeiras entrevistas tiveram, a duração de aproximadamente, quarenta minutos, e a última, a da PAR, teve a duração de 25 minutos. Esta diferença de tempo deve-se ao próprio sujeito e o seu à vontade para falar sobre as experiências de sua instituição, sendo que uns iam sendo mais sucinto nas respostas do que os outros. Esse aspeto foi respeitado procurando evitar qualquer situação de constrangimento e/ou de “violência simbólica” para ambas as partes, como refere Pierre Bourdieu (2007), sobre os diferentes lugares que cada sujeito ocupa na pesquisa. É de salientar que também



foram feitas outras duas entrevistas com um guião distinto (Apêndice 4) a dois representantes políticos, mais precisamente eurodeputados. Uma foi a Doutora Marisa Matias, ligada as ideias do bloco de esquerda e ainda ao Sr. Carlos Coelho no contraponto da situação, eurodeputado do partido social democrata. Para que fosse possível a realização dessas entrevistas, dadas as incompatibilidades das diferentes agendas, me desloquei até o parlamento europeu (Bruxelas) no dia 6 de fevereiro de 2017 onde finalmente consegui ser recebida pelos mesmos.

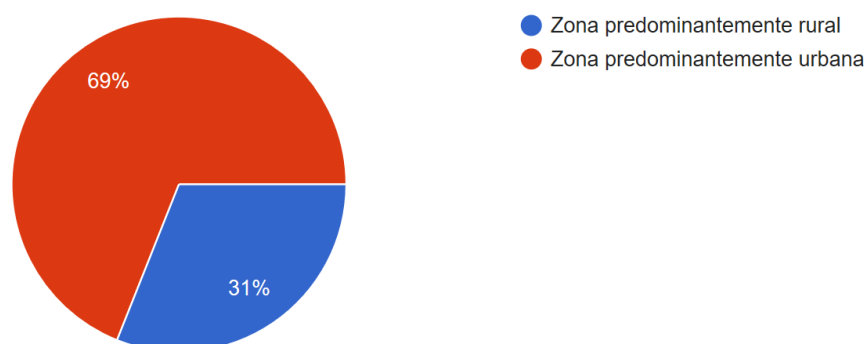
Também realizámos uma entrevista ao representante da associação dos refugiados (URP). Esta foi realizada na faculdade de psicologia e ciências da educação da universidade do porto, no dia 23 de maio de 2016 e teve a duração de uma hora. Foi uma entrevista diferenciada, uma vez que o Sr. ° Francisco falou no seu papel enquanto representante e contribuiu muitas vezes com discursos sobre o seu papel de experiência próxima com o tema, o que nos permite ter outra visão. Para esta entrevista fizemos outro guião (Apêndice 5).

Além dessas entrevistas, também fizemos outra de igual importância com duas técnicas de duas instituições parceiras da PAR. Essas entrevistas foram realizadas em dias e em lugares diferentes. Uma delas foi realizada no dia 9 de junho do ano corrente, no gabinete da Dr.<sup>a</sup> Berta, voluntária numa instituição no Porto. Esta entrevista durou cerca de 50 minutos. A outra entrevista foi realizada no dia 11 de junho do mesmo ano com a Dr.<sup>a</sup> Conceição nas escadarias da igreja católica do Marquês, no Porto. Ela pertence a uma das famílias voluntárias que estão a acompanhar uma família de refugiados acolhida numa outra instituição no Porto. Nesta entrevista, estivemos juntas por cerca de uma hora. Para essas duas entrevistas foi utilizado um guião específico (Apêndice 5) que procurou ter em atenção as necessidades específicas do trabalho prático do acolhimento.

### **3. Amostra**

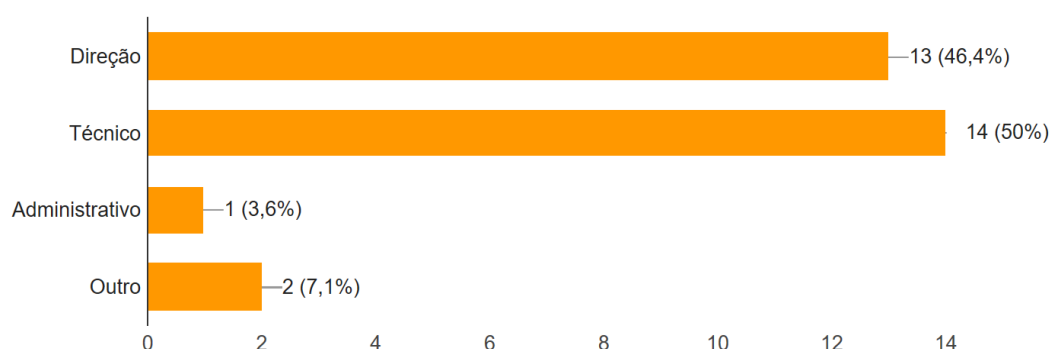
Das instituições contactadas 30 responderam ao nosso inquérito e obtivemos 29 preenchimentos válidos das 3 regiões do país (norte, centro, sul). Porém procuramos perceber se havia alguma tendência em relação à zona predominantemente urbana relativamente a zona predominantemente rural. Também realizámos oito entrevistas com já aludido anteriormente. Das 29 respostas que obtivemos do inquérito por questionário, seguem as seguintes descrições:

29 respostas



Quanto às pessoas que responderam aos inquéritos, procurámos saber quais seriam as funções desempenhadas. Nesse sentido, pudemos perceber que essas desempenham as seguintes funções nas instituições:

28 respostas



Para entender quais os estatutos (refugiado, recolocado, reinstalado) das pessoas acolhidas nas instituições, procuramos clarificar a origem dos refugiados para se entender sob qual processo se encontrariam apoiados. Pelas respostas obtidas percebemos que a questão induziu diferentes interpretações. O que acarretou em não conseguir considerar que foi respondida a dúvida inicial. (Pergunta nº4 do apêndice 11)

Essa experiência permitiu observar os contrapontos da pesquisa com questionários, onde ainda que este seja estruturado e que procure definir cuidadosamente uma agenda, não conseguiremos garantir a sua interpretação adequada.

## 4. Resultados

### 4.1. O acolhimento na perspectiva das instituições a nível nacional.

Para aprofundar o tema central - o acolhimento - foi elaborada uma questão sobre quais são os apoios que as pessoas recebem nas instituições de acolhimento. Foi possível observar que existem apoios transversais a todas instituições, como por exemplo a habitação e a aprendizagem da língua. Mas também existem algumas instituições que alargaram esses apoios. Das 28 respostas obtidas 92,9% ajudam com a habitação; 85,7% dão algum tipo de apoio a alimentação; 92,9% apoiam financeiramente as pessoas; 85,7% contribuem com alguma das despesas de água, de luz ou de gaz; 64,3% dão algum tipo de formação profissional ou escolar; 96,4% apoiam no ensino do português e 46,4% das respostas afirmam darem ainda outro tipo de apoio. (Pergunta nº5, em anexo 11).

Com as perguntas abertas foi possível obter mais informações a respeito da nossa pesquisa. Perguntamos qual tem sido o maior desafio da instituição no acolhimento desses refugiados/requerentes de asilo (Nota-se que é **o olhar da instituição sobre o processo**) e das 27 respostas obtidas, 8 das instituições afirmaram ser a barreira linguística e consequentemente a língua o desafio maior no processo de acolhimento: “é da compreensão mútua. Nem eles conhecem o português nem nós conhecemos a língua árabe” (instituição A). Apontam ainda que “a iniciativa do Português para todos do IEFP não arranca” (instituição B).

Outro ponto citado por sete das instituições como sendo um dos maiores desafios é a questão da integração através do mercado de trabalho: “adaptação a um novo contexto socioeconómico, uma vez que no país de origem a família acolhida teria alguns recursos” (instituição D).

As instituições mencionam também a integração cultural como um desafio grande nesse acolhimento,

“A integração dos refugiados na sociedade portuguesa, que se prende, sobretudo, com os seus costumes e crenças, nomeadamente associados a preconceitos de género. Preconceitos que dificultam tanto as relações interpessoais como institucionais, nomeadamente quando existem questões de hierarquia, como seja, mulheres que ocupem lugares de chefia” (instituição C).

Ainda sobre os desafios, as questões da burocratização dos processos na atribuição dos estatutos, é uma das tensões nas quais os refugiados se encontram imersos e transmitem suas insatisfações às instituições, como neste relato: “o maior desafio, até à presente data, tem sido o tentar explicar algumas regras, leis e atrasos, por

exemplo, na emissão dos cartões de autorização de residência, emitidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras” (instituição H).

O lugar, a região onde os refugiados foram acolhidos também surgiu como um dos desafios, uma vez que algumas regiões têm acessos restritos e torna-se “muito dispendioso para uma família de 6 pessoa se deslocar à Cidade de Guimarães (além de limitar a movimentação)” (instituição E). Assim, podemos perceber que a integração na sociedade pode ser condicionada pelo lugar onde se encontram a viver, o que influencia até mesmo a própria entrada no mercado de trabalho.

Foi salientado haver uma preocupação relativamente ao nível da saúde onde “o problema tem sido mais complexo, principalmente no que diz respeito às crianças” (instituição I). Surgiu ainda espaço para uma outra situação é o facto de algumas instituições não estarem devidamente preparadas para dar respostas, como por exemplo é possível ver neste caso, ter “acesso à Segurança Social, à atribuição de NIFs (foi o mais lento e mais difícil de obter, demorou cerca de 2 meses e tivemos que os obter nas Caldas da Rainha porque nas Finanças de T. Vedras não sabiam como fazer...)” (instituição F).

Por último foi ainda afirmado, e por vezes com alguma frustração por parte das instituições acolhedoras, que se prepararam para a receção dos mesmos, mas que estes pouco tempo permaneceram ali:

“a permanência dos refugiados acolhidos, sendo que a maioria dos refugiados acolhidos ausentaram-se para local incerto, após o acolhimento inicial e receberem o apoio pecuniário previsto. A instituição de acolhimento fez o investimento, os esforços e diligências necessárias para o acolhimento dos refugiados, sendo que todo este trabalho acaba por ser em vão perante a sua fuga” (instituição N)

Questionamos também as instituições sobre as maiores queixas ou dificuldades no desenho do acolhimento para os refugiados. Isto é, o que **os refugiados falam** junto das instituições, as **dificuldades sentidas** por estes.

Deste modo as 27 respostas obtidas, 9 dos pontos referenciados são relativamente às dificuldades sentidas em arranjar trabalho. Outra situação para 8 delas é a relação da língua como facilitadora da comunicação e compreensão para a integração numa sociedade, como vemos nesta frase: “dificuldade na adaptação da língua e consequentemente integração no mercado de trabalho” (instituição A).

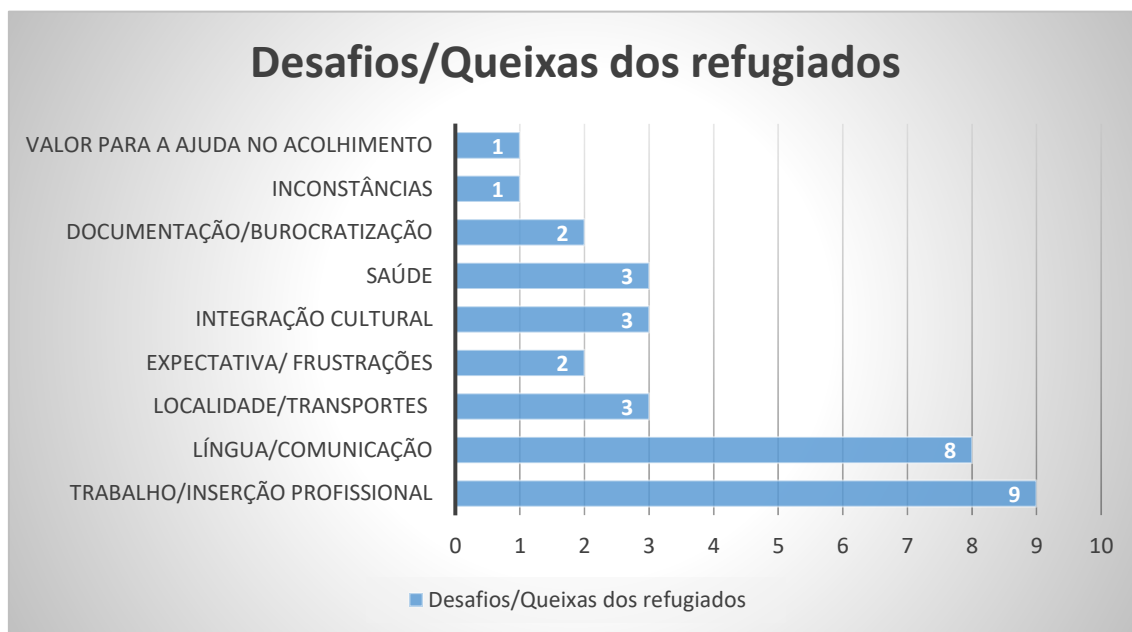
As questões de saúde como para as instituições, também são salientadas por eles, num caso em concreto a família morava longe da cidade e não tinha acesso fácil a

esse apoio. O que consequentemente se relaciona com o fator: lugar do acolhimento - se é uma cidade grande com facilidades de acesso (trabalho, transporte, hospitais etc.) ou não. Essa situação foi muitas vezes mencionada como um descontentamento referido pelos refugiados. O que acrescenta ainda restrições ao uso de meios de transporte, pois uma família grande morando num lugar afastado da cidade, vivência dificuldades acrescidas como por exemplo despesas extras com transportes. Como nesse relato: “os transportes públicos constituem um grande desafio para a família” (instituição D).

As questões burocráticas sobre a documentação, incluindo o “reagrupamento familiar” (instituição B) também são dificuldades sentidas pelos refugiados. Manifestam dúvidas sobre se permanecerão aqui ou não. Essa inconstância está relacionada com as expectativas que tinham sobre o país terem sido frustradas. Estavam habituados a um estilo/nível de vida que pensariam encontrar aqui, o que não aconteceu: “o maior desafio para esta família é conseguir viver em condições materiais mais modestas do que as que tinham na Síria” (instituição G).

O último ponto referenciado foi o valor da ajuda que as famílias recebem. Segundo as instituições, alguns refugiados consideram ser um valor pequeno que pouco dá para resolverem suas necessidades mais básicas, o que dificulta “responder às expectativas dos refugiados que por norma são bastantes mais elevadas do que o que está previsto” (instituição J).

Muitas das queixas, por parte dos refugiados foram exatamente as mesmas referenciadas pelas instituições como sendo um dos maiores desafios do acolhimento. Nesse sentido fizemos um gráfico como forma de visualizarmos o que foi descrito, consoante a escala de destaque de 1 a 9, sendo que o 1 foi menos vezes referenciado e o 9 mais referenciado.



No que diz respeito a compreensão de como pode acontecer o processo de integração de forma positiva, optamos por uma pergunta que fosse clara quanto ao que se pretendia. Algumas das respostas directamente ligada as questões do acolhimento se cruzaram com as respostas sobre a integração. Temas como: a falta de mecanismos de regulação sobre o processo de acolhimento, foram mencionados como sendo uma das perturbações no processo. Veja no relato a seguir:

“O desfasamento de expectativas de parte a parte e a falta de mecanismos de regulação do processo de integração são o maior desafio. Para que o processo seja bem-sucedido, é necessário que as equipas técnicas estejam bem preparadas e que tenham conhecimento prévio do perfil da família para melhor adequar as ferramentas disponíveis. É também fundamental que as pessoas acolhidas compreendam o enquadramento dos programas de acolhimento e estejam motivadas, de modo a definir objetivos e manter um compromisso com os mesmos. Ao nível do programa em si, acreditamos que seria útil iniciar com uma formação linguística e cultural, de carácter obrigatório, que pudesse, por um lado, facilitar a aquisição de competências indispensáveis à integração, e ao mesmo tempo criar uma rotina, social e psicologicamente estruturante para as pessoas acolhidas” (instituição P).

Há uma determinada consciência, de uma multiplicidade de questões que mostram claramente quais são as linhas que a integração deve seguir: “Nomeadamente se tivermos em consideração toda a conjuntura em que os refugiados se encontram: habilitações literárias e experiência profissional que é muitas vezes difícil de

comprovar, problemas relacionais que se prendem com a sua cultura, em especial em relação ao género. Há todo um trabalho de integração que pressupõe muito trabalho e algum tempo para alcançar resultados consistentes.” (instituição H).

Entender que existem diferentes níveis de respostas, bem como condições para as mesmas permite-nos compreender o porque de alguns grupos de famílias refugiadas melhor se adaptaram ao ‘novo’ lar do que outras, uma vez que está visto o desnível entre as respostas que são dadas a nível oficial e as respostas que são dadas a nível institucional. Ao que parece as zonas rurais, travessam ainda, necessidades acrescidas:

“O acolhimento em zonas rurais é mais difícil. Existem constrangimentos ao nível das respostas disponíveis (ex. na aprendizagem da língua portuguesa), bem como ao nível do distanciamento dos organismos públicos e privados, situação agravada pela parca rede de transportes. O que contribuirá para uma integração bem-sucedida será a existência de uma rede de parceiros que apoie a entidade que acolhe e os auxilie a ultrapassar as dificuldades inerentes ao processo de acolhimento.” (instituição M).

Não podemos esquecer que ainda que sejam necessárias aprendizagens para a integração na sociedade de acolhimento, isso não deve significar que se olhe para os mesmos como se não dominassem qualquer tipo de aprendizagem, pois as pessoas trazem consigo diferentes níveis de saberes e diferentes saberes. Desta forma o que precisam é de “um acompanhamento muito próximo, compreensivo e afetuoso, apoio para resolver os problemas burocráticos, e superar as dificuldades iniciais, a integração laboral, a aprendizagem da língua e o suporte para as despesas básicas nos primeiros meses.” (instituição E).

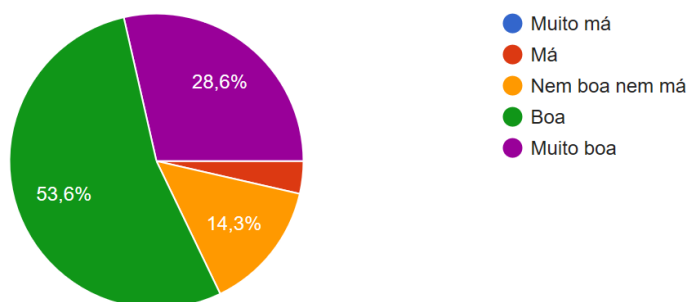
Além desse cuidado, saber que o bem-estar dessas pessoas também depende de como o restante da família vai estar, é uma das formas de compreendermos suas frustrações e angústias, que nada terão a ver com o acolhimento e a integração que são desenvolvidas, mas sim, com os fatores que estão diretamente ligados às questões e posições políticas. Podemos constatar na descrição dessa instituição,

“Creio que para uma integração bem-sucedida devemos privilegiar o reagrupamento familiar e, se possível, junto de outras famílias semelhantes. O maior desafio tem sido responder às elevadas expectativas que as famílias trazem e que não correspondem à realidade existente.” “Tivemos "sorte" com a família que nos chegou. Abraçaram a cultura e o povo (de Almeirim) porque foram MUITO bem acolhidos por TODOS - desde o presidente da câmara até à população em geral. O maior desafio é conseguir ajudá-los a pensar no futuro e menos no imediato - estão sempre muito ansiosos pelo bem-estar da família que deixaram na Síria. Todo o dinheiro que lhes sobra envia para

a família e não estão a criar condições de autonomia.” (instituição O).

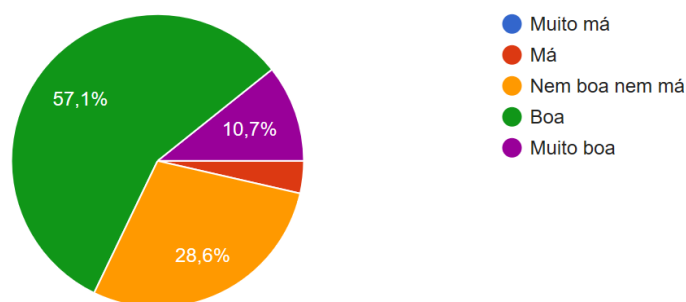
Procuramos ainda avaliar qual a relação que os refugiados/requerentes de asilo conseguiam estabelecer com as instituições de acolhimento. Para isso foi proposto uma categorização entre “muito boa” até “muito má”. Neste caso, percebemos que é uma relação boa. Segue o gráfico como resultado obtido:

28 respostas



No que toca ao interesse em saber qual a relação que os refugiados/requerentes de asilo estabelecem com as outras instituições locais como as escolas, a segurança social, o centro de emprego e etc. Conseguimos observar avaliações positivas por parte das instituições (as quais seguir-se-ão mais abaixo num gráfico de resultados). Esta pergunta se tornou oportuna neste trabalho porque consideramos que seria interessante perceber, qual o panorama geral, que as instituições percebem da relação que os refugiados estabelecem com outras instituições, em comparação com as respostas dadas “aos desafios que o acolhimento proporciona”. Como referido, percebe-se que o resultado é positivo, ou seja, a percepção é de uma boa relação com outras instituições.

28 respostas

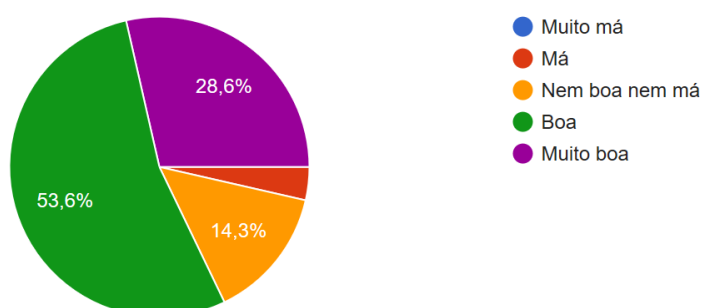


Também consideramos ser importante perceber qual é a relação que a comunidade local tem estabelecido com as pessoas acolhidas. Entendemos que essa relação será um marco imprescindível na integração dos mesmos não só na sociedade



em geral, como principalmente junto a comunidade local. E sobre essa avaliação por parte das instituições percebemos que tem sido uma relação boa.

28 respostas|



## 4.2 Descrição das categorias encontradas nos procedimentos de análise de conteúdo.

### 4.2.1. Categorias encontradas na análise efectuada ao modo como o acolhimento é pensado nas políticas nacionais.

Nesta descrição dos resultados, serão apresentadas as principais tendências de sentido existentes nas categorias por entre as suas subcategorias. A seguir serão descritas as quatro dimensões (políticas nacionais, europeia, prática institucional e prática vivenciada – quem recebe as respostas) em que se findou a análises de conteúdo. Uma delas se encontra na dimensão da política da integração dos refugiados a nível nacional. Para essas entrevistas chamamos a participar o CPR, PAR e ACM. Veremos a seguir um dos quadros que realizou a construção das categorias<sup>49</sup>.

Quadro1 (Análise do conteúdo das instituições CPR, ACM e PAR)

Categoria	Subcategoria	Indicadores
“Dificuldades/desafios do processo de acolhimento a nível burocrático.”		“(…) convidamos essas entidades a virem ter connosco os nossos colegas do GAIR, para discutir

<sup>49</sup> Como forma apresentar como foi analisado os dados mostraremos apenas um dos quadros da análise e ressalvamos a existência de outros, como o quadro dos eurodeputados, das técnicas das instituições e do representante da associação dos refugiados em Portugal. Nota que essa escolha na apresentação se deu pelo fato do material analisado ser demasiado extenso para transpô-lo neste espaço, sendo os restantes quadros direcionados para a secção dos apêndices.

		casos, para discutir estrangulamentos que as vezes podem surgir sei lá, inscrição na segurança social, no centro de emprego ou na escola, nós queremos depois que essas coisas sejam reportadas para nós ajudarmos a desbloquear, e ser feito depois a nível do tal grupo central da Direção Geral da Educação, da saúde. Nós levamos esses casos e é aí que depois, se tenta resolver” (Calado p:19);
	“As implicações no modelo do acolhimento”	“(…) porque lá está, a dispersão tem desses desafios, entidades em setenta e seis concelhos o que torna isto mais complexo, e aí vamos convidá-los a participarem nessa formação e depois há aquilo que nós chamamos de encontros regionais em que reunimos com as várias regiões do país, cinco regiões por ano.” (calado p:19);
	“Necessidade/fragilidades no processo do acolhimento;	“Nós temos essa preocupação de nas câmaras, não só na formação que damos aos técnicos, nós agora temos sessenta formações em vários pontos do país para técnicos locais, da segurança social, os clais que fazem parte do ACM e também representantes de outras organizações do SEF que queiram vir receber essa

		<p>formação”. (Tito p:9);</p> <p>“(…) formação dessas pessoas, nós fomos sobretudo neste ano percebendo quais são as necessidades as fragilidades dos técnicos que estão em primeira linha, e vamos lançar agora uma formação avançada, que são duzentas horas <i>e-learning</i>, via internet.” (Calado p:19);</p>
	<p>“Desnívelamento da preparação técnica no processo do acolhimento.”</p>	<p>“(…) temos de tudo, temos entidades locais muito bons, e temos entidades locais que ainda estão em processos de uma maior aprendizagem, mas eu diria que para tentar nivelar um pouco essa qualidade, esses estímulos novos né, cá estamos nós que fazemos um pouco essa supervisão, para garantir que no final do dia as pessoas têm uma solução e que respeite os direitos humanos e que seja de qualidade.” (Calado p:22-23)</p>
<p>“Desejos, ambições e expectativas de regresso ao país de origem.”</p>		<p>“(…) todos os refugiados desejam mais tarde regressarem ao seu país de origem.” (Tito p:10);</p> <p>“(…) quem sabe um dia voltar a sua terra de origem porque muitos já manifestaram essa vontade, querem muito voltar a síria para ajudar a reconstruir o seu país, eu acho que se conseguirmos acolher</p>

		<p>essas pessoas, os que cá quiserem ficar, fiquem e façam a sua vida.” (Calado p:23).</p> <p>“(…) tem que investir também nas suas capacidades de sobrevivência e de ajuda nos países que vão ser acolhidos.” (Tito p:10);</p>
	<p>“Expectativas/esperanças do país de acolhimento”;</p>	<p>“(…) os que quiserem voltar que voltem, e que possam reconstruir o seu país, o que Portugal puder ajudar, temporariamente, essas pessoas nesse período como temos feito.” (Calado p:23);</p> <p>“(…), portanto eles têm que se preparar para regressar quando for possível” (Tito p:10).</p>
	<p>“O verdadeiro sentido de refugiado.”</p>	<p>“(…) porque não são imigrantes, não são, são pessoas que viram-se impossibilitadas de permanecerem no seu país de origem porque tudo lhes foi negado, e porque estão em risco, é mesmo risco de vida.” (Tito p:10);</p>
<p>“Plano nacional de estratégia e modelo de acolhimento”</p>		<p>“Desde logo é um acolhimento descentralizado, ou seja, nós apostamos no fundo na colocação das pessoas em pequenas vilas, pequenas cidades em cidades que não são exclusivamente Lisboa e Porto, embora alguns também venham para lisboa e Porto.” (Calado p:12);</p> <p>“(…) em Portugal nós optamos</p>

		como na PAR, por haver apoios com a instituição anfitriã, por exemplo, durante dois anos ajudar aquela família integrar-se, portanto, durante os dois primeiros anos a família tem esse apoio.” (Marques p:29)
	“O processo de integração dos refugiados”	“1) as pessoas terem sua habitação própria, portanto naquela lógica de não os concentrar em centros de acolhimento, mas sim, na sua habitação própria, 2) ter acesso a saúde e a educação desde logo, a saúde e a educação públicas, 3) terem acesso ao mercado de trabalho e esse acesso ser o mais depressa possível, portanto evitar que as pessoas fiquem no limbo em que não lhes pode, que lhes é vedado o acesso ao mercado de trabalho, mas sobretudo garantir que quando vem para um determinado local já se pensou na colocação para o mercado de trabalho, 4) o acesso a língua portuguesa, o treino da língua portuguesa. 5) O acesso a formação profissional ou 6) reconhecimento das qualificações, e finalmente o sétimo critério que no fundo pode não ser necessário, mas nós queremos garantir que existe quando necessário que é o

		<p>apoio psicológico nomeadamente em situação de trauma que é a situação em que muitos refugiados chegam a Portugal.” (Calado p:12-13).</p>
	<p>“Outros modelos de acolhimento”</p>	<p>“(…) ao invés de alguns países que apostam em centros de acolhimento coletivos, ou comunitários” (Calado p:12);</p> <p>“(…) enquanto alguns países preferiram a opção de atribuíram um subsídio financeiro a pessoa ou família refugiada, para que ela se vire, se resolva a sua vida.” (Marques p:29);</p> <p>“Alemanha o frio é muito grande, chegam na Alemanha e tem que ir para centros de acolhimento coletivo, não tem a sua casa como aqui, e muitas vezes” (Calado p:18).</p>
	<p>“O modelo institucional”</p>	<p>“(…) o acolhimento institucional, evitar que essas pessoas refugiadas vão para casas de particulares, ou que vão para soluções, é sei lá em Hotéis, acreditamos que isso tudo deve ser feito em instituições, até porque Portugal tem uma rede muito grande de instituições as IPSS, ONGS, são muitas, e, portanto, achamos, ainda que muitas pessoas a título pessoal</p>

		<p>disponibilizassem suas casas e nós achamos isso muito generoso, mas nós optamos por fazer através das instituições.” (Calado p:13).</p>
	<p>“O outro lado do acolhimento”</p>	<p>“(…) e depois há um processo de acolhimento administrativo e de digamos, de implementar esse procedimento jurídico na base do acolhimento nos centros de acolhimento que tem regras também, que tem prazos e que as pessoas, portanto, sabem o tempo que estão, que vão ser, que tem imensos apoios, e o tempo depois que terão que ficar a custa deles próprios”. (Tito p:3).</p>
<p>“Consequências para a saúde mental”</p>		<p>“(…) muitas dessas pessoas que chegam tem complexos problemas, sobretudo do ponto vista da saúde mental, as vezes essas pessoas precisam de segurança conforto para recomeçar aos poucos a sua vida não é, e esse trabalho é um trabalho que exige muito dos técnicos, exige muito dos locais de acolhimento.” (Calado p:22);</p> <p>“(…) quer dizer a complexidade decorre muito do trauma da experiencia muito dura dessas pessoas, não é, e lidar com as pessoas com um elevado nível de trauma, não é tarefa fácil.”</p>

		(Marques p:30).
	“as diferentes emoções/expectativas entre imigrantes e refugiados”.	“(…) essas pessoas não são pessoas que vem felizes e contentes como vem um imigrante que cá chega a tentar recomeçar a vida o mais depressa possível.” (Calado p:22).
“A ideia de trabalho articulado/ grupo de trabalho”		<p>“porque já é muito habitual no tema dos imigrantes trabalharmos entre várias instituições, isso não foi novo, nós já conhecíamos essas pessoas todas no trabalho que fazíamos com a imigração. Portanto essa ideia do se quiser interministerial, interinstitucional, p’ra nós não havia uma outra forma de fazer isso não é, não podia haver uma única instituição responsável por todo o plano. (Calado p:14);</p> <p>“A articulação acontece no seio do grupo trabalho da agenda europeia para as migrações, onde para além daquelas entidades públicas [...] convidamos depois, essas grandes plataformas o CPR, a PAR, a Cruz Vermelha, a União da Mutualidades, a União das Misericórdias, a Associação nacional dos municípios a também, se juntarem ao grupo de trabalho. “(Calado p:15);</p> <p>“grupo de trabalho para agenda</p>



		<p>das migrações, onde estão vários departamentos do governo, desde logo os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras e o Alto Comissariado para as Migrações que são dois organismos que lideram estes processos, nesse grupo de trabalho a Direção Geral de Educação, a Direção Geral de Saúde, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Instituto de Segurança Social, a Associação Nacional de Municípios e depois várias organizações da sociedade civil entre as quais, como referiu, o Conselho para os Refugiados, a União da Misericórdias a Cruz Vermelha ou a PAR. (Marques p:25-26);</p>
	<p>“O que se faz/ nos processos do grupo de trabalho”</p>	<p>“(…) desse grupo de trabalho da agenda das migrações foram se mobilizando para dar instruções a toda a sua rede, por todo o país como agir, por exemplo, para a educação da criança refugiada na escola e como a integrar ou regras de integração do sistema nacional de saúde e, portanto, há uma preparação, claramente, não resulta, não é uma surpresa, não resulta do acaso, há um trabalho preparatório que está feito e que é um trabalho continuado.”</p>

		(Marques p:28-29).
	órgãos de interação externas, no processo do acolhimento;”	“(…) os Serviço de Estrangeiro e Fronteiras sobretudo tudo aquilo que é a componente externa de interação com a Grécia ou a ASO, que são interlocutores muito importantes na vinda de refugiados para Portugal; o ACM” (Marques p:25-26).
	“A lógica de consórcio/articulação no acolhimento”	“nós achamos que o acompanhamento não deve ser feito por uma entidade sozinha, que tem que responder a tudo isso né, acreditamos na lógica de consórcios locais que normalmente envolvem autarquia, envolvem escolas o IEFEP local [...] quem quiser, quem tiver algo a dar, para esta lógica integrada, deve de forma articulada ser chamada a participar.” (Calado p:13);
“Portugal como bom exemplo no acolhimento”		“(…) tem havido um diálogo muito simples, que aliás é um tema que é elogiado no contexto europeu que é a excelente colaboração que em Portugal existe entre Estado e as organizações da sociedade civil para a gestão deste desafio.” (Marques p:24);
	“As vantagens que permitem Portugal ser um	“o contexto português permitiu-nos ter tempos para funcionar, não

	exemplo no acolhimento”	<p>é, nós não somos uma país de chegada como e a Grécia e como é a Itália, nós não somos um país de trânsito como é são alguns países do Balcãs, ou alguns países do centro da Europa, nós não somos um país de chegada de requerentes de asilo que cá queiram chegar como quiseram na Alemanha, na Suíça, na Áustria, eu acho que este contexto não é, acho que nos deu algum tempo para nos preparamos para fazer alguma coisa, como se diz em Portugal ‘com pés e cabeça’, não é, e creio que essa experiência, e o fato de t’armos aqui, neste ponto da Europa, nos permitiu fazer as coisas com alguma cautela e com alguma sensatez.” (Calado p:16)</p>
	“A abertura nacional, de toda a sociedade civil para o acolhimento”	<p>“as autarquias mobilizaram-se muito bem, no sentido de chamar os municípios a serem entidades de acolhimento, nós tivemos logo de imediato cerca de sete municípios que disseram sim, que queriam estar disponíveis para que e depois a abertura que tivemos da sociedade civil [...] esse trabalho tinha que mobilizar a sociedade civil, e aí convidamos o Conselho Português para os Refugiados, a Plataforma de apoio</p>

		<p>aos refugiados, as Misericórdias, a própria Cruz Vermelha Portuguesa, no fundo houve aqui um conjunto de entidades a nível nacional que tem uma rede também nacional, que foram convidadas a serem entidades de acolhimento, portanto tem sido essas entidades juntamente com os municípios que temos vindo a recolocar as pessoas (Calado p:14);</p>
	<p>“O manual de acolhimento como guia para as instituições”</p>	<p>“o que as entidades recebem com instruções sobre como o plano nacional, com os procedimentos a implementar localmente nos vários níveis de integração, o que nós temos disponíveis, as regras financeiras, isso é feito antes das pessoas chegarem né, reunimos com as entidades explicamos como é o funcionamento e verificamos se a entidade tem ou não condições para acolher, depois os vários temas da habitação, da alimentação com alguns links também para coisas que podem também ver online, isto depois em versão digital dá para clicar, portanto isso é dado as entidades, depois com regras e com contatos também, (Calado p:20)</p>

	<p>“As condições que se pretendem trabalhar para o acolhimento dos refugiados;”</p>	<p>“o que nós queremos é criar condições para que os refugiados em Portugal possam sentir acolhidos, e possam ter um processo de integração nas comunidades e não que sejam remetidos para guetos, para zonas afastadas da comunidade, portanto o princípio do acolhimento comunitário (Marques p:25);</p>
	<p>“As condições exigidas para ser-se uma entidade parceira no acolhimento”</p>	<p>“no caso da PAR, para concretizar a [...] candidata a instituição anfitriã, tem que reunir um conjunto de condições na sua comunidade para que possa acolher uma família, e isso passa pela articulação com a saúde, com a educação, com o centro de emprego de maneira que possa ter uma resposta integrada, e só depois de reunir essa resposta integrada é que fica validada como instituição anfitriã, que depois quando se concretiza o acolhimento da família a instituição anfitriã continua a cuidar dessa visão integrada.” (Marques p:25);</p>
	<p>“Como pretende ser o acolhimento dos refugiados”</p>	<p>“é necessário que uma intuição manifeste um interesse em acolher uma família de refugiados.” (Marques p:25);</p> <p>“ajudar a família na integração da</p>

		educação, a integração na saúde a integração no mercado de trabalho, por outro lado, as estruturas do estado, elas próprias por via da participação.” (Marques p:28-29).
“A componente experiências e ‘facilidades’ no acolhimento”		<p>“(…) partiu muito da nossa experiência que já tínhamos com os migrantes, não é?! Nomeadamente com os imigrantes em Portugal” (Calado p:14);</p> <p>“(…) o modelo português, que já vinha da imigração, portanto nesse sentido Portugal tem um posicionamento já histórico desde 2002 com grandes destaques nas questões de políticas de acolhimento e integração de imigrantes, há sempre uma referência, um <i>aipacks</i>, como um índice, de posição das melhores políticas de integração de imigrantes, que Portugal está em segundo lugar, logo a seguir a Suécia (Marques p:26);</p> <p>“(…) há talvez decisões políticas, por um lado, fatores históricos, por outro, explicando as questões de imigração foram durante as ultimas décadas um terreno de consenso político, não há combate político em torno das questões da imigração.” (Marques p:27);</p>

		<p>“(…) e por outro ter a conjugação também de conjunto de protagonistas, de vozes, apoio dos média, são diferentes elementos que ajudam a compreender porque que a realidade portuguesa é distinta nesse domínio. (Marques p:27)”</p>
	<p>“Possíveis dificuldades no acolhimento em outros países da Europa”</p>	<p>“(…) quando noutros países é o principal terreno de combate político, por exemplo, ou o fato de nós termos políticos muito avançados nesse domínio” (Marques p:27);</p> <p>“Portugal parece ser algo estranho no contexto europeu, porque começa por não ter uma expressão de extrema direita, xenófoba no poder, nós costumamos sempre a dizer que, no parlamento português não há representação de partidos de extrema direita, xenófobos, como existem em outros países. (Marques p:26).</p>
	<p>“Portugal e sua história de emigração”</p>	<p>“Portugal ter quatro milhões, cinco milhões de portugueses e lusodescendentes pelo mundo e, portanto, como emigrantes pelo mundo obriga-nos sempre a pensar o nosso discurso sobre as questões da mobilidade humana” (Marques p:27)</p>
		<p>“A decisão para onde as pessoas</p>

<p>“Quem decide para onde vão as pessoas”</p>		<p>vão é nossa que depois é comunicado ao SEF e o SEF, depois quando essas pessoas chegam faz o protocolo com essa entidade e garante que a pessoa vá para esse local que é definido por nós. (Calado p: 14);</p> <p>“(…) as famílias são selecionadas e podem ficar muitas vezes, eles se conhecem no avião, não é?! Mas isso não significa que vão ficar próximos. Porque, agora é diferente depois do pedido da reunião familiar, porque há muitos que chegam, foram separados das famílias, portanto há por exemplo um pai que chega com dois filhos e a mãe com mais três filhos pequenos ficou na Turquia porque não conseguiu, e aí nós tratamos, leva algum tempo, mas tratamos de mandar vir a família que possa ir para o sítio onde já cá estavam o pai e os outros dois filhos” (Tito p:6).</p>
	<p>“Decisões estratégicas (?)”</p>	<p>“(…) as pessoas estavam verdadeiramente a verem esse movimento como oportunidade te’ndo repovoar algumas dessas pequenas vilas e pequenas cidades. Nós nesse momento já temos refugiados recolocados em setenta e seis conselhos em todo o</p>



		<p>país não é, portanto é mesmo uma grande cobertura territorial. E a nossa ideia foi sempre essa, foi tentar aproveitar o fato por exemplo, em Penela, na escola há alguns anos, creio que há dois anos que não havia novos meninos, porque a natalidade, não há nascimentos, para que estes meninos, nalgumas das famílias, entregarem essas pessoas que chegaram, poderem exatamente contribuir desde logo demograficamente, lembro-me que o diretor da escola estava felicíssimo por ter crianças novas na escola, e eu creio que em Portugal, quando chegamos a essas comunidades mais pequenas, há sempre um lado da hospitalidade mais caloroso do que se viemos para a grande cidade.” (Calado p:17)</p>
<p>“Alemanha como destinos de sonho dourado”</p>		<p>“(…) criou-se sempre aquela expectativa de que a Alemanha é o Eldorado, de que é na Alemanha que vão conseguir a sua, seu sonho não é, e Portugal não está no topo dessas prioridades, (Calado p:17-18); Portugal não tem uma taxa de saídas superior a outros países que tem exatamente o mesmo desafio, a Bélgica tem, a</p>

		França tem, enfim, vários tem. “(Marques p:31).
	Algumas expectativas de destinos”	“As questões que se relacionam com a expectativa de destino das famílias, por exemplo, quando temos famílias que estão dispersas e vários elementos da famílias em vários pontos da europa, qualquer processo de acolhimento e de integração está condicionado pela expectativa da família se reunir, nesse sentido, e se não é possível a família reunir seja através do reagrupamento familiar, porque por exemplo é com membros adultos, não é, é, nesse caso entre irmãos por exemplo, não é, é complexo estar a desenhar um programa de acolhimento de integração de uma pessoa que está a querer ir para a Holanda ou para a França, ou para a Espanha que seja, onde tem um irmão ou que tem um amigo ou vizinho com quem tinha muito boa relação.” (Marques p:30)
	Portugal como país transitório”	“(…) o processo de mobilidade dos refugiados muitas vezes não passa por ficarem no sítio onde são recolocados ou o primeiro sítio onde chegam, tem sempre suas razões para poderem tentar outros locais.” (Marques p:31).

	<p>“Portugal sem tradição em acolhimento de refugiados”</p>	<p>“(…) tudo isso é muito, muito desafiante não é, para um país que não tinha muita tradição de receber refugiados.” (Calado p:22).</p>
	<p>“A procura se laços familiares nos movimentos migratórios”</p>	<p>“(…) porque por exemplo ao existir uma grande comunidade síria na Alemanha, a grande probabilidade de fator de atração pela essência da comunidade, que é um fenómeno muito conhecido nas questões da mobilidade humana não é, as pessoas juntam-se com outras da mesma comunidade, não é, por isso é que existem as ruas portuguesas ou as ruas brasileiras, ou as ruas indianas, ou bairros chineses enfim, é por isso as pessoas juntam-se pela sua afinidade, e portanto nesse sentido, não me parece que seja um fenómeno específico em Portugal e mais não me parece que é também, que seja, justificável nesse sentido, nenhuma das famílias que saíram de Portugal saiu por estar descontente com o que tinha em Portugal, saí porque se quer juntar a alguém, saí porque se quer juntar aos seus amigos, saí porque tem um irmão acolá ou um amigo noutro sítio e saí nesse sentido.”</p>

		(Marques p:31).
“Quando Portugal começa a ser conhecido pelos refugiados sírios”		o que nós vamos vendo é que na medida em que o processo de recolocação começou a funcionar, ele começou sobre tudo à partir de março deste ano, foi aí que começamos a ter chegadas regulares portanto Portugal já começou a fazer parte dessas listas de oportunidades porque sobretudo os que cá estão vão passando a mensagem de que afinal é interessante viver em Penela, porque afinal é interessante estar em Guimarães, que afinal até se consegue emprego no Alentejo, nós vamos vendo que essas pessoas hoje em dia estão muito interligadas, comunicam, eu creio que essa perceção de que Portugal pode ser uma solução interessante tem vindo a crescer (Calado p:18);
	“O passa palavra no processo de escolha do país”	“(…) tem equipas na linha da frente dos hot spots e ta’mos a tentar por exemplo a dar os kits ainda lá, para eles, para que fique muito claro para onde é que veem, que oferta é que vão encontrar em Portugal, para onde é que vão, para evitar que isso seja feito já quando chegam ao aeroporto em Lisboa não é, p’ra não fugir as

		expectativas”. (Calado p:21).
	“O pedido de Asilo”	“um pedido de asilo na Alemanha demora um ano, um ano e meio, enquanto que aqui é imediato. (Calado p:18)
“A dimensão dos valores culturais e o cuidado com o pré-conceito”		<p>“Uma das coisas que nós dizemos no Kit é que em Portugal homens e mulheres são absolutamente iguais, que em Portugal a homossexualidade não é um crime porque muitas dessas pessoas vão em sociedades onde eventualmente algumas dessas práticas não é que seja legais, mas vamos dizer que seja mais toleradas, nós aí temos passado essa mensagem que nós somos muito dialogantes no ponto de vista cultural, mas há um limite que é o limite da constituição dos nossos valores fundamentais pros quais esperamos também que quem chega ceda e que incorpora alguma dessas, alguns desses valores, algum desses princípios portanto aí a questão das mulheres tem sido uma questão muito sensível. (Calado p:18);</p> <p>“não é verdade, por maior que seja a aparência que este ou aquele traz, relacionado com hábitos culturais, relacionados com vestuários ou</p>

		comportamento, possa ajudar a acreditar que exista uma especificidade da nossa experiência não existe, (Marques p: 27-28)
	“O Estado e a Lei Portuguesa”	<p>“é a proteção que decorre da lei, do Estado de direito, todas relacionadas com o género desde o princípio da igualdade, ou o combate a violência doméstica, ou qualquer tipo de discriminação em função do género”. (Marques p:27-28);</p> <p>“O modelo de acolhimento tem haver com o procedimento que está descrito na lei de asilo, não é?! A lei de asilo estipula quais são, e o instrumento principal que é inspirado na convenção de genebra de 1951, portanto há prazos, há um modelo muito específico em que, como eu disse, as pessoas apresentam o pedido de asilo, são ouvidas, é instruída o processo, tem prazos de decisão” (Tito p:3).</p> <p>“e também na legislação, porque nós temos instrumentos jurídicos que definem quem é que vai ter o estatuto de refugiado ou não. Portanto não é qualquer um, e tem que ter também, tem que ter prova, portanto a todo um</p>

		processo jurídico que é feito” (Tito p:3).
	“Como se confere o estatuto”	“Se vem por via terrestre, tem que se dirigir a um posto da polícia para pedir asilo e depois vem aqui ao CPR também, depois para fazer a entrevista jurídica. Portanto as pessoas que entram, que são admitidas no processo de asilo não são imigrantes” (Tito p:3);
	“Quando a resposta é negativa”	“(…) ah! se a decisão é negativa, tem o direito a interpor a recursos no tribunal administrativo. Depois se a decisão do tribunal continuar a ser negativa, mas se a pessoa já entrou, aí corre o risco de ficar no ilegal, porque se não aceita a decisão negativa e se permanece mesmo assim no país, aí é que fica numa situação de ilegalidade, se não tem que voltar, tem que voltar ao país de origem. E depois há todo um procedimento jurídico que é enfim, que é legal, que está na base.” (Tito p:3).
	“As questões de género é um desafio social”	“para que não haja nenhum equívoco, não é um problema dos refugiados, é um problema das nossas sociedades porque problemas de discriminação em função do género, violência doméstica, indo até o nível de

		<p>homicídios, ou questões que tem a ver com desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres já existem na sociedade portuguesa, não são novos, e portanto, um combate a ser feito nesse quadro geral, e não olhando numa forma enviesada com preconceitos face aos refugiados, como se tivessem um problema específico de género em que os portugueses não têm, existe sim, problemas como a mesma natureza, que existem, como na sociedade portuguesa, no que diz respeito a igualdade de género. (Marques p: 27-28)</p>
<p>“Os principais desafios e constrangimentos da integração”</p>		<p>“É a questão da integração laboral (...) a taxa de empregabilidade, tem vindo a diminuir desemprego, mas vamos tendo ainda alguma gente desempregada e aí é desafiante porque nem sempre é fácil encontrar emprego não é, esse claramente é dos principais desafios e depois é tentar que essas pessoas no final dos dezoito meses desse processo de acolhimento se autonomizem possam refazer a sua vida (..) (Calado p:23);</p>
	<p>“Os constrangimentos das diferenças legais”</p>	<p>agora tivemos aí uma situação há uns tempos, de um de, dois</p>



		<p>             cidadãos da Eritreia que até estavam a ter aulas de português, t'ão a trabalhar, t'ão a ter um contrato de trabalho, mas que ao final do primeiro mês tivera um desacato lá na instituição, imediatamente ligaram-nos p'ra cá, da instituição, não se conseguiam entender por que eles ainda não falam muito em português, eles só diziam que estavam muito desagradados com o que se está a passar, e que o GAIR, puseram nosso tradutor em simultâneo e conseguiram falar p'ra lá, então era o que? Os senhores tinham recebido o primeiro salário no final do mês, este mês, e t'avam muito descontentes porque acharam que alguém tinha ficado com uma parte do seu salário, porque no país deles, em Eritreia, não há segurança social, não há IRS, tá a ver, e as vezes nós pensamos, achamos que pensamos em tudo, mas esquecemos desses pormenores, esquecemos de explicar que em Portugal tem benefícios em ter descontos e descontar, ta na implicação da segurança social e portanto, as vezes é esse tipo e coisas”           </p>
--	--	--

		(Calado p:22).
	“A comunicação/linguagem e partilha como fator de integração”	<p>“não imagina a dificuldade que foi para nós encontrar uma tradutora de tigriniana nós não tínhamos muitos Eritreus em Portugal, lá descobrimos uma senhora em Évora, que no início até íamos buscar e levar a casa, não é, porque era tão importante tê-la aqui”; (Calado p:22).</p> <p>“(…) basta perceber que não é só um problema de língua começa logo a ser um problema de alfabeto e de lógica, se quiser, nós escrevemos da esquerda para a direita a maioria dos refugiados que falam árabe, escrevem da direita para a esquerda é toda uma outra maneira de ver o mundo, não é, tudo isto introduz muitas dimensões de complexidades, mas por outro lado também tem, e isso não é mal sublinhar, a riqueza da diversidade, de encontro de pessoas que mesmo sendo diferentes, no fundo, são pessoas iguais, no sentido com a mesma natureza humana, com os mesmos sonhos de serem felizes e cuidar de sua família e poderem viver em segurança.” (Marques p:30-31).</p>
	“Os âmbitos do acolhimento”	“(…) não se trata só de fornecer casa ou alimentação, trata-se de

		<p>ver o acolhimento e integração num processo holístico onde também, as questões com as aprendizagens da língua, da integração das crianças na escola, de toda a família no centro nacional de saúde, dos adultos no trabalho, são vistas conjuntamente (Marques p:25);</p>
<p>“Algumas respostas dadas no processo de acolhimento”</p>		<p>“E este é o KIT que damos aos refugiados, ta vamos, por exemplo este manual de língua, tem assim línguas, inglês, português, francês, tigrina e árabe, e funciona com as cores e com números. Se não souber falar árabe, mas se estou a falar com alguém que fala inglês eu posso por exemplo fazer qualquer coisa como isto, e isto (mostrando junto do manual de línguas como o usar) e sei que esta palavra é igual a esta, ok., porque o um do inglês corresponde ao um do árabe porque aqui está escrito educação e aqui esta escrito educação física, se quiser em português, por exemplo quarto transportes, (eu quero ir à pé) eu vou ao quatro em árabe e o à pé é o seis, e assim conseguimos comunicar, nas primeiras horas de chegada e se me doer as costas, se eu precisar,</p>

		<p>depois tem verbos, transportes, a casa, o corpo, os animais, a religião e a cultura, os verbos, à alimentação, são no fundo frases básicas que permitem começando a treinar. Tem muitas coisas, depois, tem guia de boas vindas que explica os direitos e os deveres dos recolocados, o acesso a educação, a saúde, depois tem perguntas frequentes tudo isso ta em cinco línguas, portanto sempre com o tigrina e o árabe, tem o mapa de Portugal que é importante que eles às vezes não sabem onde é a Guarda e vão pra lá, onde é que é Faro, tem um download do CPR, tem informações adicionais, podem instalar no telemóvel este programa e feito junto com a Direção Geral do Ensino Superior, a terem um mentor que é um voluntário que é estudante universitário, (Calado p:20);</p> <p>“t-shirt permite ir ao nível mais básico de comunicação, que são os dez ícones em jeito de manual de sobrevivência, casa de banho, computador, levantar dinheiro, permite apontar não é, e para quem acabou de chegar pode ser útil, depois tem, isso já é o</p>
--	--	---

		português falado para eles treinarem s fonemas, pra -zer em co- nhe -ce- lo; a-deus, permitir, para ficar, exatamente, são frases do jeito, estou perdido, quantos tem, quero comprar, são frases um pouquinho mais elaboradas que isto, depois tem esta pen que vem com todos esses conteúdos aqui digitais, vem com, depois os vídeos sobre Portugal, também em cinco línguas e os vídeos que os canais nos deram sobre cultura história de Portugal.” (Calado p:21).
--	--	---

O sistema categorial deste primeiro quadro é constituído por **13** categorias: “Dificuldades/desafios do processo de acolhimento a nível burocrático”; “Desejos, ambições e expectativas de regresso ao país de origem”; “Plano nacional de estratégia e modelo de acolhimento”; “As consequências na saúde mental”; “A ideia de trabalho articulado/ grupo de trabalho”; “Portugal como bom exemplo no acolhimento”; “A componente experiências e ‘facilidades’ no acolhimento”; “Quem decide para onde vão as pessoas”; “Alemanha como destino de sonho dourado”; “Quando Portugal começa a ser conhecido pelos refugiados sírios”; “A dimensão dos valores culturais e o cuidado com o pré-conceito”; “Os principais desafios e constrangimentos da integração”; “Algumas respostas dadas no processo de acolhimento”. Dessas categorias emergiram 36 subcategorias, descritas a seguir. As categorias e subcategorias, foram identificadas com base nos objetivos do estudo e outras emergiram da análise de dados.

#### **4.2.2 Categorias encontradas na análise efectuada ao modo como o acolhimento é pensado nas políticas europeias.**

Para que fosse possível essa percepção foram realizadas entrevistas aos eurodeputados Marisa Matias e Carlos Coelho.

Neste quadro, que se encontra em apêndice (Apêndice nº 15), temos **11** categorias: “Financiamentos como um marco na forma de entender o que são refugiados e imigrantes”; “A construção de uma Europa como fortaleza”; “Imigração permitida”; “É preciso resolver o problema na origem”; “Portugal como um bom exemplo para países da União”; “As implicações da normatividade e burocratização do processo de Asilo”; “O processo de recolocação”; “O modelo de acolhimento em Outros países da Europa e suas implicações”; “A dispersão geográfica como instrumento de Integração”; “Pontos Fortes da Europa no processo do acolhimento”; “Pontos fracos da Europa”. Dessas categorias emergem outras **14** subcategorias.

#### **4.2.3. Categorias encontradas na análise efetuada ao modo como é vista a prática do acolhimento.**

Uma outra perspectiva seria de extremamente valor: perceber como na prática as políticas nacionais e europeias se têm articulado. Para isso fizemos duas entrevistas a duas técnicas que apoiam de forma voluntária as instituições acolhedoras e ajudam famílias que foram acolhidas pelas mesmas.

No próximo quadro, também em apêndice (Apêndice nº 16), o sistema categorial é constituído por **18** categorias: “Como funcionam as associações de refugiados”; “Pouca representatividade dos refugados”; “A burocratização do processo e as suas consequências”; “A classificação/níveis/tipos diferenciação de refugiados”; “A representação social sobre os refugiados”; “Definição de integração”; “É possível aprender com a perda”; “Pouco esclarecimento do estatuto do ACM 2016 sobre o que é o estatuto de Refugiado”; “A representatividade do ACM”; “Falha na articulação das Instituições”; “Gralhas do CPR”; “Relação do Estado com a problemática”; “O Estado não fiscaliza as instituições de acolhimento”; “As instituições estão à procura de financiamentos”; “Uma das possíveis causas de os refugiados não quererem vir para Portugal”; “Portugal e as suas melhores práticas devem ser questionadas”; “O problema não é a Lei e sim a implementação da lei”; “As formações sobre o tema podem ser para estigmatizar”. Dessas categorias emergiram **25** subcategorias que serão descritas a seguir.

#### **4.2.4 Categorias encontradas na análise efectuada ao modo como é vivenciado o acolhimento.**

Por último, e não menos importante, temos a partilha de uma experiência que é representada por dois papéis distintos: o de representante da associação dos refugiados em Portugal (URP) e o da sua própria prática, enquanto um refugiado residente há vários anos em Portugal.

Neste último quadro (Apêndice nº 17), designado por **quadro nº 4** e que se encontra detalhado em apêndice, surgem **22** categorias: “Dimensão da educação”; “A importância da competência e da formação”; “Relação com a comunidade”; “Relação com as famílias”; “Os diferentes níveis de respostas oficiais, no que perturbam o processo”; “A comunicação e relação social entre os refugiados”; “O processo de acolhimento”; “A relação de entreajudas das instituições que fazem o acolhimento”; “Burocratização do processo de acolhimento”; “O Trajeto das famílias refugiadas”; “Autonomia das famílias refugiadas”; “O Trabalho”; “Relação religiosa”; “Relação cultura vs. Género”; “Cultura: Algumas alterações de hábitos”; “Relação ética para com as famílias”; “As queixas no processo de acolhimento e integração”; “O estado de saúde”; “Desconstrução de pré-conceitos”; “Falhas de comunicação das instituições representantes do processo”; “Os benefícios inseridos no processo de recolocação”; “As diferentes dimensões da integração”. Dessas categorias emergiram **54** subcategorias que serão mencionadas a seguir.

#### **4.3. Políticas europeias e políticas nacionais para o acolhimento.**

Foi possível observar algumas categorias em concordâncias nas visões das práticas nacionais e europeias. Além disso algumas categorias surgiram isoladas e possibilitaram novas visões e entendimentos sobre a problemática em curso. Dessa forma, seguiremos a apresentação relatando, primeiramente, as categorias que foram comuns às duas entrevistas e, por último, serão apresentadas as categorias isoladas, própria da sua dimensão, neste caso de políticas europeias para o acolhimento ou das políticas nacionais para o acolhimento.

A primeira categoria em comum diz respeito as questões burocráticas do processo de legalização, apresentação e aceitação do pedido de asilo. Nesse sentido, foi possível entender que “a burocracia é de tal ordem, os processos de registos de aceitação dos processos dos vistos das pessoas, é de tal ordem, que de facto isso prolonga-se (Marisa Matias, eurodeputada). Ainda que o eurodeputado Carlos Coelho tenha outra postura partidária/ política, foi possível constatar haver uma comunhão de ideia entre os eurodeputados, quando este afirma que “uma pessoa não devia estar

meses, e meses, e meses num campo de refugiados a saber se é um refugiado, se é uma pessoa que merece proteção temporária, se tem direito de asilo” (Calos Coelho, eurodeputado)

Em relação à burocratização do processo de acolhimento que acontece a nível nacional, estes estão mais relacionadas com as questões que dizem respeito ao próprio modelo de acolhimento em si. Ou seja, à forma como está sendo desenvolvido o acolhimento em Portugal, o que significa passar pela dispersão: “porque lá está, a dispersão tem desses desafios, entidades em setenta e seis concelhos, o que torna isto mais complexo, e aí vamos convidá-los a participarem nessa formação e depois há aquilo que nós chamamos de encontros regionais, em que reunimos com as várias regiões do país, cinco regiões por ano.” (Pedro Calado, ACM); e ainda a própria forma em como o procedimento está a ser processado: “nós fomos, sobretudo neste ano, percebendo quais são as necessidades, as fragilidades dos técnicos que estão em primeira linha, e vamos lançar agora uma formação avançada, que são duzentas horas *e-learning*, via internet.” (Pedro Calado, ACM). Os níveis de resposta que Portugal tem conseguido dar são muito diferenciados e mostra que “temos de tudo, temos entidades locais muito boas, e temos entidades locais que ainda estão em processos de uma maior aprendizagem, mas eu diria que para tentar nivelar um pouco essa qualidade, esses estímulos novos, cá estamos nós que fazemos um pouco essa supervisão (Pedro Calado, ACM). Este desnivelamento consequentemente, trará dinâmicas diferenciadas no processo de acolhimento em diferentes regiões do país (como veremos adiante).

O modelo de acolhimento em Portugal passa por ser desde “logo um acolhimento descentralizado, ou seja, nós apostamos no fundo na colocação das pessoas em pequenas vilas, pequenas cidades, em cidades que não são exclusivamente Lisboa e Porto, embora alguns também venham para Lisboa e Porto” (Pedro Calado, ACM). O que para a PAR vai significar um acolhimento interligado por “haver apoios com a instituição anfitriã, por exemplo, durante dois anos ajudar aquela família a integrar-se, portanto, durante os dois primeiros anos a família tem esse apoio.” (Rui Marques, PAR). O acolhimento pensado para Portugal se mostra como descentralizado e com articulação e apoio entre diferentes instituições e organizações da sociedade civil.

Paralelamente percebemos semelhanças nos diferentes discursos no que diz respeito aos modelos de acolhimento, (que surgiu como subcategoria) praticados em outros países. Existe alguma crítica a essas posturas quanto ao que estão a fazer em alguns países, nomeadamente a Alemanha como podemos ver em uma das falas: “metê-



los todos em grandes espaços em que eles mantenham o seu estilo de vida, mas estão em campos de concentração, quer dizer não estão, quer dizer, não são campos de concentração, mas são campos de refugiados” (Rui Marques, PAR), o que é diferente da proposta de acolhimento que Portugal procurou assumir. Pois, muitos dos refugiados que chegam à “Alemanha têm que ir para centros de acolhimento coletivo, e não têm a sua casa como aqui” (Pedro Calado, ACM).

As informações obtidas nas entrevistas, mostram que o que se pretende é que o acolhimento em Portugal seja institucional de modo a:

“evitar que essas pessoas refugiadas vão para casas de particulares, ou que vão para soluções, sei lá, em Hotéis acreditamos que isso tudo deve ser feito em instituições, até porque Portugal tem uma rede muito grande de instituições; as IPSS, ONGS são muitas, e, portanto, achamos, ainda que muitas pessoas a título pessoal disponibilizassem suas casas e nós achamos isso muito generoso, mas nós optamos por fazer através das instituições.” (Pedro Calado, ACM).

Não obstante que o processo de integração das pessoas no acolhimento passa por 6 pontos principais:

“1) as pessoas terem sua habitação própria, portanto naquela lógica de não os concentrar em centros de acolhimento, mas sim, na sua habitação própria, 2) ter acesso a saúde e a educação desde logo, a saúde e a educação públicas, 3) terem acesso ao mercado de trabalho e esse acesso ser o mais depressa possível, portanto evitar que as pessoas fiquem no limbo em que não podem, que lhes é vedado o acesso ao mercado de trabalho, mas sobretudo garantir que quando vem para um determinado local já se pensou na colocação para o mercado de trabalho, 4) o acesso à língua portuguesa, o treino da língua portuguesa. 5) O acesso a formação profissional ou 6) reconhecimento das qualificações, e finalmente o sétimo critério que no fundo pode não ser necessário, mas nós queremos garantir que existe quando necessário, que é o apoio psicológico, nomeadamente em situação de trauma que é a situação em que muitos refugiados chegam a Portugal” (Pedro Calado, ACM).

Em relação a distribuição das pessoas, percebe-se que é uma resposta próxima a questão da opção pela dispersão geográfica (que será apresentada a seguir). Assim, o que em Portugal se tem praticado é:

“as famílias são selecionadas e podem ficar muitas vezes, eles se conhecem no avião, não é?! Mas isso não significa que vão ficar próximos. Porque, agora é diferente depois do pedido da reunião familiar, porque há muitos que chegam, foram separados das famílias, portanto há por exemplo um pai que chega com dois filhos e a mãe com mais

três filhos pequenos ficou na Turquia porque não conseguiu, e aí nós tratamos, leva algum tempo, mas tratamos de mandar vir a família que possa ir para o sítio onde já cá estavam o pai e os outros dois filhos” (Teresa Tito, CPR).

Desse modo, o tema dispersão geográfica se torna um assunto comum entre as visões e posturas políticas internacionais e nacionais. Na visão nacional, esta pode ser entendida como uma estratégia de recolocação ou repovoação de lugares que sofreram com a saída dos seus residentes locais, e estes ‘novos grupos’ podem ser vistos como uma esperança. Essa conclusão é possível pelo relato sobre a experiência que Portugal teve com o programa de reinstalação organizado pelo ACNUR,

“as pessoas estavam verdadeiramente a verem esse movimento como oportunidade tendo de repovoar algumas dessas pequenas vilas e pequenas cidades. Nós nesse momento já temos refugiados recolocados em setenta e seis conselhos em todo o país não é, portanto é mesmo uma grande cobertura territorial. E a nossa ideia foi sempre essa, foi tentar aproveitar o facto por exemplo, em Penela, na escola há alguns anos, creio que há dois anos que não havia novos meninos, porque a natalidade, não há nascimentos, para que estes meninos, nalgumas das famílias, entregarem essas pessoas que chegaram, poderem exatamente contribuir desde logo demograficamente, lembro-me que o diretor da escola estava felicíssimo por ter crianças novas na escola, e eu creio que em Portugal, quando chegamos a essas comunidades mais pequenas, há sempre um lado da hospitalidade mais caloroso do que se viemos para a grande cidade.” (Pedro Calado, ACM)

Além do olhar estratégico (visto pelas políticas nacionais) outra visão pode ser acrescida sobre a dispersão geográfica, como sendo um “fruto de duas condições – primeira, como estamos aqui a falar de respostas concretas, a resposta foi de todo o país, isso é bom, não é só Lisboa e Porto, e torna a intervenção mais fácil [junto a comunidade]” (Carlos Coelho, eurodeputado).

Surgiram outros temas nas entrevistas, nomeadamente a postura sobre a ajuda vinda da União Europeia. É possível observar que se tem firmado uma “lógica da União Europeia [que] é uma lógica cada vez mais de fechamento, de não lidar com as causas nem do ponto de vista económico, nem do ponto de vista da guerra.” (Matias, eurodeputada) o que possibilita compreender o comportamento por parte da UE de querer “gerir melhor as pessoas e as fronteiras [através do] reforço [do] papel da Frontex e da Europol” (Carlos Coelho, eurodeputado). Essas partilhas de ideias se relacionaram dentro da categoria da Europa como fortaleza. O que levanta outra discussão, como por exemplo sobre a “cooperação forçada com os países terceiros para

gerir melhor a imigração” (Coelho, eurodeputado). Ou seja, o que parece estar a acontecer é uma forma de “replicar para os imigrantes económicos aquilo que já se tinha feito com os refugiados em relação à Turquia, portanto criar dois muros que impeçam a entrada de refugiados ou de imigrantes económicos, um na Turquia como já estava definido e o outro na Líbia. (Marisa Matias, eurodeputada). Conclui-se que o interesse na verdade é proteger a União Europeia de possíveis invasores.

Para que determinadas medidas de fortaleza possam ser tomadas por parte da União Europeia, percebemos que esta tem adotado algumas posturas, como por exemplo, o “financiamento à Líbia [...] para reter na Líbia os imigrantes económicos que venham de África sobretudo, e também as resultantes da guerra na Líbia, da qual a União Europeia tem uma responsabilidade muito grande” (Marisa Matias, eurodeputada). Determinada postura dá a entender que essa é uma forma de resolução de alguns problemas que UE encontrou. Existe outra postura adotada, a passividade, o que pode querer representar outros interesses, como a eurodeputada Marisa Matias alerta: “por exemplo na Síria, [a Europa] não ser um ator ativo para uma solução pacífica e política, nos países da união europeia que têm muitos negócios de armamento acabam por alimentar essa guerra, não é”. (Marisa Matias, eurodeputada).

Quando se fala em fronteiras europeias o desassossego com o que pode acontecer no espaço Schengen vem sempre à tona. Consoante esta constatação, duas subcategorias emergiram no discurso dos eurodeputados, uma delas é sobre “a reformulação do sistema de informação de Schengen que está nesse momento em processo degenerativo” (Carlos Coelho, eurodeputado) o que pode fazer retroceder medidas importantes, conquistadas até então pela União Europeia.

Outros temas surgiram paralelos às questões centrais do trabalho. Ainda no âmbito da interpretação a nível da dimensão política europeia, é possível salientar pontos fracos e fortes da europa que foram categorias que surgiram no processo de análise. Como por exemplo, a União Europeia “não se pode orgulhar na capacidade de resposta, na rapidez de resposta, aí acho que há claramente deficiências, não se pode orgulhar no tempo que demorou a por no local algumas coisas” (Carlos Coelho, eurodeputado). Já no que diz respeito aos pontos fortes, a UE, pode se orgulhar nas “respostas que está a dar nas alterações internas que estamos a fazer quer na borda das fronteiras, quer do asilo. Nós estamos a reforçar a capacidade da resposta europeia para ajudar os Estados-Membros, estamos a triplicar o orçamento ou duplicar nalguns casos

das agências mais envolvidas na matéria, e, portanto, está a haver uma resposta positiva”. (Carlos Coelho, eurodeputado).

Outras duas subcategorias apareceram e ajudam a compreender o cenário em que se encontra imersa a problemática do acolhimento das pessoas refugiadas: i) propostas apresentadas para se resolver o problema na origem e a rapidez, bem como ii) o que está sendo feito. Assim foi possível compreendermos a dificuldade de algumas políticas serem tidas como importantes em detrimento de outras, como foi salientado por Marisa sobre suas propostas apresentadas para resolver o problema,

“uma proposta para o embargo à venda de armas nos territórios em conflitos ou uma moratória à compra de petróleo resultante de territórios ocupados por grupos terroristas ou em guerra, e questões relativas sempre [...] do apoio financeiros para responder a crise humanitária, nunca teve muito sucesso” (Marisa Matias, eurodeputada).

Já no que diz respeito ao que está sendo feito parece que é pouco,

“era importante haver programas de cooperação e acordos de cooperação com os países de origem, quando falamos de imigrantes económicos porque há relações comerciais entre a União Europeia e esses países, mas é sempre numa lógica de lucro e vantagem comercial de extração dos recursos e nunca numa lógica de criar condições para as pessoas permanecerem, se quiserem, nos seus países, (Marisa Matias, eurodeputada).

Em relação aos discursos apresentados foi possível perceber que “alguma distinção começa a ser feita entre [o que é ser] imigrantes, ou migrantes económicos e refugiados” (idem: ibidem) o que se torna crucial (principalmente para a realização desse trabalho). Pois, desta maneira é possível relacionar como a experiência, a nível nacional com os imigrantes, puderam influenciar na proposta de acolhimento que Portugal estabeleceu, como afirmou Rui Marques (PAR): “Portugal tem quatro milhões, cinco milhões de portugueses e lusodescendentes pelo mundo e, portanto, como emigrantes pelo mundo obriga-nos sempre a pensar o nosso discurso sobre as questões da mobilidade humana”.

Desta forma, não podemos deixar de mencionar as referências positivas a Portugal sobre seu desempenho no processo do acolhimento, pois “tem havido um diálogo muito simples, que aliás é um tema que é elogiado no contexto europeu que é a excelente colaboração que em Portugal existe entre Estado e as organizações da sociedade civil para a gestão deste desafio.” (Rui Marques, PAR) o que tem permitido que “Portugal [seja] considerado [entre] os melhores exemplos do mundo de integração de refugiados” (Carlos Coelho, eurodeputado).

#### 4.4. A prática do acolhimento

A dimensão educativa foi a categoria em que mais subcategorias emergiram. Procurou-se perceber o que estaria sendo feito aos diferentes níveis (adulto e criança). Percebemos que as respostas para as crianças são as que se encontram mais estruturadas:

“crianças estão inscritas correspondente a idade que têm, o mais velho tem 10 anos numa escola primária, a seguinte tem agora 5, quando chegou tinha quatro, está na pré-primária, na mesma escola do irmão, portanto, e a bebê que tem 1 ano quase 2 está numa creche. **Como qualquer outra criança portuguesa estaria**, ou seja, os dois mais velhos têm ensino gratuito, tendencialmente gratuito e mais a bebê não, tem ensino pago, não é um valor... dado as condições sociais dos pais, não é um valor extremamente elevado, mas paga como as famílias portuguesas pagam, pronto. Ela teve que ir para creche quando os pais foram para o ensino de português” (Técnica 1)

Procurando esmiuçar a dimensão educativa dos primeiros níveis escolares, foi possível observar a existência de diferentes graus de escolaridade entre as crianças refugiadas (recolocadas) com os quais as escolas portuguesas têm de trabalhar: “Ou seja, esta família está há 8 anos em fuga porque já eram refugiados na própria Síria, e, portanto, o menino que tem 10 anos não teve escolaridade formal.” (Técnica 2).

A educação das crianças está diretamente ligada às escolhas de que ‘tipo’ de escola essas crianças frequentam pois quando o acolhimento é feito por instituições religiosas convém entender como a relação entre as religiões se comungam. Nesse sentido, foi possível analisar que há um claro entendimento de que se conduz a uma boa relação das mesmas, vê-se que o respeito é partilhado: “quando há celebrações na escola ou disciplinas que têm o carácter de prática religiosa a criança não vai, não frequenta, quando é outro tipo de formação que naturalmente está informada por valores cristãos o menino está, participa e os pais dizem que até é benéfico para ele.” (Técnica 2).

A educação é vista como uma ferramenta facilitadora para a integração em toda a sociedade, isso se encontrou presente no discurso de uma das técnicas:

“temos um menino em termos de escolaridade muito bem integrado e fala perfeitamente o português, o menino de dez anos, aliás fala com todos os tiques das crianças portuguesas de dez anos, com aquele palavreado, com frases com: - ‘tipo’, tipo isso, tipo aquilo, fala igual. Foi proporcionado também praticar atividades extracurriculares, pratica judo, já ganhou duas medalhas no judo, pronto, o menino mais velho está de facto muito bem.” (Técnica 2)

Em relação aos adultos, questões como a aprendizagem da língua se fizeram presentes no processo de acolhimento, como mencionado pela técnica da instituição:

“Tínhamos noção de que era extremamente importante ensinarmos a língua, portanto, também criámos muito rapidamente, logo - tipo, nem duas semanas depois eles já estavam a ter aulas diárias de português connosco, na própria instituição, sim. Nós fizemos uma rede de voluntários, e eles tinham aulas de português todos os dias connosco, eu sou também uma das professoras de português e foi, e acho que foi importante. Depois em dezembro, portanto eles chegaram a três de setembro, a cinco de dezembro eles tiveram também a oportunidade de ingressar num daqueles cursos de português para estrangeiros, que o instituto de emprego e formação profissional as vezes tem”. (Técnica 1)

As discussões burocráticas estiveram presentes e atravessaram a relação com a educação. No que diz respeito ao procedimento dos adultos: “outro problema tem a ver com as diferenças dos currículos escolares, como por exemplo o nosso casal tem, mas não conseguiu trazer, nenhum papel da universidade que frequentava ou documentos que atestam a escolaridade equivalente ao nosso 12º ano” (Técnica 2). Essas tensões burocráticas têm grandes implicações na realização do trabalho que é desempenhado nas instituições, pois vão se deparando com situações de grande complexidade:

“o instituto de emprego por si só, não tem competências para isso, acaba por dirigir-nos para o ministério da educação e o próprio instituto de emprego, está um bocado manietado pela legislação existente, ou seja, uma vez que eles não têm nenhuns documentos escolares que comprovem as competências face ao instituto de emprego são analfabetos, o único curso que lhes é facultado é o de português para todos, qualquer outro curso que o centro de emprego proporciona aos seus inscritos exige a escolaridade obrigatória, portanto isso é uma pescadinha de rabo na boca, como nós dizemos não é?! Como eles não têm conhecimentos não se podem inscrever, como não se podem inscrever depois o acesso ao mercado de trabalho é muito mais difícil” (Técnica 2)

Além disso, existe a falha na formação oficial da língua que se encontra a cargo do IEFP:

“a família ali terminou o curso de português a 24 de abril, hoje é 31 de maio e ainda não tem o diploma que atesta que eles têm um nível A1, B1 ou sei lá qual é, não tenho presente o nível, mas que tem presente este nível de português e isso poderia ser, por exemplo, fundamental para arranjar trabalho. Porque é que um mês e tal depois não há diploma, porque o instituto de emprego ainda não emitiu, não sei, o que as vezes estas, portanto os prazos demoram, estas coisas todas são as nossas maiores dificuldades.” (Técnica 1)

Como se não bastasse esse impasse vai se estender às outras dimensões. A questão educativa a nível dos adultos está também relacionada com o reconhecimento de competência e aptidões profissionais para além do reconhecimento de níveis de ensino, pois essas precisam possibilita-los a entrada no mercado de trabalho. Posto isto, conseguimos compreender o volume de obstáculos que são apresentados e que no quotidiano terão de ser ultrapassados. São esses os desafios que os adultos recolocados têm enfrentado em Portugal.

A demora das respostas oficiais mostra ser outro problema acrescido: “estavam há nove meses à espera para integrar os refugiados deles num curso desses e não tinham tido oportunidade.” (Técnica 1); “as respostas oficiais são diversas, extremamente diferenciadas, e ainda sobretudo de concelho para concelho. O que nos causa uma perturbação enorme” (Técnica 1).

Além da demora, as interpretações que se fazem sobre o processo são distintas de organismo para organismo, o que causa algumas perturbações, percebemos essa insatisfação numa fala das técnicas: “dos organismos oficiais é mais grave na minha opinião, é mais grave, é lamentável porque há muitas coisas que não estão regulamentadas, portanto são diretivas as vezes do diretor de serviços [...] um diretor de serviço entende de uma maneira e o outro entende de outra.” (Técnica 1)

Dessa forma analisamos o acréscimo de outras complicações, como por exemplo: “a questão da validação das competências tem sido um cavalo de batalha, deixa-me dizer que por exemplo, para o processo que estamos em vias de tentar resolver com a avaliação das competências da escolaridade, é preciso uma tradução dos documentos que custa 200 euros” (Técnica 2). Diante de tantos impasses, algumas pressões são necessárias de serem feitas, como este caso: “nós, no momento estamos num processo com as escolas secundárias para fazer qualquer tentativa de reconhecimento das competências, nem que seja só para efeitos laborais, uma vez que eles não pretendem continuar os estudos, a situação é bastante mais fácil” (Técnica 2).

Essas tensões que começam com a burocratização e passam pelas falhas e desnivelamentos das respostas que devem ser dadas no decurso do acolhimento são um grande impasse para a integração plena de qualquer estrangeiro. Uma vez que atrasa, atrapalha, aborrece e muitas vezes impede o acesso ao mercado de trabalho. O que consequentemente obriga as famílias a estarem dependentes dos subsídios e não conseguirem uma autonomia financeira: o “objetivo é que a família seja independente e consiga subsistir no nosso país por seus próprios meios, p’ra isso vai ter de trabalhar,

vai ter que conseguir arranjar o emprego e que eles tenham condições para manter este emprego e que seja efetivamente gerador da economia necessária da subsistência da família.” (Técnica 1).

A dimensão do trabalho foi a segunda categoria que mais subcategorias fez emergir, e surge como um ponto de grande centralidade na possibilidade de integração. O que não é novidade quando as sociedades são economicamente baseadas no mercado de trabalho. Assim, o ‘medo’ que as instituições sentem nesse momento é o de não conseguirem responder a essa necessidade. Elas se preocupam com a “preparação do que aconteceria com as famílias quando acabassem os dois anos de programa, e não vi muitas soluções de trabalho, portanto, eu penso que neste momento, que se nós queremos continuar com o programa de acolhimento com os refugiados, eficaz, é arranjar-lhes trabalho.” (Técnica 1) já que é necessário “trabalho para terem perspetivas de que no final do período de acolhimento, ou seja, no período em que o contrato com as instituições de acolhimento vai findar, eles têm meios para se governar, isso é muito importante e nós temos sentido isso também de outras instituições” (Técnica 2).

Embora seja de salientar alguns passos dados relativamente a questão, como por exemplo: “já houve [e] agora há medidas de apoio ao primeiro emprego, que já, os dois foram mudados e já existe referência específica ao refugiado, em ele poder ser incluído, mas eu acho que temos que melhorar isso.” (Técnica 1).

Todo esse aparato de situações que vão aparecendo como estando interligadas nos permitem observar que as instituições de acolhimento têm enfrentado grandes desafios, que por vezes implicam o trabalho de diferentes técnicos de diferentes áreas:

“temos uma jurista, uma engenheira, uma técnica de ação social e uma psicóloga, não tenho dúvida nenhuma que é importante termos essas quatro valências, e que nos interajuda bastante e que há coisas que eu fico muito mais tranquila, é obvio que eu fique muito mais tranquila, no desempenho do meu papel por exemplo de professora depois da minha colega psicóloga ter feito uma avaliação deles e dizer que eles estão bem, eles estão integrados, eles estão a gostar estamos num bom caminho, devemos continuar. Isso ajuda-nos.” (Técnica 1)

Não é apenas as questões práticas da integração, mas todo o processo burocrático à volta do acolhimento que colocam desafios às instituições e ao modo como se organizam para lhes responder. É possível ver essa tensão quando a técnica responde:

“Minha querida como eu te disse, quando te disse da constituição da equipa falei-te de pessoas que são todas licenciadas etc., nós não somos propriamente, nós já somos



aquele extrato da sociedade que está habituado a resolver os problemas, portanto, se não conseguimos resolver os problemas, mal estaríamos. Agora, tenho a perfeita noção de que pronto, esta família teve alguma, não quero dizer sorte, mas quer dizer, caiu numa instituição que efetivamente procura, e que procura sempre e tem meios para ser materiais e humanos, muito diligente (Técnica 1)

A relação que as instituições acolhedoras têm estabelecido entre elas, tem sido para elas uma forma de compartilhar e dividir as dificuldades e os desafios que se têm atravessado, já que reconhecem que “tem de ser com conhecimento, com conversas com outras instituições, o acolhimento das boas praticas que os outros têm, para que nós possamos fazer o equivalente e também já temos sido chamados para testemunhar os nossos procedimentos, perante outras instituições” (Técnica 2). Às vezes esses apoios são a forma de resposta que elas encontram para conseguir concluir algum propósito.

Existe um grande problema no processo do acolhimento que está associado ao voluntariado, não quer dizer que seja mal trabalhar com voluntários, o problema é que nem todas instituições terão um corpo especializado, formado para resolver problemas em sua instituição,

“A questão que eu te falei que conseguimos que o Omar tenha a carta de condução e creio que foi um dos primeiros, mas eu não te relatei pormenores, mas isso implicou que nós fôssemos a Madrid à embaixada, e fomos, se calhar nem todas as instituições podem, ou estão à disposição, nós fomos com tudo previamente tratado com a tal jurista, chegou lá de manhã apresentou as coisas, trouxe traduções etc., e no mesmo dia a noite voltou, **mas nem todos refugiados sozinhos vão poder fazer isso**, e pois, nem com as instituições, nem todas as instituições têm se calhar pessoas que conseguem fazer isto” (Técnica 1)

Temos visto que para muitos dos problemas levantados é necessário a intervenção de técnicos que saibam e estejam preparados para resolver determinadas situações, ao passo que uma pessoa que tenta fazer com boa vontade, nem sempre dispõe dessa habilidade, o que pode comprometer o processo de integração dos refugiados (recolocados),

“eles não foram absolutamente sozinhos, eles foram acompanhados por um voluntário do centro, mas que é um jovem, e que não entrou com eles, portanto foi para garantir, que iam e que chegaram ao sítio e tudo isso, e não sei o quê, mas não entrou com eles, e eles, o Omar ficou zangado porque foi esse jovem que foi com eles e não tinha sido um adulto, e por essa razão não tinha corrido tão bem.” (Técnica 1)

O modo como a comunidade se tem relacionado com os novos vizinhos também não é indiferente: “eu noto por exemplo, que os vizinhos já têm relacionamento com eles, com os vizinhos da casa, noutra dia à saída da missa o vizinho dizia ela cozinha muita bem, já comi uns pastéis que ela me fez, ela foi lá saber da minha mulher que estava doente e levou-me uns pastelinhos que ela fez e eram muito bons.” (Técnica 1). Nessa constatação, a relação estabelecida com a família mostra a relevância que isto tem para o processo de integração: “A primeira dificuldade foi estabelecer a confiança, a empatia com a família, mas essa resolveu-se no final de um tempo e tem sido mantida” (Técnica 1), o que remonta para a importância que isso tem na vida dessas pessoas quando lemos a seguinte narrativa: “**Considera que é importante essa relação?** Acho que é fundamental, eu acho que é isto que os tem mantido tranquilos, eu acho que eles nitidamente têm evoluído, estão tranquilos” (Técnica 1).

Existe um fator que não pode ser negligenciado no processo de acolhimento que está ligado à comunicação, e a relação social que os refugiados estabelecem entre si independente da região em que foram acolhidos: “me fala da família de Fátima, da família de leiria, da família desse, da família daquele, portanto, eles têm uma rede de contacto, o que acho que humanamente se compreende, não é?! Estão todos deslocados, a não sei quantos milhares de quilómetros de distância do país deles, estão todos aqui” (Técnica1). Ter essa relação é uma forma de conseguir partilhar determinadas frustrações vivenciadas pelo grupo, que mesmo havendo toda empatia possível, nunca será a mesma emoção de quem vive a situação. Além disso, é possível concluir que haja uma rede de partilha que beneficia o próprio processo de autonomia: “eles já foram capazes de ir fazer com outros refugiados, que conheceram e que não tinham conta no banco, eles já foram sozinhos com eles ao banco ajudá-los abrir a conta” (Técnica 2).

Ao que se conseguiu constatar, as instituições que se encontram a nível macro do processo, ou seja, que estão diretamente ligadas à distribuição dos refugiados entre as instituições que processam a prática do acolhimento, se mostraram pouco concisas na estruturação do processo. Essa verificação se deu em dois momentos, o primeiro foi quando foram feitas chamadas telefónicas para pedir às instituições acolhedoras que respondessem ao inquérito por questionário, ao passo que algumas delas responderam que não estavam mais ligadas ao processo e estranharam o facto de o nome das mesmas, continuar associado à parceria. Outra situação foi referirem que nunca mais receberam qualquer tipo de resposta relativamente a em que ponto se encontrava o processo. O segundo momento podemos ver no seguinte discurso: “[o]u seja, a família veio com um

menino de dez anos e veio com um bebé de um ano, ao colo que não estava na informação que recebemos e que nos foi proporcionada.” (Técnica 2).

Por fim, e não menos importante, podemos salientar a questão cultural que surge como sendo uma consequência natural do processo em si de acolhimento, e não apenas como uma estranheza ou agressividade,

“tinha prometido à mãe e a sogra que não tirava, depois estava a dizer que estava farta de ser olhada de forma diferente, e eu expliquei-lhes é assim, nós somos tolerantes, mas somos curiosos. Portanto, tu vais sempre suscitar olhares porque és diferente, eu ando com o cabelo à mostra e tu tas com ele todo tapado. Portanto, ela disse to farta, então tens de decidir o que é que te incomoda mais. Então ela lá falou com a mãe, com a sogra” (Técnica 1).

#### **4.5. A visão trazida pelo representante da associação de refugiados**

De maneira a conseguir responder à nossa pergunta de partida: *como acontece no contexto português, a integração e o acolhimento dos refugiados/recolocados, como se organizam os processos e quais são as práticas nas instituições*, traremos uma vez mais a voz dos nossos participantes na investigação para elucidar a problemática. Uma vez que estes e estas se encontram envolvidos (cada um num determinado lugar de atuação) no processo do acolhimento e da integração dos refugiados/recolocados em Portugal.

Para compreendermos como o processo tem ocorrido, entendemos que as pessoas que recebem os apoios podem expressar de forma mais detalhada como ele acontece na prática, o que nos permite entender como o propósito tem sido desenvolvido e tem chegado há quem se destina. Para isso, Francisco é convidado a começar por elucidar-nos. Num primeiro momento vamos dividir a pergunta em duas partes i) *como se organizam os processos* e ii) *quais são as práticas nas instituições*.

i). Os processos têm se organizado da seguinte forma:

“O ACM está agora a seguir as políticas, está a coordenar e é ele quem distribui e dá as IPSS os refugiados, a PAR se juntou ao ACM e se cria como uma instituição privada, porque não é do Estado, para suprir as carências do CPR, porque o CPR é uma instituição pobre nas funções que tinha que dizia exercer, além de ser uma instituição pobre a PAR entra para substituir, ofuscar. Então existem como quatro ou cinco, porque está a Cruz Vermelha, está a Cáritas, além de estar a PAR, de estar o CPR, estão os Jesuítas porque é o serviço dos refugiados, porque estes também existem junto com o CPR, surgem os Jesuítas porque estes estão quase, quase na mesma altura. A PAR está

ligada aos Jesuítas, mas não ao serviço Jesuíta dos refugiados, continua de forma individual a receber refugiados e recolocados.” (Francisco, URP).

Como referenciado conseguimos compreender que neste momento quem tem assumido a coordenação do processo é o ACM, ou seja, o serviço da administração interna delega ao ACM (e outros) essa responsabilidade. Este, sendo um dos membros do Grupo de Trabalho da Agenda Europeia para as Migrações tem trabalhado mais ativamente no processo. Porém, convém entendermos melhor quem na realidade seria o responsável pelo processo. O ACM tem estado à frente, mas não é ele o responsável nacional pelo processo, pois “sempre é o Estado, só que o Estado delega a terceiros, mas o responsável direto é o Estado [...] porque antigamente era o ministério da administração interna quem é[ra] responsável, e assim aparece na lei, ministério da administração interna é responsável pela implementação das políticas de acolhimento de refugiados, são eles os responsáveis que tem a ver com os Serviços Estrangeiros e Fronteiras.” (Francisco URP).

Sendo assim, precisamos entender como acontece a relação entre o Estado e seus participantes, para compreender de que modo estão sendo feitas as articulações de todas essas pessoas (CPR, ACM, PAR, SEF, Santa Casa das Misericórdias, autarquias entre outras) envolvidas no processo de acolhimento dos refugiados em Portugal, quando em outros países sabemos que é apenas o ACNUR o responsável (Alto comissariado das Nações Unidas, importante aliada na procura de respostas para pessoas em estado de refúgio e exílio) e que este deixou de existir em Portugal. Para essa colocação, Francisco salienta que:

“como éramos um pouquinho de excremento mau cheiroso do qual o Estado não queria se ocupar, o CPR inverte nessa área, o Alto Comissariado para os Refugiados se retirou no ano 1998, se retirou de Portugal, se você procurar pode ver o que disse - parece que esta falando hoje porque disse é, - reflete a realidade. Os apoios eram ínfimos, as estruturas eram péssimas, não existia nada aqui, além de que vinham poucos refugiados para Portugal. O CPR estabelece uma parceria e se chama, como se chama (?) - parceiros operacionais, é um nome que tem o CPR, são parceiros operacionais com o ACNUR. Muitas pessoas acham que são representantes da ACNUR, primeiro, não são representantes e nunca vão ser, porque se fosse teriam um pouquinho mais de mobilidade e de responsabilidade, e defenderiam e representariam os refugiados.” (Francisco, URP)

Essa constatação nos traz outros olhares sobre a articulação das instituições que pode estar relacionado com a falta de **um** representante legal, que seja mais próximo para

atuar nas dificuldades que atravessaram a vida dos refugiados e que parecem ser esquecidas por muitos.

Teresa Tito Morais (CPR) nos explica como, quando e porque nasce o CPR e quais são as suas principais funções desde que o ACNUR deixou de ter uma instalação em Portugal:

“foi o ACNUR que me convidou para, enfim, lançar uma organização não governamental. Para se ocupar das questões muito práticas em relação ao procedimento de asilo. É por que o ACNUR tinha uma representação em Portugal, mas ia encerrar, em 1998 [...] propuseram que eu lançasse uma organização não governamental para fazer um trabalho operacional [...] em primeiro lugar criar um grupo jurídico para determinar o estatuto de refugiado, de todos aqueles que pedem proteção internacional no nosso país. Porque era necessário distinguir os emigrantes económicos dos refugiados, portanto era necessário implementar um sistema jurídico, enfim, na base da lei de asilo que havia entre as principais convenções internacionais e que pudesse fazer esse trabalho no terreno. E comecei eu, depois uma jurista, portanto começámos duas pessoas, em vinte, foi, o lançamento foi em setembro de 1991, portanto lá vão 25 anos. E depois fomos crescendo porque rapidamente percebemos que os requerentes de asilo tinham necessidades no âmbito social, muito particulares, e que era importante criar também estruturas de acolhimento para essas pessoas. Inicialmente nós intervínhamos encaminhando os requerentes de asilo depois de serem admitidos em Portugal para organizações humanitárias, que dessem alguns apoios humanitários, mas já eram manifestamente insuficientes, e daí que foi crescendo e fomos naturalmente sendo reconhecidos pelo governo português.” (Teresa Tito CPR)

Uma vez que o CPR já não atua sozinho, e o ACM assume um papel ativo que algumas vezes nos dá a entender que é, de igual modo, mas que ao mesmo tempo parece ser superior ao CPR, consideramos ser importante saber e entender o que o ACM tem feito, qual seu papel e porque aparece nesse processo. Uma vez que falamos de refugiados e não propriamente de imigrantes (que seria o público-alvo a quem o ACM se destina apoiar).

“em Setembro de dois mil e quinze o ACM foi convocado juntamente com outros institutos públicos a estar naquilo que ficou estabelecido num despacho de vários secretários de Estado como grupo de trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações, em Portugal, e portanto houve entidades como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; a Direção Geral de Ensino; a Direção Geral de Saúde, o ACM, nós, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Direção Geral de Assuntos Europeus e o Instituto de Segurança Social que foram chamados para em conjunto desenharem um

plano nacional para o acolhimento das pessoas recolocadas em Portugal. Portanto logo nessa altura, essas entidades começaram a reunir e estabeleceram exatamente aquilo que foi a proposta, depois foi aprovada naturalmente pelo governo do plano para o acolhimento da integração das pessoas refugiadas recolocadas e, portanto, tivemos a possibilidade de participar, muito ativamente, eu próprio nesse desenho. (Pedro Calado, ACM)

Sendo assim, se torna é importante salientar como fora definido o projeto de acolhimento para Portugal e em que ele consiste:

“O que nós criamos por um lado foi um plano, uma estratégia para o acolhimento, esse tem sete critérios que são muito importantes: 1) as pessoas terem sua habitação própria acolhimento segue basicamente cinco critérios: Desde logo é um acolhimento descentralizado, ou seja, ao invés de alguns países que apostam em centros de acolhimento coletivos, ou comunitários, nós apostamos no fundo na colocação das pessoas em pequenas vilas, pequenas cidades em cidades que não são exclusivamente Lisboa e Porto, embora alguns também venham para Lisboa e Porto. Portanto esse é o primeiro princípio descentralizar. O segundo princípio é a ideia de integrado, ou seja, nós achamos que acolhimento em Portugal deve cumprir, portanto aquela lógica de não os concentrar em centros de acolhimento, mas sim na sua habitação própria; 2) ter acesso a saúde e a educação desde logo, a saúde e a educação públicas; 3) terem acesso ao mercado de trabalho e esse acesso ser o mais depressa possível, portanto evitar que as pessoas fiquem no limbo em que não lhes pode, que lhes é vedado o acesso ao mercado de trabalho, mas sobretudo garantir que quando vem para um determinado local já se pensou na colocação para o mercado de trabalho; 4) o acesso à língua portuguesa, o treino da língua portuguesa; 5) O acesso a formação profissional ou 6) reconhecimento das qualificações, e finalmente o sétimo critério que no fundo pode não ser necessário, mas que nós queremos garantir que exista quando necessário, que é o apoio psicológico, nomeadamente em situação de trauma, que é a situação em que muitos refugiados chegam a Portugal. O terceiro princípio depois, é a ideia de articulado, ou seja, nós achamos que o acompanhamento não deve ser feito por uma entidade sozinha, que tem que responder a tudo isso não é? Acreditamos na lógica de consórcios locais que normalmente envolvem autarquia, envolvem escolas, o IEFP local, que é o centro de emprego, quem quiser, quem tiver algo a dar para esta lógica integrada, deve de forma articulada, ser chamado a participar. O quarto princípio é o princípio o qual nós dizemos que deve ser o acolhimento institucional, evitar que essas pessoas refugiadas vão para casas de particulares, ou que vão para soluções, sei lá, em Hotéis, onde ... acreditamos que isso tudo deve ser feito em instituições, até porque Portugal tem uma rede muito grande de instituições as IPSS, ONGS, são muitas, e,

portanto, achamos, ainda que muitas pessoas a título pessoal disponibilizassem suas casas, e nós achamos isso muito generoso, mas nós optamos por fazer através das instituições. E finalmente, o quinto princípio que é, achamos que esse acolhimento deve ser equitativo, o quero dizer o que com isso, vamos procurar garantir a pessoa refugiada aquilo que garantimos aos Portugueses que estão em situação vulnerável e vice-versa, não queremos ter nem mais nem menos, queremos garantir os direitos de igualdade absolutamente iguais para quem nos procura, portanto, foi com esses cinco princípios nós criamos esse plano.” (Pedro Calado, ACM)

Não menos relevante, importa-nos saber como, porquê e para quê a PAR surge no processo e como esta contribui e articula com todas estas instituições,

“É um projeto recente e inovador na sua estrutura no sentido que é uma rede colaborativa, informal, de muitas instituições. São nessa altura mais de trezentas e trinta instituições que constituem a PAR, que se agregaram, decidiram colaborar entre si no sentido de dar resposta a esta crise concreta, que nós temos vindo a viver em relação à chegada dos refugiados à Europa nesses últimos anos [...] a PAR desde o início teve uma, forte, e muito profícua a interação com as autoridades portuguesas, e foi chamada a dar o seu contributo sobre qual o modelo de acolhimento de refugiado a adotar em Portugal, e creio que tivemos influência na opção que Portugal tomou. Neste sentido, Portugal tem como política oficial do Estado português nessa matéria, não optar por centros de refugiados ou campos de refugiados, mas sim, optar por um modelo de acolhimento comunitário, que está muito baseado em instituições anfitriãs, dispersas por todo o país, e a PAR foi muito responsável por essa opção. No sentido de que sempre fizemos sentir ao governo, ao governo anterior, que esse era o caminho, este governo que está em funções há cerca de um ano reconfirmou essa opção e, portanto, é por aí que Portugal tem trabalhado, quer no que diz respeito à PAR, propriamente dito, quer no que diz respeito as outras quatro instituições que têm feito o acolhimento, ou quatro redes. Ou seja, a União das Misericórdias, a Cruz Vermelha, o Conselho Português para os Refugiados e a Câmara Municipal de Lisboa, portanto, tem tido influência, tem continuado esse diálogo, no sentido, se quisermos, mais numa perspetiva de um diálogo mútuo, muito produtivo do que numa lógica só de influência, e *lob advocace*, no sentido mais unilateral, unidirecional” (Rui Marques, PAR).

Deste modo, podemos entender que existe um grande grupo de instituições envolvido no processo. Parece que o facto de não se ter um único órgão mais próximo da problemática como é o caso do ACNUR, a responsabilidade se estendeu para

diversas organizações e instituições<sup>50</sup> nacionais como forma de dar respostas ao desafio do acolhimento. O que pode ser positivo, pois não se encontra entregue apenas a uma instituição, sendo assim, com outras pessoas envolvidas, outras ajudas, outros apoios e respostas podem ser conseguidas mais facilmente e assim solucionar diferentes questões. Ou não! Tentaremos compreender como na prática pode causar outros transtornos:

“porque não sabes quem é o responsável, porque o estado delega e quando há uma irregularidade não sabes a quem vais a pedir uma responsabilidade porque está tudo diluído, mas estava tudo diluído antes da crise, porque estava diluído entre Segurança Social, CPR e Serviço de Estrangeiro e Fronteira desde o ano 2012 por volta disso, se criou um protocolo em que eles entram em igualdade de condições.” (Francisco, URP)

Com tantos órgãos díspares dos setores nacionais envolvidos é compreensível perceber o quanto a burocratização acresce e pode atrasar, dificultar a vida das pessoas em situação de refúgio, como das instituições que se encontram no processo. O que nos foi possível ouvir nas falas das técnicas das instituições: “Sim senhora, achamos muito bem que Portugal acolha essas pessoas, nós estamos nessa de querer ajudar porque nós fazemos parte desse país, agora os mecanismos têm de ser mobilizados para que as coisas funcionem” (Técnica 2).

Além de se poder compreender quem são os intervenientes, o processo também passa pela atribuição e concessão do pedido de asilo. De 1300 pessoas que chegaram a Portugal 104 tem estatutos de refugiado e 267 títulos de autorização de residência por razões humanitárias. A visão de percentagem e cálculo de Francisco sobre o assunto assenta numa determinada ideia:

“A média de aprovação rondam 23%, 70% dos que pedem asilo em Portugal são rejeitados, vão para o submundo, ficam por aí, rolam por aí, e ninguém sabe. Os 70% que pedem asilo aqui no país, em fronteira aqui dentro ao serviço imigratório, só os 30% é aceito. Os 30% que pedem tradicionalmente são aceites, é uma questão de matemática é real, eles decidiram não aceitar mais de 30% de requerentes por ano, não importa qual é o teu problema, a carta é por número, além dos que tem isto, porque a lei, a lei é complicada.” (Francisco, URP)

Ao que parece, a atribuição e concessão dos pedidos pode ser fruto dos entendimentos que se tem por parte dos distintos órgãos ativos no procedimento do

---

<sup>50</sup> Nota que quando se fala de organizações está implícito ACM, CPR, PAR, SEF entre outras, e quando é mencionado instituições estamos falando das outras parceiras que entram para auxiliar o processo da prática do acolhimento. As organizações aqui tratam dos assuntos burocráticos do processo e as instituições os assuntos práticos.



acolhimento sobre o que é ser um refugiado e suas diretivas. Essa reflexão se dá ao observar uma das falas de Francisco:

“quando começou o momento de requerimento de asilo, no ano antes passado acho que foi a última, chegaram por volta, apresentaram cerca de novecentos pedidos. Sabe o que disse a presidente do CPR? Não se deve banalizar o pedido. Porquê? Porque não é ela que está pedindo, novecentos?! Além de não conhecer o histórico real de Portugal porque nos anos noventa chegaram a apresentar-se mil e quinhentos pedidos do nada, e os pedidos em Portugal tradicionalmente rondavam trezentos, quatrocentos, trezentos, quatrocentos, quinhentos, era assim, seiscentos os pedidos em Portugal era assim. Quando houve esse pico, novecentos, ela disse isso aqui não é para distribuir refrigerante, não se deve banalizar. Quem está aqui a pedir o asilo, que essas pessoas têm banalizado o processo de asilo? Isso é dito pela presidenta do Conselho Português para Refugiados quando houve esse pico de pedidos” (Francisco, URP).

Além do CPR, o ACM mostra ter um determinado entendimento sobre o conceito que está mais associado as questões de imigração, pois quando analisamos o relatório anual (último, de 2016)<sup>51</sup> não vemos ser referenciado o que são refugiados:

“ACM – uma instituição do estado – Alto Comissariado para as Migrações, se você pegar o estatuto de ACM que foi modificado o ano passado acho, dois mil e dezasseis pega esse estatuto, a palavra refugiado não aparece nem sequer uma vez. No estatuto do ACM, a palavra imigrante aparece 50, 60, 70 vezes.” (Francisco, URP)

É possível constatar diferenças de compreensão sobre o conceito entre os diferentes órgãos, por exemplo nas entrevistas ao ACM e ao CPR, os representantes dos mesmos salientaram que: “portanto eles têm que se preparar para regressar quando for possível” (Teresa Tito, CPR); “todos os refugiados desejam mais tarde regressarem ao seu país de origem.” (Teresa Tito, CPR), “os que quiserem voltar que voltem, e que possam reconstruir o seu país, o que Portugal puder ajudar, temporariamente, essas pessoas nesse período como temos feito.” (Pedro Calado, ACM). O que pode de facto ser sim um desejo dessas pessoas, porém só não podemos negligenciar que sendo refugiados não podem voltar (a qualquer momento) para um país que está em guerra.

Consoante a constatação outras situações se levantam:

“então os refugiados de algumas nacionalidades, se tornou atrativo se aproximar de refugiados de determinada nacionalidade, porque se achou que estes eram refugiados

---

<sup>51</sup> Pode ser consultado no Portal com ACM, disponível em:  
[http://www.acm.gov.pt/documents/10181/27754/ACM\\_RA\\_2016\\_int.pdf/23b5460f-ff80-4410-b3d1-657415b968b6](http://www.acm.gov.pt/documents/10181/27754/ACM_RA_2016_int.pdf/23b5460f-ff80-4410-b3d1-657415b968b6)

verdadeiros, e os outros não eram refugiados verdadeiros, consequência do desconhecimento da lei de asilo, e os média, a forma como veiculava as coisas, a gente entendeu que os refugiados de determinadas zonas geográficas eram, os outros não, nem deviam existir. Isso é um problema que se gera por desconhecimento, as pessoas falam muito e estudam pouco sobre a problemática” (Francisco, URP)

É possível perceber à conta desse relato, que determinados refugiados são mais noticiados que outros, e perecem despertar maior interesses, mesmo havendo milhares de pessoas a fugir de países em guerra, como o caso de alguns países em África:

“Há outra comunidade que não se está a disfarçar muito porque é muito mais atrativa, porque os fundos sociais são maiores, que são os reinstalados, desculpa não, os recolocados, [...] onde os fundos são enormes, dez mil, por ano, e fundos adicionais, há muito dinheiro para os recolocados, muito.” (Francisco, URP)

A verificação para uma determinada tendência de ajuda e não outra pode estar relacionada e até responder o porque algumas “instituições andam nos outros países à procura de refugiados, vão a Grécia, vão a Itália procuram refugiados para que venham para cá.” (Francisco, URP). Ou seja, pode haver uma relação com os benefícios que o país pode receber a nível da ajuda financeira junto à comunidade europeia como foi falado neste trabalho anteriormente sobre a intenção que poderia estar por detrás da proposta proferido por António Costa de aumentar o número de pessoas que Portugal receberia. A isso Francisco acrescenta:

“Sim há uma boa disposição, mas as motivações são realmente monetárias, podem ter sido num determinado momento voluntárias, mas agora a luta num mercado de consumo de refugiados, agora é um produto, chamar refugiados, eu quero comprar, porque receber a eles é receber dinheiro. Antigamente as IPSSs recebiam, ajudavam um mendigo, um sem-abrigo, uma criança incapacitada com fome, mas o Estado pensava quando lhe atribuía os fundos, se lhe atribuía ou não atribuía, as vezes tinha que fazer das tripas corações para conseguir fundos, para conseguir a problemática. Agora o fundo está garantido por lei, não há discussão.” (Francisco, URP)

Esses contrassensos são formas de nos fazer refletir sobre em como o processo tem acontecido, sem negligenciarmos os vários pontos da situação. A postura adotada por Portugal não é apenas de um país que tem desenvolvido boas práticas como muitas vezes é mediatizado, é de um país que sim, tem desenvolvido algumas práticas que são boas, mas que são suportadas por outras ajudas e que devem estar à vista de quem quiser e procurar saber sobre o assunto,

“Não se pode falar de falta de recursos, não se pode falar de falta de infraestruturas, porque existem as leis e as leis são feitas em correspondências com a capacidade real dos países para solucionar as problemáticas, isso não existe, então se continuamos por esse caminho, não sei, mas não é positivo, não é alargador, não vejo sinal por parte do Estado, interesse em parar as formas em que se está a resolver os discursos de autocomplacência, se não se para com isso, isso não vai acabar bem, não vai acabar bem porque começa a ter uma postura introvertida do começo, se vão embora, mas pode chegar uma altura em que as pessoas têm que atalhar a partir do que estão a fazer, tem que devolver e aí então como é que vai ser? Vai ser chamado de ingratos, vai dizer que não deviam ter sido recebidos cá, Portugal errou quando teve essa postura, não se erra em receber, se erra em maltratar, se erra em não tratar com dignidade, esse é o erro. Porque não são políticas lindas as que se está a fazer porque são políticas improvisadas é isso.” (Francisco, URP)

Essas constatações nos permitem compreender o desenvolvimento do processo tanto a nível das diferentes organizações como das instituições, suas implicações, e possíveis soluções. O que mostra ser diferente de outros países quando percebemos que o governo assume a responsabilidade que é sua e apenas disponibiliza técnicos para colaborarem no processo. Enquanto que em Portugal o processo é entregue nas mãos de outros órgãos, que muitas vezes são contraditórios entre si e dificultam. O que pode ser também uma necessidade do próprio país, quando este tem várias instituições sociais que necessitam de apoio financeiro para continuar o seu trabalho social, o que permite ao Estado procurar formas de poder se fazer presente junto às necessidades dessas instituições, ao mesmo tempo que responde a necessidade de uma crise humanitária quando delega funções a determinados órgãos.

O problema que vemos acontecer em Portugal não é uma questão da existência de lei em si e políticas para as mesmas, pelo contrário, um país que não tem muita história de imigração conseguiu em poucos anos ter leis precisas e abrangentes, o que é referenciado inclusive a nível internacional. Deste modo, o problema não sendo a Lei, percebemos que as tensões que surgem são para alguns, a implementação da lei:

“a lei é boa, a questão é que não há um plano da implementação da lei que seja coerente, que seja fiscalizado, todo mundo sabe bater no peito que Portugal é melhor, é o pior. Mas de fundo ficam os problemas e mais terra cai por cima dos problemas porque se está a fazer tudo bem não se permite falar o que não deve, não permite porque está tudo perfeito, não vamos estragar a festa, se eu estou a aparecer aqui como o melhor, como o mais humanitário, tu vais dizer que realidade, qual? Isso não existe,

estás a mentir, és um ingrato. O que acontece na realidade é que a lei não se cumprir, os recolocados chegaram numa estrutura alternativa que parece que funciona, mas a imprensa já está a dizer que não funciona, além de que não são necessários os dezoito meses para integrar uma pessoa, isso não existe. Não é necessário. A pessoa o que é preciso ter é oportunidade de trabalho” (Francisco, URP)

Francisco levanta-nos inúmeras questões e reflexões sobre o processo e nos permite observar que para além das boas práticas, que são de todo merecedoras de serem referenciadas, não podemos nos deixar ser seduzidos e iludidos como se nada de mal pudesse, também, estar presente no processo. Existem leis que abrangem o processo e que não são o problema, mas também não são cumpridas. Existem setores que são responsáveis pelo processo e que têm sido omissos, que deveriam se responsabilizar, mas não o fazem, e esse é o problema. Existe um grupo de trabalho que tem como membros a Segurança Social, o Ministério da Educação, o IEFP, e os maiores problemas vivenciados na prática do acolhimento e da integração que mencionámos até agora tem sido no âmbito desses órgãos. Isso significa que alguma fracção tem falhado, isso faz com que se acrescente a burocratização e diferentes interpretações no decorrer do processo.

Outra situação que surgiu é referente à informação de que 15 menores<sup>52</sup> não acompanhados desapareceram da instituição de acolhimento (CACR) e ninguém respondeu a isso. Nesse sentido se questiona, a quem se pode cobrar uma resposta quando estão dispersas as responsabilidades e ninguém aparece como um responsável direto?

Sendo assim, resta nos refletir sobre o que de fato se pretende fazer para que o acolhimento aconteça na íntegra. Continuar no mediatismo até o momento em que seja necessário prestar contas e já não se consiga assumir as ‘rédeas’ da situação? Mais uma vez devemos ressaltar que o problema se encontra em não se cumprir a lei. Pois:

“São as más implementações dessas políticas sociais que leva com que esses problemas ainda sejam significativos na sociedade, é isso, porque no fundo sabe, o problema é a forma de implementação, não só para os refugiados, to falando para as pessoas em situações de carência, então se com os próprios nativos as políticas não são cuidadosas, o que podes esperar então quando têm que implementar essas políticas para os estrangeiros? Acima de tudo são estrangeiros?! (Francisco, URP)

---

<sup>52</sup> <http://www.sabado.pt/mundo/detalhe/desaparecidos-15-menores-refugiados>

Relativamente ao ponto ii) *quais são as práticas nas instituições* “Quando se fala de integração não se fala de integração num nível só, se fala de integração em correspondência com a capacidade, potencialidade que a pessoa ou a comunidade traz” (Francisco, URP). Talvez a ideia de descentralizar possa ser uma estratégia positiva, porém, o problema pode acrescentar outras complexidades “o pior que se está a fazer é espalhar, é pior, tu não podes disponibilizar um técnico, concentrar por grupos aqui, aqui, e aqui, eles vão se entender entre eles, entre eles vão se comunicar” (Francisco, URP).

O que acontece no parecer em dispersar as pessoas pode estar assente numa “única preocupação [que] é [a de] não criar gueto, não criar gueto, porque vamos ter gueto vamos ter bombistas, não vamos ter mesquitas, não vamos ter bombistas e a única preocupação é não criar gueto, espalha pelo país todo.” (Francisco, URP). No entanto, ao espalhar as pessoas dificulta-se aproximação das mesmas, e nesse sentido pode ser uma perda, pois mantendo-os próximos:

“entre eles vão criar soluções, entre eles vão criar micro-negócios para solucionar os problemas deles, e é uma forma de incentivo. Vai criar aqui uma comunidade que vai vender os produtos que são próprios para eles, vai criar um restaurante com os produtos que eles gostam de comer, porque eles têm clientes. Agora um aqui, outro lá, outro lá, porque não quero gueto, não quero gueto é a política do medo, não há como ter integração tão a espalhar pelo país todo porque não querem gueto. Então se não confiam, tudo bem que podem ter reservas, isso é normal, natural ter reserva perante o desconhecido, mas não com políticas de medo.” (Francisco, URP).

O problema que se apresenta não é pelo fato deles estarem juntos, mas sim *como* (sublinhado meu) podem estar juntos e beneficiarem em prol deles mesmos “se tu vens junto comigo a falar na viagem não sei o quê, há uma certa empatia, agora se chicota e bota, distribua, distribua o problema não é que estejam juntos, o problema é como estão juntos. (Francisco, URP).

Além dessas declarações sobre a experiência de proximidade que é vivenciada por Francisco em relação à temática, outra reflexão ‘vem ao de cima’, quando este salienta que o que a pessoa precisa é apenas de trabalho para sua integração: “A pessoa o que é preciso ter é oportunidade de trabalho e oportunidade de trabalho existem, o que não se quer é integrar as pessoas, se integrares essas pessoas provarias que não receberia fundos por dezoito meses” (Francisco, URP).

A ajuda maior, além do trabalho, passa também por poder fazê-los sentir que estão seguros e que conseguem ultrapassar as perdas para que consigam transformá-las em forças, pois:

“são pessoas que estão a passar por situações de perda, mas perdas muitas vezes te fazem amadurecer, te fazem caminhar, mais solidez na postura, te faz crescer potenciais que não tinhas, que não conhecias em consequência das mudanças em teu entorno. Encaras, porque não tem outro, porque com o objetivo de preservar a vida arriscas ao ponto em que nunca pensaste que arriscarias, dás passos que nunca pensaste que seria necessário ou que seriam a solução dos teus problemas.” (Francisco, URP).

Não estamos com isso negligenciando o fato de que existem pessoas com diferentes níveis de educação formal, competências profissionais e expectativas que se deve ter em conta e ajudar a superar essas lacunas para uma integração profissional na sociedade de acolhimento, contudo, gostaríamos de salientar que às vezes a ajuda maior que se pode oferecer pode estar na ideia de uma base consolidada das necessidades primárias, como se tem feito, mas a possibilidade de poder trabalhar (e para alguns pode ser um trabalho inferior ao que se tinha) supre todas elas e faz com que as demais necessidades sejam supridas com o tempo. Conseguir que o acolhimento prime pela autonomia das famílias desde o seu início, é um passo fundamental. Para isso os órgãos responsáveis necessitam de alguma harmonia entre si para que a barreira como a aprendizagem da língua seja suprida, de forma que o acesso ao mercado de trabalho seja uma oportunidade.

## CONCLUSÃO

Com a realização da pesquisa foi possível compreender como o modelo de acolhimento e integração dos refugiados/recolocados tem sido desenvolvido em Portugal. Percebemos que se baseia numa ideia de descentralização e de apoios institucionais para o acolhimento das famílias, com a articulação entre diferentes órgãos nacionais envolvidos no processo. Foi possível verificar as dificuldades e os entraves que a dispersão acarreta, inclusivamente, quanto às burocracias que se acrescentam, o que traz complicações para a atuação no terreno, neste caso, em relação às instituições.

Consoante às dificuldades acrescidas na burocratização, percebemos quanto o processo fica comprometido, nomeadamente na ajuda da procura de trabalho, uma vez que o sistema laboral em alguns setores em Portugal exige a comprovação de determinada escolaridade, o que nem sempre, ou raramente é possível se fazer pelos motivos que foram aludidos. A burocratização estende-se aos pedidos de concessão de vistos, tendo em vista que das 1300 pessoas que chegaram a Portugal apenas 64 delas conseguiram um estatuto, sem contar que aqueles que chegaram aos campos de refugiados depois de setembro de 2017 (fim do processo de recolocação) ainda não se sabe como serão abrangidos.

Existe um grande problema que é acrescentado, sendo ele a falta de fiscalização de um determinado representante legal da temática, o que deixa de existir quando se distribui responsabilidades e espalham-se os problemas, e cada um resolve como entende. Essa postura confunde muitas instituições que estão no terreno, confundindo, ainda, os próprios refugiados porque percebem que alguns de seus pares conseguiram aceder a determinadas respostas e outros não, como por exemplo até ao momento, ao que se sabe, apenas uma família (no Porto) conseguiu ter carta de condução e outras tentam e não conseguem a mesma resposta. Além desses pontos que realçamos, quando ocorrem situações como o desaparecimento de 15 adolescentes da instituição de acolhimento (CARC), não há a quem cobrar e nem quem o faça. Isto é, ninguém responde ao problema, quanto mais pessoas espalhadas para darem respostas, mais se espalham as responsabilidades e ninguém aparece para solucionar ou responder o problema.

Percebemos ainda uma falta de acompanhamento às instituições que estão no terreno como Rui Marques (PAR) e Pedro Calado (ACM), afirmam sobre tal aspecto. Durante a nossa recolha de dados ligamos às instituições para que pudessem responder a

um inquérito por questionário que lhes foi enviado por email. Foi neste momento que soubemos que algumas instituições já não se disponibilizam como parceiras, outras estando inscritas no processo, há cerca de quase dois anos, nunca receberam nenhuma notícia sobre se ainda receberiam famílias refugiadas, mesmo disponibilizando todas as condições exigidas. Além disso, também o número de instituições parceiras (que agem no terreno, pois existem outras parcerias) 104 que se mostram na plataforma, na verdade, após as chamadas resultaram apenas em 50, pelos diferentes motivos já referidos.

Em relação à opção que é adotada por Portugal em usufruir de apoios institucionais no processo de acolhimento, pode estar relacionada a uma outra forma de poder resolver problemas nacionais, como por exemplo, ter fundos para ajudar as instituições de solidariedade social, que neste momento, se encontram com pouca visibilidade para arrecadar fundos. Isto nos leva a perceber o fato de tantas instituições se envolverem no processo sem estarem preparadas como foi observado, e as quais trabalham com a ajuda maioritariamente de voluntários. Estes, no entanto, apesar de serem os maiores parceiros de que dispõem as instituições, muitas vezes, não estão preparados para conseguir resolver problemas que surgem no caminho, o que irá consequentemente influenciar respostas que são dadas às diferentes famílias.

Percebemos que quando a instituição é constituída por pessoas que dominam os quadros legais, administrativos da sociedade de acolhimento mais facilmente consegue que as famílias a seu encargo, tenham suas necessidades respondidas, ao contrário de outras instituições que não tem o mesmo apoio. Isto inclui as respostas a nível da aprendizagem da língua e inclusive ter de encontrar intérpretes quando sentem que há necessidade para o mesmo, vimos esta postura ser referenciada numa das entrevistas com as técnicas, que num jantar de convivência entre as famílias refugiadas e a comunidade, convidaram uma intérprete para poder explicar como funciona o serviço de bem-estar social, ou seja, que os descontos que os trabalhadores fazem para o Estado é para poderem ter participação na educação, saúde entre outros benefícios, os quais, em outros países não existem, como no caso da Síria por exemplo. Outro ponto que se levantou está relacionado ao facto de as instituições irem aos campos de refugiados que estão na linha da frente (o que aconteceu, agora já não é assim) falar sobre Portugal, quando esses não conheciam o país. Esta postura foi interpretada como sendo uma forma de poder angariar ajuda financeira dos fundos europeus destinados aos Estados-Membros para o acolhimento dos refugiados, o que seria para Portugal uma forma de



contribuir com a crise humanitária e resolver um problema interno. Esta atitude resume ainda, o que se diz haver sobre uma escolha entre diferentes refugiados em detrimento de outros, uma vez que, existem tantas pessoas fugindo à guerra há anos, como por exemplo os países africanos e não houve tanta comoção na manifestação de ajuda.

Além disso constatou-se que a escolha em dispersar as pessoas dificulta ainda mais a atuação dos técnicos. Sem contar que o grande desnivelamento das considerações e interpretações que se tem sobre a ação no terreno é outra complicação. Também podemos salientar duas outras hipóteses sobre o porquê de a dispersão acontecer, para Francisco (URP) está associado ao desejo de se evitar a criação de guetos, ou seja, espalha-se para evitar guetos. O que para ele pode ser um erro, pois quando temos comunidades próximas, algumas respostas, nomeadamente em relação ao trabalho poderiam ser aliviadas na preocupação do Estado em ter de criar postos de trabalho, uma vez que os mesmos poderiam criar uma comunidade autossustentável como por exemplo na criação de empregos ao abrirem restaurantes, talhos entre outras necessidades próprias, facilitando a autonomia financeira dessas famílias. Outra estratégia que também se mostrou presente e está relacionada à necessidade em voltar a repovoar cidades, as quais foram deixadas pelos seus moradores que migraram para outras regiões, países. Quero dizer com isto que a opção em espalhar as pessoas pelo país pode ser pelo entendimento de que seria necessário voltar a compor cidades que estão em déficit de moradores. Esta visão foi salientada pelos líderes administrativos do processo como Rui Marques (PAR) e Pedro Calado (ACM).

Procurou-se ter um cuidado em compreender que ter uma abordagem fomentadora da autonomia desde o início da chegada das pessoas em situação de refúgio, seria uma postura positiva, uma vez que, chegando o momento das pessoas se desligarem das instituições, isso não seja para elas, outra dificuldade acumulada. No entanto, para que aconteça tal posicionamento é importante que as principais ferramentas lhes sejam dadas desde início, para que assim consigam assumir o controlo de suas vidas no país de acolhimento, até o momento em que o problema de fundo possa se resolver (a guerra), para quem desejar regressar.

Deste modo, é possível concluir que o processo necessita ainda de alguns reajustes, os quais não podem ser sufocados pelos holofotes da grande propaganda de boas práticas. Estas existem, leis para que as mesmas funcionem também existem, contudo, as falhas não podem ser negligenciadas, pois elas igualmente subsistem e necessitam ser trabalhadas.



### Referências bibliográficas,

- Amado, João. (2004). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*, Edição: Universidade de Coimbra.
- Ager, Alastair e Alison Strang (2010). “*Refugee Integration: Emerging Trends and Remaining Agendas*”, *Journal of Refugee Studies*, 23 (4), pp. 589-607.
- Disponível em: <http://jrs.oxfordjournals.org/content/23/4/589.full.pdf+html> [acedido em 26.04.2017 as 16:57]
- Ager, Alastair e Alison Strang (2008). “*Understanding Integration: A Conceptual Framework*”, *Journal of Refugee Studies*, 21 (2) pp. 166-19. Disponível em <http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/jrefst21&collection=journals&id=170&startid=&endid=195>. [acedido em 12-05-2017 as 15:51]
- Baganha, Maria, I. (2005). Política de imigração: A regulação dos fluxos, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73 (número não temático) p. 29-44. Disponível em <https://rccs.revues.org/829> [acedido em 22.06.2017 as 21:22]
- Bailey, K. D (1994). *Methods of social Research (forth edition)*. New York: The Free Press.
- Bauman, Zygmunt (1999). *Globalização as consequências humanas*, Edição brasileira, Rio de Janeiro.
- Bokore, Nimo (2016). *Documenting Refugee Stories: Resettlement and Integration Challenges of East African Refugees*, *International Journal of Social Work*, 3 (1). Disponível em <http://www.macrothink.org/journal/index.php/ijsw/article/view/8814>. [acedido em 02-05-2017 as 10:00hs]
- Bourdieu, Pierre (2007). *A miséria do mundo. (6ª ed)*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Castro, Monica Rabello., Ferreira, Giselle & Gonzalez, Wania (2013). *Metodologia da Pesquisa em Educação*. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial editora
- Costa, Alfredo /1998). *Exclusões Sociais*, Editora: Gradiva, Lisboa
- Castles, Stephen; Maja Korac; Ellie Vasta; Steven Vertovec (2002). *Integration: Mapping the Field*, Londres: Home Office. Disponível em: <http://forcedmigrationguide.pbworks.com/w/page/7447907/Integration%3A%20Mapping%20the%20Field> [acedido em 26.04.2017 as 17:38]
- Charlot, Bernard (2006). A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, 11(31), 7-19.
- ECRE (2002). *Position on the Integration of Refugees in Europe*, Londres: ECRE

Disponível em: <http://www.ecre.org/topics/areas-of-work/integration/179.html>.  
[acedido em 26.04.2017 as 11:53hs].

Ferreira, Vitor Sérgio (2014). Artes de entrevistar: composição, criatividade e improvisação a duas vozes. In. Leonor Lima Torres & Augusto José Palhares (Orgs.). *Metodologia de investigação em ciências sociais da educação*. Vila Nova Famalicão: Edições Húmus.

Giddens, Anthony (1996). *As consequências da modernidade*, Editora: Celta, Oeiras.

Giddens, Anthony (1999). *O mundo na era da globalização*, Editora: Presença, Lisboa.

Giddens, Anthony (2007). *A Europa na Era Global*. Editora: Presença, Lisboa.

Ghorashi, H. (2008). *Giving Silence Chance: The Importance of Life Stories for Research on Refugees*. Journal of Refugee Studies 15 (3), pp.117-132. Disponível em: <http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/jrefst21&collection=journals&id=119&startid=&end=134> [acedido em 08. 05.2017 às 10:50hs]

Krahn, Harvey., Derwing, Tracey., Mulder Marlene e Wilkinson, Lori (2000). “*Educated and Underemployed: Refugee Integration into the Canadian Labour Market*”, Jimi/Rimi 1 (1) pp. 59-84. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1007/s12134-000-1008-2> [acedido em 08-05-2017 às 17:52].

Kvale, Steinar & Brinkmann, Svend (2009). *InterViews: Learning the craft of qualitative research interviewing*. (2ª ed). Thousand Oaks, CA: Sage.

Lopes, Amélia (1993). *A identidade docente: Contribuindo para a sua compreensão*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Portugal.

Marx, K. (1971). *Os manuscritos económicos filosóficos*, Porto. Editora: Brasília.

Nunes, A. Seda (1982). *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, 7ª ed., Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 77p. (cap3)

Nunes, Rosa (2003). O campo do olhar de Bourdieu. *Educação, Sociedade & Culturas*, 19, 187- 200.

Pacheco, Natércia (1996). *Tempos de Sozinhos em Pasárgada*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, Portugal.

Penninx, Rinus e Marco Martiniello (2010). “Processos e Políticas (Locais) de Integração: estado do conhecimento e ilações”, em M. Margarida Marques (Coord.), *Estado-Nação e Migrações Internacionais*, Colecção Estudos Políticos, Lisboa: Livros Horizonte.

- Prilleltensky, Isaac (2005). *Promoting well-being: Time for a paradigm shift in health and human services*, Scandinavian Journal of Public Health, 33 (66), pp. 53–60. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1080/14034950510033381> ISSN 1403-4948 print/ISSN 1651-1905 online/05/0100053-8 # 2005 Taylor & Francis
- Ribeiro, Norberto (2014). *Educação e Cidadania de jovens e Imigrantes: Constrangimentos e Possibilidades de participação Cívica e Política*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/90878> [acedido em 22.06.2017 as 20:00hs]
- Santinho, Maria Cristina (2011). *Refugiados e requerentes de asilo em Portugal: contornos políticos no campo da saúde*. Dissertação de Doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3512> [acedido em 09.05.2017 às 10:00hs]
- Santinho, Maria Cristina (2011a). *Refugiados; Saúde; Violência estrutural*. Documento de Conferência. Disponível em: <https://www.rcaap.pt/detail.jsp?id=oai:repositorio.iscte-iul.pt:10071/2262> [acedido em 09.05.2017 às 10:00hs].
- Santinho, Maria Cristina (2012b). *A importância da competência cultural no atendimento de saúde a refugiados e requerentes de asilo*. Fórum Sociológico Serie III, pp. 73-81. Disponível em: <https://sociologico.revues.org/594> [acedido 09-05 15:00hs].
- Santinho, Maria Cristina (2017c). *'Migrações, Fronteiras e Desenvolvimento'*. Plataforma Portuguesa das Ongd, Revista nº12. Disponível em: <http://plataformaongd.pt/revista/?id=14> [acedido em 24.06.2017 as 18:14hs]
- Santos, Boaventura Sousa (1989). *Da Ideia de Universidade à Universidade de Ideias*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, 11-62. Retirado em janeiro, 17, 2017 de [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Da\\_ideia\\_de\\_universidade\\_RCCS2\\_7-28.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Da_ideia_de_universidade_RCCS2_7-28.PDF)
- Santos, Boaventura Sousa (1987). *Um discurso sobre as ciências*, Porto, Afrontamento, 60p. (cap3).
- Santos, Boaventura de Sousa (1999). *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. 7ª ed. Porto: Afrontamento.
- Sardinha, João (2007). *Providing voices? Civic participation opportunities for immigrants in Portugal*. University of Oldenburg, Politis Working Paper Series, Working Paper n 7. Disponível em

[http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/joao\\_sardinha.php](http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/joao_sardinha.php) [acedido em 22.06.2017 as 20:50]

Schaefer Ansgar (2014). *Portugal e os Refugiados Judeus Provenientes do Território Alemão (1933-1940)*. Edição: Universidade de Coimbra. Disponível em: [https://digitalis.uc.pt/files/previews/104933\\_preview.pdf](https://digitalis.uc.pt/files/previews/104933_preview.pdf) [acedido em 18.06.2017 as 15:10]

Stoer, Stephen R., & Magalhães, António M. (2005). *A diferença somos nós: A gestão da mudança social e as políticas educacionais e sociais*. Porto. Edições Afrontamento.

SEF, 2016 “Relatório de imigração, Fronteiras e asilo”. Disponível em: [https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2016.pdf](https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2016.pdf) . [acedido em 12-06-2017 as 21:19hs]

SEF, 2015 “Relatório de imigração, Fronteiras e asilo”. Disponível em: [https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2015.pdf](https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2015.pdf) .[acedido em 04-05-2017 as 21:19hs]

SEF,s/d “Guia do requerente de asilo” [http://www.sef.pt/documentos/56/guia\\_asilo.pdf](http://www.sef.pt/documentos/56/guia_asilo.pdf) [acedido no dia 08-06-2017 às 20:28]

Silva, Manuel; Silva, Susana (2000). Práticas e Representações sociais face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde. *IV Congresso Português de Sociologia*, Universidade do Minho.

Silveira Junior, M. R. (2008). *A travessia que mancha o corpo: imagens da imigração e a educação transitória*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.48.2008.tde-02022009-101601. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-02022009-101601/pt-br.php>. [acedido em 2017-05-26].

Trindade, M. Beatriz Rocha (1995). *Sociologia das Migrações*. Universidade Aberta. Lisboa.

Trindade, M. Beatriz Rocha (Org.) (2009). *Migrações: Permanências e Diversidades*. Edições: Afrontamento.

Virginia Paloma, Manuel García-Ramírez, Carlos Camacho e Lucas Olmedo (2016). *How are we studying migrant well-bening? A critical view from a liberating community psychology approach*. *Community Psychology in Global Perspective*, 2 (1), pp. 73-86. Disponível em: <http://sibaese.unisalento.it/idex.php/cpgp/artcle/view/15175How%20are%20we%20studying%20migrant%20well-being>. [acedido em 08-05-2017 as 12.30]

## Web grafia

<http://ec.europa.eu/immigration/showContent.do?id=17045#highlyqual> [acedido em 20-04-2017 às 18:04hs]

<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/Lisboa/tratados-TUE-TFUE-V-Lisboa.html> [acedido em 03-05-2017 às 13:31hs]

<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/Lisboa/convgenebra%20protocolo%201967.htm> [acedido em 04-05-2017 as 09:47hs].

<http://www.tvi24.iol.pt/videos/sociedade/portugal-ja-acolheu-mais-de-1300-refugiados/5912228f0cf28390002432e4> (**vídeo de refugiados publicado em 09-05-2017 22:28hs** [acedido no dia 11-05-2017 as 16:50])

<https://www.publico.pt/sociedade/noticia/portugal-esta-a-acolher-como-vai-integrar-1735470> 19/06/2016 - 03:53 [acedido no dia 11-05-2017 as 17:22]

<http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/ACNUR> [acedido em 21-05-2017 as 10:21]

<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52016DC0222> [acedido no dia 21-05-2017 as 12:22]

<https://www.youtube.com/watch?v=tRf5EGYy52Y> [acedido no dia 08-06-2017 às 10:57]

## **Legislação**

Carta dos direitos fundamentais da União Europeia, artigo nº 18. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_pt.pdf) [acedido em 03-05-2017 as 13:35hs]

Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro. Disponível em: [https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/74463786/201701182150/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?LegislacaoConsolidada WAR\\_drefrontofficeportlet\\_rp=índice](https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/74463786/201701182150/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?LegislacaoConsolidada%20WAR_drefrontofficeportlet_rp=índice) [acedido em 16-06-2017 as 15:37]

Decreto-Lei n.º 26/2014, de 05 de maio. Disponível em: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?tabela=leis&nid=2095&pagina=1&ficha=1](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?tabela=leis&nid=2095&pagina=1&ficha=1) [acedido no dia 21-05-2017 as 10:10]

Decreto-Lei 27/2008, de 30 de junho. Disponível em: [http://www.sef.pt/documentos/56/guia\\_asilo.pdf](http://www.sef.pt/documentos/56/guia_asilo.pdf) [acedido no dia 08-06-2017 às 20:28]

## **Outros**

Agenda Europeia para as Migrações (2016). Guia de Acolhimento: Educação Pré-Escolar, Ensino Básico, Ensino Secundário. Editor: Direção-Geral da Educação.

Agenda Europeia da migração. Disponível em: <http://www.refugiados.acm.gov.pt/agenda-europeia-da-migracao/> [Acedido no dia 21-05-2017 as 12:51].

Ames, Paul : Portugal to Syrians: Come west , **Público**, 22 de março de 2016. Disponível em: <http://www.politico.eu/article/portugal-to-syrians-come-west-refugee-crisis-portuguese-prime-ministerantonio-costa/>, 3/22/16, 5:32 AM CET Updated 3/22/16, 7:33 AM CET. [acedido no dia 11-05-2017 as 17:20]

A segunda guerra mundial na europa, **Público**. Disponível em: <https://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005137> [acedido em 16-04-2017 às 10:16hs]

Cordeiro, Ana Dias, Portugal esta a deixar refugiados sem estatuto e sem direitos, **Público**, 29 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/04/29/sociedade/noticia/portugal-esta-a-deixar-refugiados-sem-estatuto-e-sem-direitos-1770399> [acedido no dia 08-06-2017 às 11:29).

Comunicado de imprensa; Comunicação da comissão ao parlamento Europeu e ao conselho, Bruxelas 10 de fevereiro de 2016. Disponível em : <https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2016/PT/1-2016-85-PT-F1-1.PDF> [acedido no dia 08-06-2017 às 11:41]

Comunicado de imprensa: Declaração da EU – Turquia, 18 de março de 2016. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2016/03/18-eu-turkey-statement/> [acedido em 04-05-2017 as 10:35hs]

Coelho, Rute, 10 mil crianças desaparecidas. Portugal na rota do trafico, **Público**, 01 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.dn.pt/sociedade/interior/portugal-pode-ser-destino-para-menores-sirios-raptados-5008342.html> [acedido 04-05-2017 as 16:36hs]

Comissão Europeia pede o fim do controle temporário de fronteiras dentro de Schengen, **Público**, 2 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/05/02/mundo/noticia/comissao-europeia-pede-fim-do-controlo-temporario-de-fronteiras-dentro-de-schengen-1770722>[acedido no dia 12-05-2017 as 11:24]

Expulsar a Grécia do euro e de Schengen, **Público**, 25 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/01/25/mundo/noticia/expulsar-a-grecia-do-euro-e-de-schengen-1721377> [acedido no dia 12-05-2017 as 13:24]



Ferreira, Leonídio Paulo: Arábia Saudita e Irão continuam uma guerra com 13 séculos, **Público**, 10 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/arabia-saudita-e-irao-continuam-uma-guerra-com-13-seculos-4972462.html> [acedido em 16-04-2017 às 10:15hs]

Pires, Manuela, Recolocação de refugiados: Um ano depois, que balanço? **Público**, 03 de outubro de 2016. Disponível em: [http://rr.sapo.pt/noticia/65364/recolocacao\\_de\\_refugiados\\_um\\_ano\\_depois\\_que\\_balanco](http://rr.sapo.pt/noticia/65364/recolocacao_de_refugiados_um_ano_depois_que_balanco) [acedido 04-05-2017 as 16:36hs]

Santinho, Cristina, Integração de refugiados: Há falhas no ensino de Português, **Público**, Lisboa, 9 de Novembro de 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/11/09/sociedade/noticia/ensino-do-portugues-nao-acompanha-ritmo-de-chegada-dos-refugiados-1750397> [acedido no dia 08-06-2017 às 19:00]

Quem são os terroristas dos ataques de Paris? , **Público**, 17 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.tsf.pt/internacional/interior/quem-sao-os-terroristas-dos-ataques-de-paris-4888572.html> [acedido em 15.04.2017 às 11:54hs]

Quem era Khalid Masood , o autor do atentado terrorista em Londres? , **Público**, 23 de março de 2017. Disponível em: <http://observador.pt/2017/03/23/quem-era-khalid-masood-o-autor-do-atentado-terrorista-em-londres/> [acedido em 15-04-2017 às 11:56hs]

Guerra do Vietname: histórias e imagens, **Público**, 30 de abril de 2015. Disponível em: <http://observador.pt/2015/04/30/guerra-do-vietname-historia-as-imagens/>[acedido em 16-04-2017 às 10:17hs]

Martins, Catarina Fernandes, Mendonça, Cátia, Rodrigues, Célia: a Crise dos refugiados em números, **Público**, 17 de junho de 2016. Disponível em : <http://www.publico.pt/multimedia/infografia/dia-mundial-do-refugiado-193>

Vieira, Ricardo: Ponto por ponto. O que sabemos sobre os atentados de Bruxelas, **Público**, 22 de março de 2016. Disponível em: [http://rr.sapo.pt/noticia/49990/ponto\\_por\\_ponto\\_o\\_que\\_sabemos\\_sobre\\_os\\_atentados\\_de\\_bruxelas](http://rr.sapo.pt/noticia/49990/ponto_por_ponto_o_que_sabemos_sobre_os_atentados_de_bruxelas)



## **APÊNDICES**



## **APÊNDICE 1**

**Mestrado em Ciências da Educação**  
**Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto**

**Guião da entrevista semiestruturada (CPR, ACM, PAR)**

- 1) Há quanto tempo se encontra a trabalhar nesta instituição? Teve a oportunidade de participar na criação ou alteração de algumas das políticas de receção e acolhimento de refugiados?
- 2) Alguns países como a Holanda seguem modelos específicos de acolhimento, em outros como o Reino Unido, isso não acontece. Podemos dizer que Portugal tem um modelo de acolhimento? Como funciona?
- 3) Tanto quanto nos é dado a compreender, há um conjunto de instituições que se vão articulando para esta tarefa do acolhimento – CPR, PAR, ACM, entre outras. Como acontece essa articulação e, na sua opinião, que benefícios traz?
- 4) Portugal tem sido considerado um país que desenvolve boas práticas neste domínio, a que se deve esse bem-feito?
- 5) Existe algum tipo de iniciativa de acolhimento que tenha em conta as especificidades de grupos como as mulheres e as crianças não acompanhadas?
- 6) Existe algum trabalho específico a ser feito junto das organizações e das comunidades onde estas pessoas são colocadas? (e.g. as instituições de apoio social, o sistema de saúde, as escolas, universidades e centros de emprego e formação profissional).
- 7) Para os recolocados que irão chegar até 2017, foi necessário proceder a alguma alteração nos procedimentos? Neste momento pode afirmar-se que o país está preparado (locais de acolhimento, técnicos, etc.) para os receber? Quais consideram ser os principais desafios que este processo enf

## **APÊNDICE 2**

**Mestrado em Ciências da Educação**  
**Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto**

**Entrevista semiestruturada para os Deputados**

1. Qual é o passo seguinte da U.E para esse momento complexo migratório?
2. No tempo em que tem estado a trabalhar no Parlamento Europeu, teve a oportunidade de participar na criação ou alteração de alguma política de imigração e refugiados na U.E?
3. Acha que o atual quadro legislativo e de políticas europeias são suficientes para lidar com a situação de migrantes e refugiados a chegar à UE?
4. O que tem dificultado a resolução desta situação por parte da UE?
5. Pensa que a atual questão de migrantes e refugiados está a pôr em causa a política europeia de fronteiras? Pensa que a mesma poderá ter implicações para o acordo de Schengen?
6. As políticas e decisões ao nível da UE têm um enorme impacto nas políticas nacionais. Olhando para Portugal, de que forma estas políticas têm influenciado o acolhimento de refugiados em Portugal?
7. Pensa que o nível de apoios disponibilizado por Portugal está conforme as indicações da UE (alojamento, integração nas comunidades, apoio linguístico, etc)? E qual a sua opinião acerca da estratégia que tem sido seguida de dispersão dos refugiados acolhidos pelas diferentes partes do país, em pequenos números?
8. Pensa que a UE tem actuado de forma coerente com as suas responsabilidades internacionais (nomeadamente as suas responsabilidades nas situações que contribuem para estes fluxos migratórios)? Na sua opinião o que a U.E poderia fazer para amenizar o tempo de espera dessas pessoas junto às fronteiras?



### **APÊNDICE 3**

## **Mestrado em Ciências da Educação**

### **Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto**

#### **Entrevista semiestruturada para Francisco Font**

- 1) Há quanto tempo se encontra envolvido na associação? Considera ser importante a existência da associação? Teve a oportunidade de participar em algum debate sobre a elaboração ou alteração de algumas das políticas de receção e acolhimento de refugiados? Se não, o que se poderia ganhar com o envolvimento de refugiados e de associações de refugiados na construção dessas políticas?
- 2) Tanto quanto nos é dado a compreender, há um conjunto de instituições que se vão articulando para esta tarefa do acolhimento – CPR, PAR, ACM, entre outras. Acha que essa articulação traz benefícios para o processo de acolhimento?
- 3) Portugal tem sido considerado um país que desenvolve boas práticas neste domínio, consegue ter essa mesma percepção? Acha que o modelo que tem sido seguido por Portugal funciona?
- 4) Quais são, na sua opinião, os maiores desafios no acolhimento dos refugiados que chegam agora?
- 5) Sabe se existe algum trabalho específico a ser feito junto das organizações e das comunidades onde estas pessoas são colocadas? e qual tem sido? (e.g. as instituições de apoio social, o sistema de saúde, as escolas, universidades e centros de emprego e formação profissional).
- 6) Para os recolocados que estão previstos para 2017, sabe se está prevista alguma alteração nos procedimentos? Neste momento pode afirmar-se que o país está preparado (locais de acolhimento, técnicos, etc.) para os receber? Quais consideram ser os principais desafios que este processo enfrenta?
- 7) Com base na sua experiência e nos desafios que enfrentou, o que pensa ser mais urgente e importante fazer-se para que haja uma integração bem-sucedida destas pessoas?"

## **APÊNDICE 4**

## **Mestrado em Ciências da Educação**

### **Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto**

#### **Entrevista semiestruturada para os técnicos**

- 1). Há quanto tempo se encontra a trabalhar nesta instituição? Pode descrever a função que desempenha?
- 2). Já havia trabalhado com algum tipo de refugiado?
- 3). Qual sua formação de base? Considera que sua formação de base seja importante para realização deste trabalho?
- 4). Qual é a maior dificuldade/desafio na realização do seu trabalho? Porque?
- 5). Qual é a relação que se consegue criar com as famílias refugiadas? Considera ser necessário criar essa relação?
- 6). Essa instituição é de carácter religioso? Sendo de carácter religioso como é entendida essa diferença religiosa?
- 7). As crianças dessas famílias estão inscritas em qual tipo de escola?
- 8). Qual a maior necessidade dos refugiados recolocados?
- 9). Têm existido queixas? De que forma têm lidado com essas mesmas queixas?
- 10). Qual o tipo de relação que a comunidade tem com as famílias refugiadas?
- 11). Qual a relação que os refugiados conseguem estabelecer com as instituições, por exemplo escolas, segurança social, instituto de emprego e formação etc.?
- 12). Já surgiu alguma situação mais complexa e difícil de resolver? Sente-se apoiado/a na sua resolução? (há mecanismos, políticas, outras instituições que apoiem, etc.)